



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO PPGEdu

RACHEL REGINA BOLGAR DOS SANTOS PIMENTEL

**JUVENTUDE, ENSINO MÉDIO E MUNDO DO TRABALHO: UMA RELAÇÃO DE
POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

RIO DE JANEIRO

2015

RACHEL REGINA BOLGAR DOS SANTOS PIMENTEL

**JUVENTUDE, ENSINO MÉDIO E MUNDO DO TRABALHO: UMA RELAÇÃO DE
POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliane Ribeiro Andrade

RIO DE JANEIRO

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

RACHEL REGINA BOLGAR DOS SANTOS PIMENTEL

**JUVENTUDE, ENSINO MÉDIO E MUNDO DO TRABALHO: UMA RELAÇÃO DE
POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Aprovado pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, _____ / _____ / _____

Prof.^a Dr.^a Eliane Ribeiro Andrade
Orientador – UNIRIO

Prof.^o Dr.^o Elionaldo Fernandes Julião - UFF
(Membro externo)

Prof.^a Dr.^a Mônica Dias Peregrino Ferreira - UNIRIO
(Membro interno)

Ao meu pequeno Daniel, fonte da minha inspiraça3o.

AGRADECIMENTOS

Ao eterno **Deus**, pois na sabedoria de sua santidade me sustentou diariamente com saúde e proteção.

Ao meu menino, **Daniel**, que na sua inocência compreendeu brilhantemente a importância deste trabalho para a minha trajetória acadêmica e profissional. As minhas desculpas, por não poder estar presente em todos os momentos como gostaria durante esses dois anos da realização da pesquisa.

Devo reconhecimento ao meu querido e amado pai, **Mateus Bolgar**, exemplo de homem, sempre fiel a Deus e a sua família. Obrigada por todo amor, cuidado e educação. Pai, você é o meu referencial!

À minha amada mãezinha, **Angelita**, mesmo não estando fisicamente entre nós, ainda assim, merece meus sinceros agradecimentos, pois foi com o seu amor e ensinamentos que fui à busca dos meus ideais e consegui lidar com os enfrentamentos da vida.

Ao meu companheiro, marido e ouvinte, **Jorge Luiz**, por toda parceria, amor e respeito. Sem a sua dedicação e cuidado com o nosso Daniel, esse estudo não seria realizado. Você é muito importante para mim!

Às minhas amigas e irmãs, **Andréa Bolgar** e **Greice Bolgar**, pelas orações, apoio e incentivo. Agradeço, também, por estarem presentes em todos os momentos com o Daniel, tentando preencher as minhas ausências. **Andréa Bolgar**, sua ajuda foi imprescindível, sem ela, tudo seria mais difícil.

Ao meu único e querido irmão **Matheus Bolgar**, pela companhia nas manhãs de quarta-feira, além da atenção e carinho com o meu filho.

À minha querida professora e orientadora, **Eliane Ribeiro Andrade**, com quem tive o imenso prazer de trabalhar e aprender, pelo diálogo e reflexão, pela serenidade e sensibilidade nas orientações. Sou e serei imensamente grata por tudo.

Os sinceros agradecimentos aos queridos professores da banca de qualificação e defesa **Elionaldo Fernandes Julião**, meu professor no curso de Graduação em Pedagogia, com quem tive o imenso prazer de aprender; pelo reencontro na disciplina de Educação de Jovens e Adultos do curso de Pós-graduação da UFF; a **Mônica Peregrino**, pelas orientações pertinentes, pelo empréstimo dos livros, por toda atenção e comprometimento para a finalização dessa pesquisa.

À querida professora, **Maria Fernanda Rezende Nunes**, pela confiança com os trabalhos que realizei e continuo realizando, desde a minha entrada no PROJOVEM URBANO, de quem tive apoio integral.

Ao querido professor **Miguel Farah** que, com o seu jeito amável e cordial de ser, sempre esteve pronto a ajudar, principalmente pelo seu senso crítico e oportunas reflexões, pela oportunidade nos trabalhos de transcrições de fitas.

Aos professores **Luiz Carlos Gil Esteves** e **Diógenes Pinheiro**, pela contribuição desde o momento da realização da entrevista para ingresso ao mestrado até as reflexões no grupo de pesquisa e nas aulas de políticas públicas, com sugestões de textos que foram essenciais para a construção de alguns capítulos dessa dissertação.

O meu eterno agradecimento ao querido professor e ex-coordenador **Alberto Roiphe**, por seu senso de humanidade. Jamais esquecerei todo o esforço para o meu ingresso na Educação a Distância da UNIRIO.

À professora **Claudia Miranda**, pelo incentivo no ingresso ao Mestrado, pelos diálogos que incentivaram o desenvolvimento da minha prática em Educação a Distância.

À minha querida amiga **Heidi Rocha**, pela indicação na minha entrada ao PROJovem URBANO, a sua lembrança foi essencial para minha vida profissional e acadêmica; pelas orações e palavras de fé e conquista.

À querida amiga **Neide Ana**, pelas palavras animadoras e por interceder pela minha vida e de minha família.

À minha grande e eterna amiga, **Simone Galdino**, que mesmo distante, sempre me desejou sucesso. Em especial, a sua filha **Letícia Galdino**, pela ajuda e por contribuir com suas palavras de carinho.

À minha amiga e companheira de luta **Juliana Ferreira Nascimento**, pelos desabafos, risos e com quem divido dúvidas e angústias da educação pública.

Às queridas amigas **Laine Ferreira**, pela simplicidade, dicas e trocas, além da força constante para seguir em frente; **Claudia Barbosa Zuquim**, por ser aquela pessoa carinhosa que é sempre bom ter por perto.

Ao amigo **Jonas Sales** por toda ajuda quando mais precisava; pelos bons momentos que compartilhamos com os jovens do Jardim Catarina; pelas nossas conversas e reflexão. Sentirei saudades de tudo que vivemos.

Às queridas amigas da vida e da profissão, **Andrea Quesado** e **Maria Evanilda Valença**, que fazem falta no dia a dia. Pela disposição em ajudar na tradução e revisão deste trabalho. É muito bom tê-las como amigas.

Às colegas de turma do mestrado, **Fernanda Torneto** e **Regina Trindade**, pelas trocas e experiências que dividimos nas aulas de Educação de Jovens e Adultos, na UFF.

Aos professores do Programa de Pós-graduação da UNIRIO que foram extremamente importantes para a construção dessa pesquisa.

À professora **Maria Cecília Fantinato**, do Programa de Pós-graduação da UFF, por contribuir com os seus ensinamentos nas aulas da disciplina de Educação de Jovens e Adultos.

Aos **jovens alunos**, cuja colaboração foi essencial para a realização desse estudo.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo investigar e discutir o perfil dos jovens da camada popular que estão cursando o último ano do Ensino Médio regular público, sobretudo, pela tensão existente na relação desses sujeitos com a escola e a sua inserção no mundo do trabalho. Apesar dos processos de expansão do Ensino Médio e a elaboração das políticas públicas direcionadas para garantir a manutenção da qualidade dessa etapa de ensino, ainda não se vê, na educação brasileira, um projeto de integração que garanta ao jovem de se beneficiar da qualidade do ensino médio para melhores condições no ingresso ao mundo do trabalho ou na universidade. O debate em torno das finalidades do ensino médio evidencia o quanto é necessário priorizar o aperfeiçoamento com qualidade, atribuindo significado ao conhecimento na formação geral do estudante. O estudo caminha nessa direção, na tentativa de compreender as possibilidades e os desafios enfrentados pelos jovens concluintes do ensino médio, que ainda buscam na escola, apesar de toda a sua complexidade, a oportunidade de ascensão social a partir da formação geral que esse nível de ensino diz promover. Optou-se, nesse estudo, por articular abordagens qualitativa e quantitativa, com aplicação de questionário aos sujeitos da pesquisa matriculados nas cinco turmas do primeiro e segundo turno do terceiro ano do ensino médio regular de uma escola estadual, localizada no bairro do Cachambi, Zona Norte do município do Rio de Janeiro. A análise deste estudo evidencia também a importância das relações sociais no ambiente escolar, pois se a escola é importante para estabelecer a possibilidade do contato social, do envolvimento dos saberes desconhecidos, da ampliação das redes de aprendizagens e conhecimentos, bem como da participação política e cidadã, aprendamos a repensar as práticas pedagógicas a partir da experiência escolar dos jovens, com redes de oportunidades concretas que possibilitem a inserção desses jovens na sociedade, ampliando condições para que eles consigam se manter dignamente.

Palavras chave: Ensino Médio; Escolarização; Juventude; Mundo do trabalho.

ABSTRACT

This study aims to analyze the profile of young people from popular classes that are studying the last year of regular public high school, above all, the tension in the relationship of these individuals with the school and their integration into the labour market. Despite the high school expansion processes and the issuance of public policies focused to assure quality maintenance of this educational stage, there is no integration project in Brazilian education that guarantees the young people to benefit from the quality of high school, providing them with better qualifications to engage to a new job or college. The debate around the high school goals shows how much is necessary to prioritize high quality study and add meaning to the educational knowledge in student's general education. The study follows this direction, in the pursuit of understanding the possibilities and the challenges faced by young people graduating from high school, who still seek in school, despite all its complexity, the opportunity for social mobility from the general training that this level of education is supposed to provide. Therefore, it was decided in this study, a quantitative approach by means of a questionnaire to be filled in by the subjects of this research, which are enrolled in five morning and afternoon classes of the third year of regular high school, a public school located in the neighbourhood of Cachambi, North Zone of the city of Rio de Janeiro. The analysis of this study also highlights the importance of social relationships at school because the school is important to establish the possibility of social contact, the involvement of unknown knowledge, the expansion of learning and knowledge networks and the political participation and citizen, learn to rethink the pedagogical practices from the school experience of young people with networks of concrete opportunities that enable the integration of these young people in society, expanding conditions so that they are able to maintain dignity.

Keywords: high school; Education; Youth; work market.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Atribuições da SNJ, Conjuve e ProJovem	36
Quadro 2: Propostas apresentadas na 2ª Conferência Nacional da Juventude	39
Quadro 3: Estrutura física da escola	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação de Programas para atender as demandas da juventude brasileira	46
Tabela 2: Relação de Programas atuais apresentados pela Secretaria Nacional da Juventude - SNJ	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução de matrículas do Ensino Médio regular por região (Brasil 2000-2012)	64
Gráfico 2: Evolução de matrículas na modalidade EJA no Ensino Médio (RJ 2007-2013)	65
Gráfico 3: Evolução de matrículas na modalidade Ed. Profissional no Ensino Médio (RJ 2005-2013).....	67
Gráfico 4: Evolução de matrículas do Ensino Médio regular (RJ 2000-2012).....	68
Gráfico 5: Número de jovens alunos das cinco turmas do terceiro ano do Ensino Médio	85
Gráfico 6: Número de jovens alunos por cor	85
Gráfico 7: Faixa etária dos jovens alunos	86
Gráfico 8: No campo religioso	86
Gráfico 9: Com quem os jovens alunos residem	87

Gráfico 10: Relação de jovens que trabalham e estudam e estão a procura de trabalho ou estágio remunerado	89
Gráfico 11: Remuneração que os jovens recebem pelas atividades desenvolvidas na dimensão do trabalho	90
Gráfico 12: Que escola cursou o Ensino Fundamental (8ª série/9ºano)	93
Gráfico 13: Desempenho escolar dos jovens pesquisados	95
Gráfico 14: Os problemas existentes na escola	96

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AECID – Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CEB – Câmara de Educação Básica
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
- DIESP – Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- GT – Grupo de Trabalho
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases
- LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MD – Ministério da Defesa
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- ME – Ministério do Esporte
- MEC – Ministério da Educação
- MJ – Ministério da Justiça
- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- MS – Ministério da Saúde
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
- OIJ – Organização Ibero-Americana de Juventude

- ONU – Organização das Nações Unidas
- PCNEM – Parametros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
- PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
- PEC da Juventude – Projeto de Emenda Constitucional de nº 42/2008
- PL – Projeto de Lei
- PNE – Plano Nacional de Educação
- PNJ – Política Nacional de Juventude
- PROEMI- Programa Ensino Médio Inovador
- PROJOVEM URBANO – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
- PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
- PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- PROUNI - Programa Universidade para Todos
- SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica
- SCIELO - Scientific Electronic Library Online
- SEAP – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
- SEEDUC – Secretaria Estadual de Educação
- SEGIB – Secretaria Geral Ibero-Americana
- SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SG – Secretaria-Geral da Presidência da República
- SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude
- SMA – Sistema de Monitoramento e Avaliação
- SNJ – Secretaria Nacional de Juventude Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
- UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Introdução	15
Procedimentos metodológicos: caminhos para a organização do estudo empírico	19
Capítulo 1 – Juventude: uma categoria em análise	24
1.1 – O “termo” juventude	24
1.2 – A transição para a vida adulta na sociologia da juventude	26
1.3 – Por uma nova condição juvenil brasileira	28
1.4 – Juventude em foco: direitos e participações	35
1.5 – Políticas públicas “para” e “com” a juventude	43
1.5.1 – Descrição dos programas realizados para a juventude brasileira	45
Capítulo 2 – Revendo a História do Ensino Médio Brasileiro	56
2.1 – Breve histórico do Ensino Médio	56
2.2 – Expansão e desenvolvimento do Ensino Médio	61
2.3 – Programa de melhoria e expansão do Ensino Médio – Projeto Escola Jovem	70
2.4 – Ensino Médio Inovador: o ProEMI	73
2.5 – O debate atual em torno do Ensino Médio: o desafio de estabelecer uma identidade	75
Capítulo 3 – Em tempo de incertezas, o que desejam os jovens alunos do último ano do Ensino Médio?	79
3.1 – Estrutura e organização da Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC/RJ	80
3.2 – Sobre a escola pesquisada	82
3.3 – Os dados do questionário: o perfil dos sujeitos da pesquisa	84
3.4 – A voz dos jovens: as entrevistas e o grupo focal	98
3.5 – Ensino Médio: sentidos e significados	100
3.6 – O sentido do trabalho na vida dos jovens-alunos	103
3.7 – E o amanhã como será?	106
Considerações Finais	109

Referências Bibliográficas	113
Anexo I	121
Anexo II	127
Anexo III	129
Anexo IV	130

INTRODUÇÃO

A preocupação com os jovens vêm crescendo cotidianamente, principalmente no que tange à questão da escolarização. Apesar de todo empenho dedicado à universalização do acesso à escolarização básica brasileira, ainda não se vê, na educação, um projeto de integração para o seu desenvolvimento no país. Isso significa que para a juventude, apesar dos processos de expansão e aumento de matrículas, o Ensino Médio público ainda tem muito que avançar, principalmente na relação dos jovens com a escola e de sua inserção no mundo do trabalho. A ideia de democratização do acesso ao Ensino Médio precisa ser defendida, de modo que os jovens possam se beneficiar e estender a sua entrada na vida adulta; esse é um dos motivos do desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre os jovens (MADEIRA, 2006).

Com base no relatório elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL¹ (2008), especificamente sobre a educação secundária, verifica-se que existe uma extensa preocupação com os jovens que cursam essa etapa do ensino. Primeiro, por considerarem que a sua conclusão oferece boas probabilidades para que o jovem consiga avançar dignamente com a garantia de direitos. Segundo por conta das oportunidades que os jovens têm em receber uma “credencial frente ao mercado de trabalho, o que garante a possibilidade de desempenho em múltiplos serviços (p.124)”. Contudo, mesmo diante de uma análise preliminar dos avanços no campo da legislação e da ação política, o ensino médio brasileiro ainda tem sido recorrentemente identificado como um espaço indefinido, pois ainda se discute a sua real identidade. Por isso, atualmente, o ensino médio tem sido um campo privilegiado no âmbito das pesquisas educacionais, na tentativa de compreender os limites e os avanços dessa política.

¹ A elaboração do documento: **Juventude e Coesão Social na IBERO-AMÉRICA – Um modelo a ser construído** foi desenvolvido sob a coordenação geral de Martín Hopenhayn, encarregado da Divisão de Desenvolvimento Social da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e contou com a cooperação financeira, substantiva e de gestão da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) e da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ). A CEPAL é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável.

Olhando para a realidade educacional contemporânea, com toda a sua complexidade, nos detemos a pesquisar o perfil desses jovens alunos que estão cursando a última etapa da educação básica e, sobretudo, pela tensão existente na relação entre esses sujeitos e a escola. Diante disso, foi central o questionamento que diz respeito aos sentidos que os jovens atribuem ao ensino médio público e como conseguem relacionar esses sentidos às suas expectativas ao concluir o ensino médio (Sposito 2003; Dayrell 2007; Krawczyk, 2009; Leão, 2014).

Cabe aqui destacar que o interesse em pesquisar os jovens do Ensino Médio carioca surgiu a partir de minha experiência profissional como professora de Filosofia do primeiro e terceiro ano do Ensino Médio regular em uma escola profissional da rede privada da cidade do Rio de Janeiro, onde trabalhei com jovens entre 15 a 19 anos de idade. Tal interesse permaneceu com o desenvolvimento de minha prática, enquanto supervisora do ProJovem Urbano² e, atualmente como professora do Ensino Médio regular público e da Educação de Jovens e Adultos - EJA do Estado do Rio de Janeiro.

Sobre o eixo aqui escolhido, uma das questões que muito me chamou atenção foi as conversas que tive com professores e alunos, em que verifiquei o quanto era necessário pesquisar a temática “Juventudes”³ no processo que envolve: jovem, escola e mundo do trabalho.

Neste sentido, as questões da pesquisa expressam bem mais que uma investigação, uma vez que refletem sobre questões oriundas da minha trajetória profissional, as quais buscam perceber:

- *Quem são os jovens do último ano do ensino médio público regular?*
- *Qual a importância desta etapa de estudo na vida desses jovens?*
- *Que tipo de escola e trabalho os jovens idealizam?*
- *Quais são as perspectivas de futuro dos jovens de hoje após o ensino médio?*

² Programa Nacional de Inclusão de Jovens criado pela Lei 11.129 de 30 de junho de 2005.

³ Este termo identifica o aspecto plural do público juvenil, utilizado por pesquisadores e especialistas que analisam essa categoria social. Ver em Dayrell (2007); Sposito (2004) e Abramo (2005).

Por meio de estudos no campo da juventude e sua inter-relação com a educação e mundo do trabalho, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os sentidos que a escola de Ensino Médio regular tem na vida dos jovens.

Diante de tais questões, os objetivos específicos da presente pesquisa envolvem:

- Investigar e discutir o perfil do público juvenil de uma escola da rede pública do Rio de Janeiro, que cursam a última etapa da educação básica;
- Conhecer as expectativas juvenis na relação da educação e mundo do trabalho;
- Analisar as perspectivas de futuro dos jovens após concluir o Ensino Médio.

Vale ressaltar que os objetivos aqui traçados são um alerta para a necessidade de um exercício de reflexão à interação dos jovens com a escola, além de estar centrada em discursos recentes sobre os jovens brasileiros, especificamente de uma escola pública estadual do município do Rio de Janeiro. Entretanto, seria inviável não tratar da trajetória histórica do sistema educacional brasileiro, principalmente no que se refere ao Ensino Médio.

O presente estudo tem como estrutura:

O primeiro capítulo envolve considerações sobre o conceito de juventude, evidenciando como se estabelece o processo de transição para vida adulta a partir das análises sociológicas. Apresenta-se a condição juvenil no que se refere aos desafios dos jovens na atualidade para serem reconhecidos socialmente. Também apresenta uma análise geral a respeito dos direitos dos jovens e sua participação no âmbito das políticas.

No segundo capítulo, busca-se analisar o processo histórico do ensino médio e sua expansão, realizando uma retrospectiva a partir dos anos 1990, tendo como enfoque a década da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996) justamente por ser um período em que se retomou o debate sobre as funções do ensino médio. O caminho percorrido neste capítulo tem a preocupação em analisar a história do ensino médio brasileiro que oferece a formação mínima para o cidadão exercer seu papel social.

No terceiro capítulo, através da análise do material empírico identifica-se o perfil dos sujeitos pesquisados, suas trajetórias, relação com o mundo do trabalho e suas perspectivas após concluir o ensino médio.

Nas considerações finais, apresentam-se reflexões sobre as possibilidades e desafios que os jovens concluintes do ensino médio enfrentam, com a intenção de abrir caminhos para construção de novas reflexões em torno dos temas: Juventude, Ensino Médio e Mundo do Trabalho.

Levando em consideração a importância de se pesquisar à temática juventude e por contribuírem para o entendimento dos paradigmas que envolvem a juventude brasileira na perspectiva social e escolar, tomou-se, como referência, neste capítulo, os seguintes autores: Abramo (2005, 2013), Abramovay (2003), Carrano (2007, 2011), Castro (2009), Dayrell (2007, 2009), Foracchi (1972), Léon (2005), Leon (2007), Peregrino (2011, 2014), Ribeiro e Farah (2007), Margulis e Urresti (1996), Novaes (2005, 2013), Shiroma (2001) Sposito (2003, 2009), entre outros; Além dos autores supracitados, dialogamos com as ideias dos sociólogos Karl Mannheim (1968) e Pierre Bourdieu (1993).

Para traçar o histórico do Ensino Médio brasileiro, baseamo-nos na autora Otaíza Romanelli (2012), pela ênfase que oferece a questão da escolarização brasileira. Com relação à reforma do ensino médio, recorreremos à Dagmar Zibas (2005). Os autores Carrano e Sposito (2003), Lima (2011), Peregrino (2014), Krawczyk (2009), Algebaile (2013) contribuíram para a problematização de antigos e novos desafios do ensino médio brasileiro, principalmente no que refere a sua expansão. Os argumentos de Krawczyk (2009), Kuenzer (2000), Leão (2014) e Ramos, Frigotto e Ciavatta (2004) auxiliaram para discorrer a respeito do debate atual do ensino médio.

No capítulo do campo empírico, sobre as perspectivas da juventude, dialogamos com as obras de: Carrano (2010, 2011), Corrochano (2014), Dayrell (2010), Peregrino (2014), Ramos, Tomazetti, Salva (2014), principalmente para compreender como os jovens da camada popular dividem seu tempo entre a escola e trabalho. Baseamo-nos, também, nos dados da Pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Juventude (2013), a fim de cotejar alguns dados da pesquisa realizada.

No campo da trajetória escolar, Peregrino (2009) e Carrano (2011) são citados porque trazem a discussão os processos da escolarização dos jovens.

Consideramos a pesquisa bibliográfica fundamental para a elaboração dos escritos, pois é “a primeira tarefa a que nos propomos capaz de projetar luz e permitir uma ordenação ainda imprecisa da realidade empírica” (MINAYO, 2008, p. 97).

Lima e Mioto (2007), por exemplo, complementam dizendo que “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (p.38). Com base no exposto, ao se debruçar nas leituras, o pesquisador deve entrelaçar o assunto abordado ao argumento do autor, sobre um novo enfoque e com um toque de inovação.

Procedimentos Metodológicos: caminhos para a organização do estudo empírico

Neste sentido, o estudo foi construído a partir das análises de conteúdos de dados qualitativos e quantitativos. Sendo assim, traçamos os seguintes procedimentos metodológicos:

- ✓ Levantamento bibliográfico e documentos oficiais (Lei, Diretrizes e Resolução);
- ✓ Análise dos dados quantitativos da Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros, realizada pela Secretaria Nacional de Juventude (2013);
- ✓ Aplicação de questionário aos jovens alunos do terceiro ano do Ensino Médio regular (anexo I);
- ✓ Realização de grupo focal com 15 jovens alunos;
- ✓ Entrevista com dois jovens alunos trabalhadores.

Concomitante à pesquisa bibliográfica foram analisados alguns documentos oficiais, tais como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) de 2012 (Resolução CNE/CEB N.2 de 30 de janeiro de 2012), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394/96, por abordarem as finalidades do ensino médio; o Conselho Nacional de Educação (CNE), por evidenciar, através da Resolução n.2/2012⁴ a construção de um currículo articulado as vivências e aos saberes dos estudantes do ensino médio.

Inicialmente, pensamos em desenvolver a pesquisa de campo em uma escola localizada no bairro de Oswaldo Cruz, pois a proposta era analisar uma escola da Zona Norte

⁴ A RESOLUÇÃO Nº 2, DE 30 DE JANEIRO 2012 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e tem como objeto e referencial no artigo : A presente Resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a serem observadas na organização curricular pelos sistemas de ensino e suas unidades escolares; no artigo 2: Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos, definidos pelo Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, planejamento, implementação e avaliação das propostas curriculares das unidades escolares públicas e particulares que oferecem o Ensino Médio. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2014.

que atendesse jovens da camada popular e que tivesse turmas do último ano do ensino médio regular, objeto da pesquisa. Porém, na escola não havia um número expressivo de alunos do terceiro ano, tendo apenas três turmas. Desta forma, optamos por realizar a pesquisa de campo em outra escola, também localizada na Zona Norte, dessa vez, no bairro do Cachambi, que possuía um quantitativo maior de jovens, com cinco turmas do terceiro ano do ensino médio no primeiro e segundo turno.

Os motivos que nos levaram à escolha desses jovens se justificam por conta de alguns fatores, dentre eles: a) o ensino médio regular concentra o maior número de jovens na idade entre 16 a 19 anos; b) são jovens da camada popular que estão concluindo o último ano da educação básica; c) Investigar a preocupação que esses jovens têm com o ingresso na universidade e no mundo do trabalho.

Após definir a escola e o público, iniciamos a coleta de dados. Vale ressaltar que embora já estivéssemos atuando por meio de observação participante desde o mês de agosto de 2013 na unidade escolar, apenas em fevereiro de 2014 conseguimos o documento oficial da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC) para aplicar o questionário e realizar as entrevistas e grupo focal. Após uma breve explicação sobre os objetivos da pesquisa e com a autorização dos professores regentes das turmas, os alunos foram convidados a participar do preenchimento do questionário.

No estudo quantitativo foram aplicados 79 questionários. Tal aplicação aconteceu no dia 29 de abril de 2014 com jovens alunos das turmas assim discriminadas: três turmas do primeiro turno da manhã (turmas 3001, 3002 e 3003) e duas turmas do segundo turno da tarde (turmas 3004 e 3005).

Ressaltamos que no dia da aplicação do questionário, do total de 51 alunos das turmas do turno da manhã, apenas 20 estavam presentes e eram maiores de 18 anos, portanto foram estes que preencheram o questionário na escola voluntariamente. Apenas uma aluna com 19 anos não quis preencher ao questionário porque, segundo ela, estava “com sono”. Sua decisão foi respeitada.

Os 30 alunos menores de 18 anos levaram para o responsável uma declaração informando os objetivos da pesquisa e, mediante a solicitação, o responsável autorizou ou não a participação do jovem aluno no preenchimento do questionário, como também, na sua vontade de participar da entrevista e/ou grupo focal.

No dia 30 de abril de 2014 retornamos à escola na parte da manhã para recolher a declaração enviada aos responsáveis dos jovens alunos menores de 18 anos. Dos 30 alunos que levaram a declaração para os responsáveis terem ciência da pesquisa realizada, todos trouxeram a declaração assinada e puderam participar da aplicação do questionário.

Com relação aos alunos do segundo turno, das turmas 3004 e 3005, do total de 30 alunos presentes no dia 30 de abril de 2014, apenas um aluno menor de 18 anos optou por não levar a declaração para o responsável e não quis participar do preenchimento do questionário. A decisão do aluno também foi respeitada.

A aplicação do questionário teve como objetivo analisar o perfil dos alunos concluintes do ensino médio regular. Essa primeira fase foi essencial para conhecer um pouco sobre o perfil socioeconômico dos jovens pesquisados e a sua trajetória escolar.

Na parte qualitativa, a pesquisa contou com observação direta nas salas de aula do terceiro ano do ensino médio regular e no espaço escolar. O objetivo era conhecer os jovens, a dinâmica das aulas e a interação nessa relação entre professor-aluno. A pesquisa qualitativa verifica uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido apenas em números (MINAYO, 2008).

Em um segundo momento, 15 jovens do segundo turno que responderam ao questionário foram convidados a participar do grupo focal. Os jovens concordaram em participar voluntariamente. Optou-se por convidá-los pelo interesse que tiveram sobre o desdobramento da pesquisa. Dos jovens que preencheram o questionário do primeiro turno, apenas dois jovens das turmas 3001 e 3003 tiveram interesse em participar do grupo focal, porém não tinham disponibilidade de tempo porque trabalhavam ao sair da escola.

A segunda técnica utilizada foi à entrevista individual, com roteiro semiestruturado, de modo que os dois jovens, das turmas 3001 e 3003, que não puderam participar do grupo focal, pois trabalhavam, puderam participar e contribuir para o desenvolvimento da pesquisa.

Tentando definir local, data e horário para realização das entrevistas, o jovem de 17 anos da turma 3001 lançou o convite de realizarmos a entrevista no seu local de trabalho, no bairro da Barra da Tijuca. Após agendar uma visita na empresa para conversar com o gerente a fim de explicar o objetivo da pesquisa e a participação do jovem, menor aprendiz, daquela

organização, a entrevista foi agendada no horário de trabalho do jovem. O gerente foi muito solícito e reservou a sala de reunião da empresa para que pudéssemos realizar a entrevista com tranquilidade. A entrevista aconteceu, no dia 12 de maio de 2014, às 15h.

A segunda entrevista foi realizada no dia 14 de maio de 2014, com a jovem aluna de 18 anos, do turno da manhã, da turma 3003, no dia de sua folga, na comunidade onde mora, no bairro de Jacarepaguá, às 14h.

A escolha pela técnica da entrevista individual aconteceu com a finalidade de ouvir os sujeitos da pesquisa que não poderiam participar do grupo focal de modo que pudéssemos obter mais dados para melhor compreensão da realidade dos jovens. A entrevista individual é necessária, pois “mesmo cientes da existência de um roteiro pré-determinado pelo pesquisador, podem apresentar nuances, observações e/ ou conclusões que lhes forem importantes” (MINAYO, 2008, p.358).

Ao retornar na unidade de ensino para as observações, agendamos com os jovens, dia e horário para a realização do grupo focal. Os jovens informaram que não dispunham de tempo fora do horário escolar, pois estavam envolvidos com outras atividades. Diante disso, conversei com a direção da escola que repassou os horários das turmas que possuíam dois tempos vagos, pela falta de professor das disciplinas de Geografia e Física. Nesse momento, agendamos a realização do encontro.

Infelizmente, não foi possível no primeiro momento, pois alguns jovens participantes da pesquisa estavam realizando uma atividade avaliativa para a disciplina de Matemática. Remarcamos, então, uma nova data.

Nas idas e vindas, encontros e desencontros, o primeiro grupo focal foi realizado no dia 30 de maio de 2014, em uma 6ª feira, na sala de aula, no horário 14h30 min.; e às 15h 40 min, na turma 3005. Ao todo, 9 jovens com idade entre 17 e 18 anos participaram, sendo 4 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Desse total, 3 jovens trabalhavam e estudavam e 6 jovens apenas estudavam, mas estavam a procura de trabalho ou estágio remunerado.

O grupo focal foi realizado com a duração de aproximadamente 1h 10 min. Foi preparado um roteiro como parâmetro para direcionar a conversa, embora este fosse aberto para que os jovens pudessem expressar as suas opiniões.

A conversa iniciou com uma rápida apresentação. Em seguida, foram repassadas algumas orientações sobre o objetivo da pesquisa e o motivo pelo qual os jovens estavam participando do grupo focal. Após o término do grupo focal da turma 3005, seguimos para a turma 3004, onde 6 jovens aguardavam para o início da “roda de conversa”, como eles assim definiram. Nessa turma, o encontro teve duração de 1h e 30 minutos. A idade dos jovens variavam entre 17 a 19 anos, 5 jovens eram do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Deste total, 5 jovens trabalhavam e estudavam e somente 1 só estudava, mas estava procurando trabalho. Para a realização do grupo focal contamos com a parceria da professora da disciplina de Sociologia que tinha experiência nessa técnica de pesquisa, por já tê-lo realizado anteriormente.

O grupo focal é uma técnica de pesquisa utilizada há muito tempo, sendo um bom instrumento de levantamento de dados para investigações em Ciências Sociais e Humanas, mas a escolha por essa técnica precisa ser coerente com os propósitos da pesquisa.

O método do grupo focal contribui para a análise de múltiplas questões na dependência do problema a qual o pesquisador se propõe. Segundo Gatti (2005) a técnica do grupo focal é importante porque possibilita que os entrevistados possam expor suas opiniões e trazerem à tona uma determinada problemática que, na maioria das vezes, não são visíveis nas entrevistas individuais e nem mesmo no questionário com perguntas fechadas.

Cabe ressaltar que os nomes dos participantes da pesquisa apresentados no capítulo do estudo empírico, não são reais, a fim de preservar a identidade dos jovens.

Os dados analisados neste trabalho visam contribuir para futuras pesquisas no campo das políticas públicas, no âmbito da educação em que se encontram os jovens brasileiros.

Capítulo 1 - Juventude: uma categoria em análise

Na busca por compreender a definição de juventude e, na tentativa de verificar onde inicia a discussão sobre o termo, recorreu-se a uma breve retrospectiva ao pensamento filosófico grego do início do século V a.C, devido à preocupação que os filósofos tinham com os jovens atenienses. Para tanto, um dos primeiros filósofos, Sócrates⁵, evidencia que a vida deveria ser organizada a partir da juventude, de modo que os jovens fossem educados para refletir mais sobre os valores, sobre os conceitos e, sobretudo, sobre si mesmos. Além disso, a preocupação do filósofo estava ancorada na necessidade de se instruir bem a juventude⁶.

A concepção Socrática auxilia para explorarmos o tema juventude, pois ainda existe, no Brasil, o debate conceitual das categorias: adolescência e juventude. Os termos ora se superpõem, ora constituem campos distintos, mas também, se complementam na disputa por distintas abordagens. As diferenças e as conexões entre ambas não são claras e, na maioria das vezes, as disputas existentes estão embutidas na imprecisão dos termos (FREITAS, 2005).

A proposta que aqui se insere, não está vinculada na promoção de uma definição única sobre as categorias, mas apresentar como têm sido o debate na ação pública brasileira.

1.1 – O “termo” juventude

⁵ Sócrates (469-399 a.C) filósofo que nasceu em Atenas e foi um dos principais pensadores da Grécia Antiga.

⁶ PLATÃO - A REPÚBLICA – Livro II – Fundação Calustre, 1997.

Durante muito tempo, os termos “adolescência” e “juventude” se confundiram; a adolescência esteve vinculada às políticas para a infância e isso possibilitou discussões públicas em defesa dos direitos da criança e do adolescente “(...) e fez emergir uma nova noção social, centrada na ideia da adolescência como fase especial do ciclo da vida, de desenvolvimento, que exige cuidados e proteção especiais” (FREITAS, 2005, p.7).

O reconhecimento do termo adolescência propiciou a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente⁷(ECA), com o intuito de fazer valer os direitos da infância e da adolescência, na faixa etária entre 12 a 18 anos de idade. A legislação tornou-se uma referência social na construção de ações que ampliaram políticas e programas para atender os direitos desses “sujeitos juvenis”.

Abramo (2005, p. 29), apresenta a conceituação elaborada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)⁸ em 2002:

Logo no início do texto, toma-se como ponto de partida a noção de adolescência como “uma fase específica do desenvolvimento humano caracterizada por mudanças e transformações múltiplas e fundamentais para que o ser humano possa atingir a maturidade e se inserir na sociedade no papel de adulto”; acrescenta-se, logo em seguida, que é “muito mais que uma etapa de transição, contemplando uma população que apresenta especificidades, das quais decorrem uma riqueza e potencial único”. Delimitada, etariamente, entre os 12 e 18 anos incompletos.

O texto expressa de forma clara a garantia das especificidades juvenis. Entretanto, há uma lacuna no que se refere aos jovens que ultrapassam a faixa etária determinada, mas que permanecem fora da vida adulta e que pleiteiam sua inserção na sociedade vigente.

É nos anos 90 que surge a emergência da elaboração de um marco conceitual sobre o tema juventude, na tentativa de elaborar ações que configurem as necessidades dos jovens, até porque as tentativas de se promover discussões para definir a delimitação e conceituação de adolescência, continuam limitadas, mesmo com o reconhecimento dessa etapa da vida. Desta forma, é imprescindível a construção dos conceitos de adolescência e juventude, pela

⁷ ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

⁸ UNICEF - O Fundo das Nações Unidas para a Infância foi criado em 11 de dezembro de 1946, pela Organização das Nações Unidas (ONU), com a finalidade de atender, na Europa e na China, às necessidades emergenciais das crianças durante o período pós-guerra. (...) recolhemos a definição constante do Relatório da Situação da Adolescência Brasileira, elaborado e publicado pela UNICEF em 2002. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/faq.html>. Acesso em janeiro de 2014.

heterogeneidade e, ainda pelos aspectos históricos, sociais e culturais com que se apresentam. Entender esse processo significa analisar as recentes transformações que relacionam os jovens com: a escola, família, dificuldade de inserção no mundo do trabalho, relacionamento afetivo, sexualidade, drogas, permanência na casa dos pais, dentre outros aspectos que fortalecem para a “problematização da juventude” (CARRANO, 2011).

Para León (2005, p.14) a definição da categoria juventude articula-se com outros dois conceitos: o juvenil e o cotidiano. O *conceito juvenil* é caracterizado pelo autor como aquele que “remete ao processo psicossocial de construção da identidade”, enquanto que o *conceito cotidiano* está expresso “nas relações e práticas sociais nas quais o mencionado processo se realiza, com fundamentos em fatores ecológicos, culturais e socioeconômicos”. Esses conceitos grifam o reconhecimento da heterogeneidade dos jovens a partir do seu cotidiano, pois só assim é possível construir a identidade e a subjetividade.

Sobre essa perspectiva, León (2005) analisa as “trajetórias de vida” a partir das mudanças experimentadas no processo de entrada dos jovens para a vida adulta. Carrano (2007; 2011) considera essa tentativa necessária e essencial, de forma que não se deve esquecer sobre essa etapa da vida, principalmente no que concerne ao lugar sociológico que o jovem ocupa.

1.2 – A transição para a vida adulta na sociologia da juventude

A transição para a vida adulta tem sido tema de discussão nos estudos da sociologia da juventude. Por isso, recorreremos ao suporte teórico do sociólogo alemão Karl Mannheim (1968) na tentativa de compreender que a transição para a vida adulta não é a fase final da juventude, mas o momento de transição.

Em meados do século XX, Mannheim (1968) discute o significado da juventude na sociedade e a participação dos jovens na construção da vida social. O autor destaca a importância de compreender a juventude, levando em consideração o contexto histórico, político e social.

A juventude é reserva vital de “recursos latentes”, espécie de um agente revitalizante que só se põe em evidência quando essa revitalização é necessária para o ajustamento e circunstâncias em rápida mudança ou completamente novas da sociedade. O que torna os

jovens um conjunto singular é o fato deles não aceitarem com naturalidade a ordem existente e nem possuir interesses adquiridos no campo econômico e social.

Para Mannheim (1968, p. 75), “ser jovem significa, sobretudo, ser um homem marginal, em muitos aspectos um estranho ao grupo”. O autor sinaliza que a juventude chega aos conflitos da sociedade porque se constitui como geração marginal, vinda de fora, justamente por reconhecer que estão à margem do poder social. A potencialidade da juventude acontece nas próprias relações sociais e, por isso, ela se transforma, se altera. Mannheim (1968) conclui afirmando que a juventude:

(...) é um dos mais importantes recursos espirituais latentes para a revitalização de nossa sociedade. Ela tem de tornar-se a força desbravadora de uma democracia militante. Dentro do país, sua tarefa é demolir aquela frustração mental que, conforme vimos muitas vezes se mostra disposta a fazer um sacrifício no campo material, mas não formular a ideia de uma mudança que está em marca ante nossos olhos.

Para fins de análise, o sociólogo idealiza uma juventude democrata e militante que não existia, mas que poderia se tornar real. Na atualidade, o pensamento de Mannheim contribui para a expressão de novos termos que envolvem o engajamento juvenil e, principalmente, no momento em que a juventude busca ultrapassar os limites de experimentar a vida na sociedade.

Nesse campo do conhecimento, recorreremos às ideias sociológicas de Pierre Bourdieu, que também são essenciais para o entendimento da transição:

Encontramos coisas muito semelhantes nos ditados e provérbios ou, mais simplesmente nos estereótipos sobre a juventude, ou ainda na filosofia, de Platão e Alain que designava a cada idade uma paixão específica: à adolescência o amor, à idade madura a ambição. A representação ideológica da divisão entre jovens e velhos concede aos mais jovens coisas que fazem com que, em contrapartida, eles deixem muitas outras coisas aos mais velhos (1983, p.1).

A reflexão do sociólogo atenta que a juventude não deixa de ser uma imposição do controle social, da manutenção e divisão do poder. A diferenciação entre jovens e velhos têm como proposta o estabelecimento da ordem e o respeito aos limites sociais, além da juventude ser uma fase construída socialmente. Desta forma, Bourdieu (1983, p. 114) expõe que “parece que um dos efeitos mais poderosos da situação de adolescente decorre desta espécie de

existência separada que os coloca socialmente fora do jogo”. O autor apresenta que a situação de adolescente é decorrente de sua existência enquanto estudante. Nesse sentido, é possível entender que a juventude não é uma apenas uma construção dos adultos, sobre forma de controle e subordinação; ela também é uma construção da escola.

A juventude não deve ser vista apenas como um período de transição para a vida adulta ou como o intervalo de tempo entre a adolescência e a idade adulta, ou, ainda, como o modo pelo qual os jovens deixam de ser jovens para se tornarem adultos. Apesar de adotarem uma faixa etária para delimitar ações e políticas destinadas para a juventude, essa categoria deve ser vista como tendo importância em si e não apenas como uma passagem. Estudar juventude significa pesquisar as suas características, singularidades e possibilidades, tomando o período de transição entre a infância e a vida adulta, como posição central para análise de uma dinâmica sempre complexa (PEREGRINO, 2011).

Grande parte dos estudos sobre jovens estão focalizados como se eles não fizessem parte do contexto social no qual estão inseridos, como uma relação de sujeição estrita, através da conjugação de aptidão e utilidade. Ainda neste sentido, Abramoway (2003, p. 39) aponta:

Na medida em que existe uma representação social da juventude como irresponsável, muitos são discriminados simplesmente por serem jovens, o que muitos enfatizam. Os adultos desconfiam deles, não acreditam na sua capacidade, o que muitas vezes rebaixa sua auto-estima, faz com que se sintam desrespeitados e maltratados.

Saber lidar com essas questões de repulsa, cria no jovem uma série de conflitos. Talvez seja por isso, que no campo educacional, o jovem refere-se à escola como uma instituição que sempre está pautada numa dinâmica de conteúdos, de disciplinas, provas e avaliações, que não oferece uma dimensão maior no processo de socialização, principalmente na troca de ideias e de produção de conhecimentos.

Diante dos aspectos aqui analisados, é imprescindível entender a nova condição juvenil no Brasil.

1.3 – Por uma nova condição juvenil brasileira

Infelizmente ainda não há um consenso sobre o que configura a categoria juventude e, por isso, é necessário repensar essa limitação histórico-social que permeia a condição juvenil brasileira.

Para Sposito (2003) o significado atribuído à condição juvenil tem a ver como que uma sociedade constitui sentido ao modo de ser jovem. Nessa análise, mais do que uma faixa etária determinada, a condição juvenil envolve uma hierarquia social, a maneira de ser que o sujeito exerce sobre a vida e à sociedade.

Outra abordagem significativa sobre a condição juvenil refere-se às transformações sócio-culturais, ocorridas no mundo ocidental nas últimas décadas, fruto da ressignificação do tempo, espaço e da reflexividade, dentre outras dimensões (DAYRELL, 2007).

O legado deixado por Foracchi (1972), *A juventude na sociedade moderna*, também contribui para compreender a condição juvenil, principalmente com relação aos processos de transição à vida adulta. Além disso, a autora pesquisa a situação dos jovens estudantes como categoria social, incorporando à sua reflexão, a emergência de indagações que permanecem no debate contemporâneo:

(...) não sendo passível de delimitação etária, a juventude representa, histórica e socialmente, uma categoria social gerada pelas tensões inerentes à crise do sistema. Sociologicamente, ela representa um modo de realização da pessoa, um projeto de criação institucional, uma alternativa nova de existência social (FORACCHI, 1972, p. 160).

A juventude é vista pela socióloga como tendo um caráter dinâmico no sistema social e, por isso, é necessário considerá-la no estilo próprio de sua existência e, sobretudo, na realização de suas escolhas de destino pessoal.

E para fomentar a discussão, Abramo (2005) atenta para a investigação dos sentidos atuais da nova condição juvenil que apesar do tema juventude ser pauta nos debates políticos, ainda se conserva a ideia de que é uma fase transitória entre a infância e a vida adulta. Na realidade, o que a autora destaca é o significado social dos atributos das fases da vida que são históricas e culturais e que a juventude não surge exatamente como uma etapa demarcada por essa transição à vida adulta e que possa ser definida com parâmetros fixos, com homogeneidade social (ABRAMO, 2005, p. 41).

O debate sobre a temática juventude vai se ampliando e novos sentidos vão sendo introduzidos para a compreensão das condições juvenis. Há, portanto, uma crítica de alguns

pesquisadores que estudam e investigam juventudes, pela concepção clássica que é atribuída a esse momento do ciclo da vida, como sendo uma transição entre a infância e a fase adulta, conforme as que foram anotadas nos parágrafos anteriores. É necessário chamar atenção que a juventude deve ser visualizada como etapa significativa por si mesma e não mais decorrente das experiências vividas na fase da infância, pois é a partir dessa análise que os autores supracitados veem a necessidade de se constituir dimensões socioculturais da juventude, ressaltando a participação juvenil no âmbito social.

Ribeiro & Farah (2007, p. 56) também fazem alusões à condição social juvenil em que tratam dos processos de diferenciação dos jovens no sistema de ensino. Interessante à abordagem dos autores quanto ao processo de escolarização, como um espaço “que explicita, de forma incisiva, desigualdades e oportunidades limitadas que marcam expressivos grupos de jovens brasileiros”, principalmente porque uma das maiores dificuldades atuais é desencadear condições sociais para os jovens e procurar saber mesmo ainda que insuficiente, quem são os jovens que estão cursando o ensino médio público da cidade do Rio de Janeiro.

A presente pesquisa objetiva conhecer alguns desses jovens do Ensino Médio público carioca. O interesse recai sobre a possibilidade de dar visibilidade a esses sujeitos juvenis, aproximando-se de suas experiências escolares, mas obviamente evitando qualquer tipo de interferência de ideias e representações do cotidiano. É preciso ouvi-los, pois conforme afirma Dayrell (2007, p. 1107), “o jovem que chega às escolas públicas, na sua diversidade, apresenta características, práticas sociais e um universo simbólico próprio que o diferencia e muito das gerações anteriores. Mas quem é ele? Quais as dimensões constitutivas dessa condição juvenil?”.

É pertinente sublinhar que para pensar na condição juvenil é necessário reconhecer o jovem enquanto sujeito de direitos. Apesar dos avanços na estruturação das políticas públicas para juventude brasileira, ainda existe a tensão no que envolve o tema trabalho. Inicialmente, para o jovem da camada popular, oriundo da escola pública, o que vai determinar, em partes, sua inserção na sociedade é ser um jovem trabalhador, principalmente na comunidade a qual reside.

Abramo (2013, p. 42) evidencia a elaboração de políticas de trabalho para os jovens e destaca que “o foco central das políticas e programas existentes são as ações de elevação de escolaridade e de qualificação, que sem dúvida são centrais, mas não esgotam o âmbito das

políticas necessárias à promoção do trabalho decente para os jovens”. Essa é uma sugestão que modifica a condição do jovem e a sua trajetória de vida, principalmente nas possibilidades de vivência juvenil.

Ainda no âmbito dessa discussão, trazemos o conceito de moratória social e moratória vital, definido por Margulis e Urresti (1996). A primeira pode ser compreendida como o tempo de tolerância que a sociedade oferece aos jovens para vivenciar a sua juventude, sem que tenha as mesmas responsabilidades que os adultos.

Peregrino (2011, p. 281), com base em Margulis fala que:

Moratória social faz referência, portanto, a um “tempo doado” pela sociedade para que seus jovens experimentem a condição adulta, permitindo-lhes então configurar trajetórias de inserção social com maior autonomia. A questão é que, em sociedade, esse tempo de experimentação varia com a condição social dos sujeitos, havendo casos em que a condição se alonga indefinidamente e outros em que esta não pode ser sequer experimentada.

A problematização acerca da questão da moratória social diz respeito a quem tem necessidade de maior uso da moratória. No caso específico dos jovens da camada popular, que cada vez mais cedo adentram ao mundo do trabalho, a moratória social assume um papel consubstancial. Com as modificações sociais e refletindo sobre as novas condições juvenis, evidenciamos a necessidade de abrir a discussão para ações políticas mais incisivas de moratória social nos estudos da sociologia da juventude.

Complementando o conceito de moratória social, Margulis e Urresti (1996) apresentam a moratória vital. Como bem define Peregrino (2011, p. 280), “moratória vital é, portanto, capital energético, valor de uso. É sobre esta moratória que se desenvolve o valor de troca”. Essa é uma moratória universal, que se estende a todos os jovens, pois tem a ver com a potência, a energia vital e a capacidade física reprodutiva do jovem. É a única moratória vivenciada pelos jovens em sua forma total, porém não negamos que os jovens desfrutem de nenhum tipo de moratória social, mas como foi dito anteriormente, elas são limitadas de acordo com as classes e grupos sociais.

Conforme aponta Peregrino (2014), a condição dos jovens brasileiros, especificamente os que se encontram nas escolas de ensino médio público, em especial aos que foram incorporados nesse sistema de ensino recentemente, são jovens que dividem seu tempo entre estudo e trabalho. A prática de trabalhar traz um sentido de mediação entre o simbólico e o efetivo e essa experimentação consolida a nova condição juvenil.

Essa análise prévia permite um olhar mais atento para os percursos dos jovens brasileiros na esfera da escola e do trabalho, pois como afirma Sposito (2005) “o trabalho também faz a juventude”. Perceber o quanto o trabalho é importante “para os jovens brasileiros, escola e trabalho são projetos que superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil” (SPOSITO, 2005, p, 106).

Nesse direcionamento, um exemplo em destaque, refere-se ao jovem menor de 16 anos, que só pode exercer qualquer atividade trabalhista desde que esteja estudando, na condição de menor aprendiz⁹, com idade a partir dos 14 anos. Obviamente que o quantitativo de jovens que exercem atividades remuneradas nessa faixa etária entre 14 e 15 anos ainda é reduzido, por não terem completado o ensino fundamental.

Argumentamos também a respeito da inserção precária dos jovens no campo do trabalho, devido aos baixos rendimentos salariais. No início de suas atividades trabalhistas, os jovens não conseguem ter a mesma equiparação salarial em relação aos adultos pelo fato de ainda estarem em processo de formação. A partir dessa concepção é interessante pensar que assim como o adulto, o “novo” trabalhador juvenil está subordinado ao sistema econômico na condição de produzir para consumir.

As demandas trabalhistas estão associadas à qualificação e a formação. O sistema produtivo busca um perfil de jovem trabalhador que combine saber e conhecimentos complexos. E, no contexto atual, os jovens se deparam com recursos tecnológicos e são submetidos ao domínio desses conhecimentos, pois “a qualificação real passou a ser condição básica para o trabalho” (PAIVA, 1995, p.82). Diante de tal necessidade, como o ensino médio público regular está conseguindo produzir práticas sociais capazes de adequar os jovens alunos ao mundo do trabalho?

O emprego e o desemprego são temas importantes para análise da nova condição juvenil, sobretudo, pelo impacto social que isso vem acarretando para a vida do jovem, devido à exigência da passagem de sua condição de inatividade para a de participante ativo da sociedade (LEON, 2007).

⁹ Jovens na idade entre 14 a 18 anos que exercem atividades em sistema de treinamento em empresas credenciadas pelo Programa de inclusão de Jovens no mercado de trabalho.

Segundo as informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese (2006), na realização em uma de suas pesquisas a respeito da ocupação juvenil no mundo do trabalho, declara que:

[...] os jovens em idade de trabalhar constituem um dos segmentos mais frágeis na disputa por um posto de trabalho e para quem o problema do desemprego é mais latente. Nesse sentido, mesmo quando o jovem consegue uma ocupação, verifica-se que esta apresenta características diferenciadas – normalmente é menos regular e mais precarizada (p.2).

Como se observa, grande são os desafios dos jovens brasileiros, principalmente no que tange ao entrelaçamento das demandas do mundo do trabalho e a realidade educacional. Mesmo reconhecendo que a educação é de extrema importância para a formação humana, é necessário também considerar o trabalho como categoria fundamental para a nova condição social juvenil. Até porque, mesmo que precocemente, normalmente o jovem é percebido apenas na sua condição de estudante. No entanto, os dados do censo de 2010, do IBGE, apontam um número significativo de jovens que fazem parte dessa categoria que compõe a classe trabalhadora brasileira. Em contraponto, a realidade indica que existem outros números de jovens que não conseguem concluir o Ensino Médio, ingressar e permanecer no mundo do trabalho, na faixa etária entre 15 a 19 anos¹⁰.

O estudo de Corrochano (2008) sobre a condição de atividades dos jovens com o mundo do trabalho também possibilitou compreender a condição juvenil. Apesar dos dados da pesquisa realizada ser do ano de 2006, ainda assim é possível verificar que grande parte (66%) dos jovens na faixa etária entre 15 a 29 anos trabalham ou estão em busca de trabalho; há também os que só estudam e não trabalham (21%); os que não estudam, não trabalham e procuram trabalho (13%)¹¹. Os dados apresentados são semelhantes àqueles levantados pelo Censo 2010 do IBGE, que demonstram uma porcentagem de 53,5% dos jovens entre 15 a 29 anos que estão trabalhando, 36% só estuda e 22,8% trabalham e estudam simultaneamente.

¹⁰ Análise no site do IBGE disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/> - Variável – trabalho e deslocamento para o trabalho – população economicamente ativa por grupo de idade entre 15 a 19 anos - Pessoas de 10 anos ou mais de idade com condições de atividade na semana de referência economicamente ativas e idade de 15 a 19 anos, percentual de 88.4%; pessoas de 10 anos ou mais de idade com condições de atividade na semana de referência de **não** economicamente ativas e idade de 15 a 19 anos. Porcentagem 11.6% desocupadas. Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

¹¹ Ver pesquisa desenvolvida por Corrochano, Maria Carla ... [et al.]. **Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, Instituto ibi, 2008.

A maior parte das publicações que discutem os dilemas atuais da condição juvenil brasileira, no que envolve escola e trabalho, enfoca que a grande dificuldade que os jovens encontram é a sua inserção no mundo do trabalho. Isso implica, substancialmente, nas expectativas dos jovens com relação ao futuro. Ainda que alternativas sejam criadas por dirigentes governamentais para diminuir esses entraves e ampliar a possibilidade de acesso no mundo do trabalho, os jovens não conseguem visualizar a garantia da permanência e nem mesmo da sua valorização enquanto profissional (CORROCHANO, 2008). Esses são alguns dos desafios que os jovens enfrentam e que ainda precisam ser repensados pela esfera pública.

A discussão da condição juvenil avança para outros espaços, como na Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude no Brasil (2010), através da Organização Internacional do Trabalho - OIT¹², tendo como proposta a promoção da qualidade do trabalho juvenil. O documento elaborado estrutura-se em torno de quatro prioridades: “1) mais e melhor educação; 2) conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; 3) inserção digna e ativa no mundo do trabalho, com igualdade e oportunidades e tratamento e 4) diálogo social: juventude, trabalho e educação” (BRASIL, 2010, p. 24).

Ao verificar o esforço que a juventude vem fazendo para conciliar estudo e trabalho, a proposta foi elaborar uma agenda que considerasse a relevância da ampliação das oportunidades de trabalho atrelada aos modelos educacionais vigentes na tentativa de atender as condições juvenis. O importante é dar visibilidade a forma de viver dos jovens, que não se reduz à formação de competências e habilidades, mas de uma formação que garanta a convivência com situações imprevisíveis, de forma que consigam se adaptar as novas situações do futuro próximo.

Mesmo não sendo a proposta central desse estudo, os argumentos de Eneida Shiroma (2001, p.3) sobre a questão da inclusão social corroboram para refletirmos sobre a atual condição juvenil. Nem mesmo com o progresso social, o crescimento tecnológico e econômico, não foi possível “a almejada igualdade e emancipação sociais. Ao contrário, podemos observar persistência e alargamento de defasagens entre abastados e despossuídos (...)”. Na análise de Shiroma (2001), a concepção “para todos” exposto normalmente nas campanhas sociais, amplia a configuração imaginária de uma igualdade comum a todos os indivíduos, sujeitos à exclusão. Para a autora, o discurso político de inclusão contribui para

¹² A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a agência das Nações Unidas com a proposta de promover oportunidades de trabalho decente com qualidade para mulheres e homens. Mais informações ver em: <http://www.oit.org.br/content/apresentação>. Acesso em 17 de março de 2014.

que as diferenças sociais sejam anuladas com o entendimento de que todos são iguais, principalmente quando o enfoque está direcionado a educação e empregabilidade, como dispositivos de sobrevivência, são os limites do discurso da inclusão. Mas, na realidade, tem um caráter imensamente coercitivo. Isso porque a meritocracia direciona a responsabilidade da inclusão para o indivíduo, desviando a responsabilidade do Estado em garantir os direitos sociais à população.

São essas questões centrais que demandam a necessidade de compreender melhor as diferentes situações que configuram a realidade do jovem brasileiro. É importante pensar a condição juvenil marcada por dificuldades que limitam a concretização das ações juvenis e sua inserção na sociedade. No Brasil, os jovens têm acesso à educação, porém, no campo da empregabilidade, o acesso não se constitui como garantia. Mediante as concepções dos próprios jovens, principalmente com relação à incorporação de seus direitos na agenda governamental e na prioridade de políticas públicas para a juventude, é necessário pensar nos direitos e na participação, é isso que veremos a seguir.

1.4 - Juventude em foco: direitos e participações

Na pauta das políticas sociais e no campo da legislação, “os direitos da juventude” entram em cena a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regimentado pela Lei 8.069 de 1990. Os documentos legais consolidam o início de novas conquistas, tanto para as crianças e adolescentes quanto para os jovens. A importância de incluir a juventude foi tão expressiva, que o texto do artigo 227 sofre alteração a partir da Emenda Constitucional nº 65 de 13 de julho de 2010:

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

É interessante destacar que o antigo texto do referido artigo da Constituição Federal de 1988, contempla os direitos das crianças e dos adolescentes, sem incluir os jovens. Na questão juvenil, o ECA é considerado um avanço como garantia de direitos dos jovens até 18 anos de idade. Porém, as lacunas existentes no texto da Constituição promovem uma mobilização

juvenil e a partir desse momento, iniciam-se as primeiras demandas direcionadas aos problemas dos jovens.

Os avanços na história juvenil registra que a década de 90 foi marcada pelo surgimento de projetos sociais direcionados para o atendimento aos jovens pobres residentes em área de risco, longe dos centros urbanos. Nessa década, o presidente do Brasil era o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e nesse momento de sua gestão presidencial ocorreram às primeiras iniciativas que possibilitaram a criação de secretarias e coordenadorias municipais e algumas estaduais. Porém, mesmo diante dessas iniciativas, não foi criado um espaço no governo nacional específico para atender à juventude.

Em 2005, na primeira gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Política Nacional de Juventude. Essa política, direcionada aos jovens, tem a participação do governo e prioriza os direitos da juventude brasileira. Nesse mesmo ano, a Política Nacional de Juventude – PNJ, contava com as seguintes instituições: Secretaria Nacional de Juventude (SNJ); Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

Quadro 1 - As atribuições da SNJ, Conjuve e ProJovem

Secretaria Nacional da Juventude – SNJ
<ul style="list-style-type: none"> • Formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular cooperações necessárias para a realização de políticas públicas para a juventude.
<ul style="list-style-type: none"> • Articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a juventude.
<ul style="list-style-type: none"> • Desempenhar as atividades da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Juventude.
Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Juventude – Conjuve
<ul style="list-style-type: none"> • Formular e propor diretrizes da ação governamental para a promoção de políticas públicas de juventude.
<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica juvenil.

Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)¹³

O programa contemplava ações de aceleração de escolaridade, qualificação profissional e execução de ações comunitárias para os jovens e transferia auxílio financeiro da ordem de R\$ 100,00 para os jovens que apresentavam as seguintes características:

- Tinham entre 18 e 24 anos.
- Haviam concluído a 4ª série, mas não a 8ª série do ensino fundamental.
- Não tinham vínculo empregatício.

Fonte: Ipea/2009.

O ano de 2008, também se constitui como um marco legal para os direitos da juventude. Nesse ano, foi realizado a 1ª Conferência Nacional de Políticas para a Juventude, cujo lema “Levante Sua Bandeira” contou com a participação de 400 mil pessoas em todo país e aprovou um conjunto de 70 resoluções e 22 prioridades que regulamentaram ações para a juventude em nível nacional.

Um dos objetivos da 1ª Conferência foi “criar espaços para o diálogo entre o governo e sociedade civil que servisse como base e subsídio para a consolidação de uma política nacional para a juventude, focalizada em direitos e autonomia por cidadania ativa (...)” (Castro 2009, p. 25).

As 22 prioridades da 1ª Conferência foram as seguintes: 1) *Jovens negros e negras*; 2) *Educação básica – elevação da escolaridade*; 3) *Fortalecimento institucional*; 4) *Meio Ambiente*; 5) *Esporte*; 6) *Juventude do campo*; 7) *Trabalho*; 8) *Educação Superior*; 9) *Cultura*; 10) *Política e Participação*; 11) *Jovens mulheres*; 12) *Segurança*; 13) *Política e Participação*¹⁴; 14) *Outros temas*¹⁵; 15) *Fortalecimento Institucional*; 16) *Povos e*

¹³ Primeira formulação do Programa Nacional de Inclusão de Jovem – ProJovem. Cabe aqui ressaltar, que não se trata, porém, de uma análise sobre a especificidade da política pública do programa – ProJovem, embora este estudo envolva as interfaces da pesquisa, por analisar ações públicas destinadas à juventude brasileira. (Elaboração própria)

¹⁴ Garantir uma ampla reforma política que, além do financiamento público de campanha, assegure a participação massiva da juventude nos partidos políticos, com garantia de cota mínima de 15% para jovens de 18 a 29 anos nas coligações, com respeito ao recorte étnico-racial, e garantindo a paridade de gênero; mudança na faixa etária da elegibilidade, garantindo idade mínima de 18 anos para vereador, prefeito, deputados estaduais, distritais e federais, e 27 anos para senador, governador e presidente da República. Disponível em: http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/marcos-da-politica-nacional-de-juventude/1ª Conf_22Prioridades.pdf. Acesso em 10 de março de 2014.

comunidades tradicionais; 17) Cultura¹⁶; 18) Cidadania GLBT; 19) Jovens com deficiência; 20) Jovem do Campo; 21) Segurança; 22) Cultura¹⁷. Contando com um total de 402.100 participantes, a 1ª Conferência realizou: 27 Conferências Estaduais (25.366 mil participantes); 597 Conferências Municipais/Regionais (154.975 participantes); 244 Conferências Municipais Efetivas (71.346 participantes); 689 Conferências Livres (137.793 participantes); Lançamentos estaduais da 1ª Conferência (12.620 participantes); Envolvimento de mais de 1200 municípios.

O intenso movimento nos debates realizados na 1ª Conferência possibilitou o início da materialização de políticas para a juventude. A partir desse momento, as conquistas foram se expandindo e aconteceu a aprovação da Proposta da Emenda Constitucional nº 65 de 13 de julho de 2010, conhecida como PEC da Juventude, que foi sancionada pelo Congresso Nacional. A juventude passa a ser reconhecida pela Constituição do Brasil.

No ano de 2011 foi realizada a 2ª Conferência Nacional de Juventude, fruto das reivindicações juvenis que desejavam dar continuidade ao debate dos direitos e da participação dos jovens no cenário político e social do país. O tema central do evento “Conquistar Direitos, Desenvolver o Brasil” conduziu três principais temas: Juventude-Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional; Plano Nacional de Juventude (com prioridades entre 2011-2015) e articulação e integração das políticas públicas de juventude.

O encontro aconteceu nos dias 9 a 12 de dezembro de 2011 e cerca de 2.200 jovens participaram do evento (quilombolas, indígenas, ciganos...). Além desses grupos, delegações dos 27 estados do país, onde foram realizadas mais de 1.500 conferências territoriais,

¹⁵ Fim da obrigatoriedade do serviço militar e criação de programas alternativos de serviços sociais não-obrigatórios. Disponível em: http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/marcos-da-politica-nacional-de-juventude/1ª Conf_22Prioridades.pdf. Acesso em 10 de março de 2014.

¹⁶ Estabelecimento de políticas públicas culturais permanentes direcionadas à juventude, tendo ética, estética e economia como pilares, em gestão compartilhada com a sociedade civil, a exemplo dos Pontos de Cultura, que possibilitem o acesso a recursos de maneira desburocratizada, levando em consideração a diversidade cultural de cada região e o diálogo intergeracional. Criação de um mecanismo específico de apoio e incentivo financeiro aos jovens (bolsas) para formação e capacitação como artistas, animadores e agentes culturais multiplicadores. Disponível em: http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/marcos-da-politica-nacional-de-juventude/1ª Conf_22Prioridades.pdf. Acesso em 10 de março de 2014.

¹⁷ Estabelecimento de cotas de exibição e programação de 50% para a produção cultural brasileira, sendo 15% produção independente e 20% produção regional, em todos os meios de comunicação (TV aberta e paga, rádios e cinemas). Valorização dos artistas locais, garantindo a preferência nas apresentações e prioridade no pagamento. Entender os cineclubes como espaços privilegiados de democratização do audiovisual. Disponível em: http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/marcos-da-politica-nacional-de-juventude/1ª Conf_22Prioridades.pdf. Acesso em 10 de março de 2014.

municipais e estaduais, além das conferências livres, virtuais e da consulta aos povos e comunidades tradicionais.

Participaram também delegações de 14 países da América do Sul, África, América do Norte e Europa. As informações coletadas na página oficial da Secretaria Nacional da Juventude apresentam que a proposta do encontro possibilitou a ampliação do diálogo entre o governo e a sociedade civil, além da cooperação internacional nas políticas públicas de juventude.

Os jovens participantes 2ª Conferência apresentaram propostas nos cinco eixos temáticos que buscavam incorporar os temas da 1ª Conferência.

Quadro 2 – Propostas apresentadas na 2ª Conferência Nacional de Juventude¹⁸

Eixo 1	Desenvolvimento Integral – envolvendo as principais temáticas: educação, trabalho, cultura e comunicação;
Eixo 2	Direito ao Território – garantir direitos da (o): cidade, campo, transporte, meio ambiente e comunidades tradicionais;
Eixo 3	Direito à experimentação e à qualidade de vida – Fortalecer: saúde, esporte, lazer e tempo livre;
Eixo 4	Direito à diversidade e à vida segura – garantir: segurança, valorização e respeito à diversidade e direitos humanos;
Eixo 5	Direito à participação e fortalecimento institucional.

Fonte: SNJ/2014.

Os eixos transcritos, além de evidenciar a garantia pelos direitos apresentam a vontade de interação e participação da juventude no âmbito nacional e, sobretudo em colaborar com a implementação de políticas públicas para este segmento juvenil. É visível que a classificação

¹⁸ Secretaria Nacional da Juventude – SNJ. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br> - Acesso em 24 de abril de 2014.

dos cinco eixos reflete sobre a atual condição juvenil. Os pontos enfatizados pelos jovens na 2ª Conferência permite analisar o quanto é importante à interlocução entre a sociedade civil e o Estado.

A juventude presente durante os dias do debate pleitearam aos governantes a votação do Estatuto da Juventude. As reivindicações foram de extrema importância como instrumento de luta política, além de ser um momento fundamental para ampliar e renovar os direitos, fortalecer a democracia, promover a participação social e dar credibilidade aos jovens.

As resoluções da Conferência: “*Documento Base; Para desenvolver o Brasil e Propostas finais*” foram essencialmente importantes para a construção de uma Política Nacional de Juventude que envolva realmente as necessidades dos jovens, principalmente dos que são vulneráveis socialmente oferecendo-lhes oportunidades para permanecerem na escola, terem acesso ao mundo do trabalho, ao lazer e a cultura.

As propostas desenvolvidas na 2ª Conferência propiciaram demandas para o Plano Nacional de Juventude e regulamentação do Sistema Nacional de Juventude. As Conferências de Juventude abrem espaço para ampliação de debates a respeito da participação social da juventude e construção de políticas públicas para esse grupo etário. A força coletiva dos jovens nesses espaços públicos representou a aprovação do *Estatuto da Juventude*¹⁹ e o *Plano Nacional de Juventude*²⁰.

As duas Conferências, a primeira realizada em 2008 e a segunda em 2011, tornaram-se espaços importantes para um sistema de participação, debate e formulação de propostas de políticas públicas capaz de ampliar o diálogo entre sociedade civil, governo e juventude.

Com a sua capacidade de participação e engajamento em espaços públicos, a juventude brasileira, conseguiu criar novas formas de expressão de cultura e participação política, sobretudo nos espaços periféricos. (ABRAMO 1997; ABRAMOWAY e CASTRO 2009).

¹⁹ O Estatuto da Juventude – Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/estatuto> desde sua aprovação em fevereiro de 2014. Acesso em 10 de março de 2014.

²⁰ O Plano Nacional da Juventude foi criada em 2005, na gestão do primeiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva, direcionada aos jovens e continua em tramitação no Congresso Nacional.

O debate realizado nas Conferências promoveu resultados concretos em torno das políticas públicas para a juventude com a aprovação da PEC da Juventude, do Estatuto da Juventude e do Plano Nacional da Juventude, conforme foi mencionado anteriormente.

No que envolve o Estatuto da Juventude, pode-se dizer que ele é fruto de longas discussões e mobilizações para assegurar os diversos direitos dos jovens com idade entre 15 a 29 anos, que perfaz um total de 51.340.468²¹ de pessoas. A tramitação de quase 10 anos do documento no Congresso Nacional, amplia a luta dos jovens.

O documento divide-se em dois eixos centrais: 1) Regulamentação dos Direitos das Juventudes (que não deixa de considerar o Estatuto da Criança e do Adolescente); 2) Criação do SINAJUVE - Sistema Nacional da Juventude - garantia de financiamento para que se assegurem direitos da juventude.

Reconhecendo legalmente que a juventude é uma categoria social e que precisa ser tratada com real atenção e proteção, o Estatuto da Juventude indica que aos jovens estão garantidos: 1) Cidadania, participação social e política, Representação; 2) Educação; 3) Profissionalização; 4) Trabalho e Renda; 5) Diversidade e Igualdade; 6) Saúde e Cultura; 7) Comunicação e Liberdade de expressão; 8) Desporto e Lazer; 9) Transporte público; 10) Território e Mobilidade; 11) Sustentabilidade e Meio Ambiente; 12) Segurança pública e Justiça. O documento abrange também as competências que deverão ser efetivadas pelo poder público (União, Estados e Municípios) a fim de garantir os direitos da juventude. Os direitos garantem moratória no uso da condição juvenil.

Além dos benefícios supracitados, o SINAJUVE foi criado para “(...) organizar, em todo o país e de maneira participativa, Planejamento, Implementação, Acompanhamento e Avaliação de ações, Planos e Programas que constituem a Política Nacional de Juventude” (SNJ, 2014)²². Tem como finalidade a concretização da estruturação de uma organização institucional do país, isto é, possibilitar que os direitos juvenis sejam assegurados.

O Projeto de Lei nº 4.530/04 que compõe o Plano Nacional de Juventude elabora um conjunto de demandas para atender os direitos da juventude com idade entre 15 a 29 anos. A

²¹ Secretaria Nacional de Juventude – SNJ. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice>. Acesso em 10 de março de 2014.

²² Secretaria Nacional de Juventude – SNJ. Disponível em <http://www.juventude.gov.br/estatuto>. Acesso em 10 de março de 2014.

proposta do documento consiste, na articulação das diversas esferas do poder público possibilitando a criação de programas direcionados à juventude. O plano foi apresentado e debatido pela primeira vez, no ano de 2004 e recebeu ressalvas para modificação do texto em 2006. O objetivo deste Plano é verificar a situação que se encontram os jovens brasileiros e na elaboração de metas que possam ser atingidas no período de dez anos.

Obviamente, que com o passar do tempo o Plano necessita de reformulação, conforme destaca o presidente do Conjuve, Alessandro Melchior:

Na época em que foi construído, foi um primeiro exercício para se estabelecer uma política integral para a juventude brasileira. Ainda falta estabelecer prazos e metas. Além disso, o diagnóstico não é o mesmo em 2014, depois de 10 anos de mudanças sociais no Brasil, os eixos precisam ser repensados em dimensões mais profundas²³.

Como se pode observar, a realidade social revela que não é possível mudanças em curto prazo. A aprovação do Plano Nacional de Juventude é mais uma luta a ser conquistada. O Plano foi produzido por uma Comissão da Juventude com a intenção de modificar o que não está indo bem. Mas é preciso acelerar e dar continuidade a construção de novos eixos, pois as demandas sociais não permanecem as mesmas durante esses dez anos de tramitação do Plano.

Severine Macedo, Ex-Secretária Nacional de Juventude lança uma esperança informando que ainda no ano de 2014 aconteceria a consolidação de um novo Plano Nacional de Juventude, admitindo não ser possível aprovar um documento cujas metas estão defasadas diante da realidade atual da juventude brasileira (SNJ, 2014)²⁴.

Ao refletir que os jovens são sujeitos de direitos e que a sua participação na sociedade pressupõe um diálogo entre as experiências do passado e as novas demandas para organizar o presente, é natural que nos venha à mente de que jovens estamos falando. Falamos de jovens que são protagonistas e têm escolhas sobre o futuro da sociedade a qual estão inseridos.

A pesquisadora Regina Novaes, participante e palestrante de uma das mesas da 2ª Conferência Nacional da Juventude, cujo tema foi: “Juventude, desenvolvimento e efetivação de direitos”, destaca que *“nós precisamos entender que a juventude é um sujeito singular,*

²³ Fórum debate do Plano Nacional de Juventude. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/noticias/2014/03/17-03-2014-forum-debate-rumos-do-plano-nacional-de-juventude-1>. Acesso em 10 de março de 2013.

²⁴ Disponível em: <http://www.juventude.gov.br>. Acesso em 10 de março de 2013.

construído no plural e só vai existir no momento de confluência entre direitos de cidadania e direitos humanos”²⁵. A fala da pesquisadora é fundamental para compreendermos a efetivação dos direitos que precisam ser assegurados pelo poder público; além do entendimento sobre participação cidadã e social da juventude.

Pensar os distintos significados atribuídos à participação social e cidadã pode ser um dos grandes desafios da juventude. Desse modo, nos remetemos brevemente à participação social e cidadã, como sendo as que mais refletem sobre o futuro da democracia. O conceito de participação cidadã vem sendo apropriado atualmente por movimentos juvenis na luta por seus direitos em prol do bem coletivo (NOVAES & VITAL, 2005). É interessante destacar que tal conceito, tem a ver com a noção de cidadania e envolvimento dos indivíduos na política e na esfera pública. Obviamente, que a participação cidadã não está restrita ao engajamento político em sindicatos e partidos, ela é necessariamente o processo de conscientização dos direitos e deveres do sujeito na condição de cidadão de uma sociedade.

A referência histórica da participação social juvenil é marcada nas décadas de 60 e 70 com o engajamento dos jovens em movimento estudantil, partidário e religioso, pela insatisfação com a ordem social. A geração juvenil de 1968 revelou-se como sendo capaz de ir contra a ordem instaurada pelo governo autoritário. Os estudantes jovens traçaram nesse período a luta por um ideário e contaram com uma “parceria” coletiva que reivindicava uma política democrática, justa e com liberdade²⁶. Para Novaes & Vital (2005) a participação social e cidadã é um avanço, pois elas possibilitam a efetivação de políticas: locais, estaduais, nacionais e internacionais.

A pesquisadora Regina Novaes (2012, p.2), faz referência à “linguagem dos “direitos” como sendo aquele que passou a organizar e ressignificar um conjunto das demandas (de distribuição, de reconhecimento e de participação) da juventude”. O processo de lutas em prol

²⁵ Cabe aqui ressaltar o que é singular e o que é plural na juventude. Não existe um modo único de ser jovem, o que existe é uma diversidade de modos existentes na sociedade e na necessidade de articular a noção de juventude à de sujeito social. Por isso, a noção de juventudes, no plural. Conforme explanam os pesquisadores que estudam juventude: Abramo (2005, 2013); Andrade (2007); Carrano (2003, 2011); Dayrell (2013); Peregrino (2011, 2014); Novaes (2005, 2012); Sposito (2003) entre tantos outros aqui não citados.

²⁶ União Nacional dos Estudantes – UNE. A UNE em oposição ao Regime Militar (1964-1985), em 1968 marca a revolução dos jovens estudantes. Disponível em: <http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>. Acesso em 10 de março de 2014.

dos direitos e de participação é constante. Eles não se limitam ao alcance dos objetivos traçados. Muito mais do que fundamentá-los é necessário protegê-los para que de fato eles se efetivem.

Dentre os vários direitos estabelecidos para a juventude existe o direito à participação; quando combinado com o processo de luta em busca de políticas públicas, a participação passa a ser um elemento fundamental para a cidadania ativa de um país. Certamente que é preciso ter clareza que a participação requer engajamento. Ela não surge sem ação, sem comprometimento. Por isso, cabe à juventude continuar caminhando para a conquista e garantia dos seus direitos e por novas formas de inclusão.

1.5 – Políticas públicas “para” e “com” a juventude

Novos interesses são lançados acerca da juventude brasileira nos últimos anos, pelo reconhecimento social que identifica os jovens como sujeitos da vida socioeconômica, política e cultural da sociedade. Refletindo sobre as mudanças sociais do país e na redefinição de juventude, torna-se necessário novas políticas de juventude adaptadas aos jovens e a possibilidade do direito à participação nos processos políticos decisórios.

As políticas públicas construídas para a juventude precisam proporcionar elementos que permitam aos jovens exercer o seu papel de cidadão na elaboração de seus projetos individuais, mas que também contemple o próprio coletivo. Essa oportunidade requer um campo de possibilidades que abre caminho para o reconhecimento da juventude enquanto um grupo próprio. Diante de suas diferenciações, os jovens possuem necessidades específicas que exigem políticas públicas e também a desigualdade no interior do uso da condição.

As considerações de Rua (1998) sobre as análises das políticas públicas são importantes para compreender a trajetória das políticas de juventude no Brasil. Para a autora, toda política pública compreende inúmeras ações estratégicas e toda ação política envolve uma escolha entre diversas alternativas e isso expressa uma determinada adequação entre o que se pretende e o que está disponível. Rua (1998, p.2) afirma que “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública (p.2)”. Isto significa dizer que a política requer um conjunto de decisões e não uma decisão isolada. Por isso, é tão importante construir políticas públicas que respondam aos anseios dos jovens e com a participação dos jovens.

No bojo dessas reflexões, Sposito e Carrano (2003) aprofundam que as políticas públicas se associam ao conjunto de ações articuladas através de recursos financeiros e humanos que abrange a capacidade de impacto e a duração temporal. Além disso, as políticas públicas se constituem por distintos níveis de ligação entre o Estado e a Sociedade Civil e não se deve confundi-las com as políticas governamentais, mesmo que uma de suas principais características seja a presença do aparelho público-estatal na definição, no acompanhamento e na avaliação de como a política é executada no seu caráter público.

Vale esclarecer que desde o ano de 2003, no desenvolvimento de suas atribuições, o governo federal tem contribuído para a consolidação de diversas políticas de juventude, esse é um ponto inegável. Sem dúvida que a maioria das ações implementadas estão especialmente direcionadas ao atendimento do público juvenil. Inclusive, uma dessas ações é o processo de escolarização, que ganhou posição de destaque na agenda da política nacional, com aplicação de investimentos financeiros em programas e projetos destinados aos jovens.

Por outro lado, é importante observar se todo esse investimento insere o jovem como protagonista da participação social e cidadã do país. Esse e outros questionamentos recaem para ampliação de uma discussão que configure os jovens como sujeitos que atuam na sociedade em que vivem, sobretudo, como cidadãos de direitos, participativos, com autonomia, emancipados, pela capacidade crítica de interferir nos assuntos que dizem respeito as suas condições de existência.

1.5.1 - Descrição dos programas realizados para a juventude brasileira

Na atual conjuntura política, diversos programas estão sob a responsabilidade de ministérios e secretarias do governo. A partir dos dados do PNAD de 2009, serão apresentados a seguir os programas direcionados à juventude brasileira nesse ano e, que são mantidos, financiados pelo governo federal e executados pelas instâncias municipais e estaduais.

No quadro abaixo estão descritos os sete eixos temáticos dos programas, de acordo com as principais atividades/benefícios ofertados: eixo 1 – elevação de escolaridade, capacitação profissional, formação e qualificação profissional e cidadania; eixo 2 – educação

– ensino médio e superior; eixo 3 – financiamento e crédito rural; eixo 4 – cultura, esporte e lazer; eixo 5 – meio ambiente; eixo 6 – saúde e eixo 7 – segurança pública.

Tabela 1 – Relação de Programas para atender as demandas da juventude brasileira

Programa	Órgão²⁷	Principais benefícios oferecidos	Público Alvo
Eixo 1 – Elevação de escolaridade, qualificação profissional e cidadania			
1 - ProJovem: Modalidade 1: ProJovem Urbano reformulação do antigo ProJovem	SNJ ²⁸	Certificação do ensino fundamental e de capacitação inicial ao mundo do trabalho; desenvolvimento de experiências em ações comunitárias; pagamento de auxílio financeiro de R\$ 100,00/mês, pago durante 20 meses.	Jovens entre 18 e 29 que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental, membros de famílias com renda mensal <i>per capita</i> de até meio salário mínimo.

²⁷ Siglas: SNJ - Secretaria Nacional de Juventude; MDS – Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome; MEC – Ministério da Educação e Cultura; MD – Ministério da Defesa; MTE – Ministério do Trabalho e Emprego; MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário; ME – Ministério do Esporte; MS – Ministério da Saúde; MMA – Ministério do Meio Ambiente; MJ – Ministério da Justiça; SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos.

²⁸ A gestão do ProJovem era compartilhada junto a Secretaria Nacional de Juventude vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República. A partir do ano de 2012, encontra-se vinculado ao Ministério de Educação e Cultura – MEC.

Programa	Órgão²⁷	Principais benefícios oferecidos	Público Alvo
Modalidade 2: ProJovem Adolescente reformulação do Agente Jovem	MDS	Oferta de atividades socioeducativas por um período de 24 meses, com introdução a conhecimentos sobre o mundo do trabalho; desenvolvimento de habilidades gerais e estímulo a práticas associativas; auxílio financeiro de R\$ 30,00 pago às famílias.	Jovens entre 15 e 17 anos pertencentes a famílias em condição de extrema pobreza e beneficiárias do Programa Bolsa Família, egressos ou que estejam cumprindo medidas socioeducativas, egressos do Peti e egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual.
Modalidade 3: ProJovem Trabalhador reorganiza o Consórcio Social da juventude, Juventude Cidadã, Empreendedorismo Juvenil e incorpora o Escola de Fábrica; submodalidade em execução: Juventude Cidadã	MTE	Profissionalização; experiências em ações comunitárias; pagamento de auxílio financeiro de R\$ 600,00 distribuídos em seis parcelas de R\$ 100,00.	Jovens entre 18 e 29 anos, que já concluíram o ensino fundamental, em situação de desemprego, provenientes de famílias com renda familiar <i>per capita</i> de até um salário mínimo.
2 - Soldado Cidadão	MD	Atividades de formação e qualificação técnica para jovens egressos do serviço militar com o intuito de prepará-los para o mercado de trabalho	Jovens recrutas
3 - Jovem Aprendiz	MTE	Aprendizagem de ofício ou profissão com contrato de trabalho determinado	Jovens entre 14 e 24 anos
4 - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação básica na modalidade de Proeja	MEC	Formação inicial e continuada/ensino fundamental; educação profissional técnica de nível médio/ensino médio; educação profissional e tecnológica integrada à educação escolar indígena.	Jovens com idade mínima de 18 anos na data da matrícula.
Eixo 2 – Educação: ensino médio e superior			

Programa	Órgão²⁷	Principais benefícios oferecidos	Público Alvo
5 - Programa Universidade para Todos (ProUni)	MEC	Concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para estudantes de baixa renda. Alunos do ProUni em tempo integral recebem bolsa de um salário mínimo mensal.	Jovens com renda familiar <i>per capita</i> de até um e meio salário mínimo, para bolsa integral ou até três salários mínimos para bolsa parcial – 50% do valor da mensalidade – e professores da rede pública que não tenham formação superior.
6 - Projeto Rondon	MD	Desenvolvimento de trabalhos nas áreas de estudo em regiões remotas do Brasil, sob a supervisão de professores, durante as férias universitárias.	Jovens estudantes de ensino superior.
Eixo 3 – Financiamento e crédito rural			
7 - Programa Nossa Primeira Terra	MDA	Linha de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) para aquisição e investimento em infraestrutura básica de imóveis rurais.	Jovens entre 18 e 28 anos que queiram permanecer no meio rural.
8 - Programa PRONAF jovem	MDA	Financiamento de até 6 mil para cada unidade familiar, sendo que o prazo de pagamento é de dez anos, com juros de 1% ao ano, e o prazo de carência pode ser de até cinco anos, dependendo da necessidade técnica do projeto.	Jovens entre 16 e 25 anos que tenham concluído a formação ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional.
Eixo 4 – Cultura, esporte e lazer			

Programa	Órgão²⁷	Principais benefícios oferecidos	Público Alvo
9 - Programa Segundo Tempo	ME	Promoção do acesso de crianças e jovens da rede pública de ensino à prática esportiva, assegurando complemento alimentar, reforço escolar e material esportivo.	Crianças e jovens em situação de risco social que estejam cursando o ensino fundamental ou médio.
10 - Programa Bolsa Atleta	ME	Garantia de apoio financeiro aos atletas com mais de 12 anos que não contam com o patrocínio da iniciativa privada e que já começaram a mostrar seu alto potencial em competições nacionais e internacionais. O apoio financeiro tem duração de um ano, podendo ser prorrogado.	Jovens maiores de 12 anos, atletas das categorias: estudantil, internacional, nacional e olímpico paraolímpica.
11 - Programa Escola Aberta	MEC	Oferta de atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer em escolas públicas do ensino médio e fundamental, que são abertas nos fins de semana exclusivamente para atender a comunidade. Os jovens que ministram as oficinas recebem ajuda de custo mensal de R\$ 150,00.	Jovens e pessoas da comunidade
12 - Pontos de Cultura	MEC	Ampliação do acesso da população de baixa renda à produção de bens e serviços culturais; repasse de recursos financeiros a cada ponto de cultura para a realização de atividades e para aquisição de kit de produção multimídia, computadores com internet banda larga e programas software livre, estúdio e ilha de edição.	População de localidades rurais, indígenas e quilombolas e centros urbanos de todo país.
Eixo 5 – Meio Ambiente			

Programa	Órgão²⁷	Principais benefícios oferecidos	Público Alvo
13-Programa Juventude e Meio Ambiente	MMA e MEC	Formação e fortalecimento de lideranças ambientalistas jovens em cinco eixos: educação ambiental, fortalecimento organizacional, educomunicação, empreendedorismo e participação política.	Jovens entre 15 e 29 anos
Eixo 6 – Saúde			
14 - Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) – apoio Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)	MS e MEC	Submissão voluntária a testes em vírus da imunodeficiência humana (HIV); disponibilidade de preservativos nas escolas; informações sobre: prevenção do HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), saúde reprodutiva e drogas.	Jovens entre 14 e 19 anos estudantes de escolas públicas.
15-Programa Saúde na Escola (PSE)	MS e MEC	Avaliação das condições de saúde; ações de segurança alimentar e promoção da alimentação saudável; promoção das práticas corporais e de atividade física; educação para saúde sexual; saúde reprodutiva e das DSTs/AIDS; ações de prevenção de gravidez na adolescência; prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; promoção da cultura e da paz; educação permanente de jovens para promoção da saúde.	Alunos da rede pública de ensino: ensino fundamental, ensino médio, rede federal de educação profissional e tecnológica e EJA.
Eixo 7 – Segurança pública			
16-Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)	MJ	Redução da exposição dos jovens à violência e à criminalidade	Tem como público prioritário de ações a população de 15 a 24 anos de idade, moradora das regiões metropolitanas mais violentas do país.
17-Programa de Redução	SEDH	Articulação política, que	O público é constituído

Programa	Órgão²⁷	Principais benefícios oferecidos	Público Alvo
da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens		prevê ações de <i>advocacy</i> nacional e de mobilização de diferentes atores sociais; produção de indicadores sobre a mortalidade de adolescentes e jovens; levantamento, análise e difusão de metodologias que contribuam para a prevenção da violência e, sobretudo, para a diminuição das taxas de letalidade de adolescentes e jovens no Brasil.	de adolescentes e jovens. Em agosto de 2009, a faixa etária ainda não estava definida.

Fonte: Ipea/2009.

No âmbito das políticas públicas para a juventude, os programas aqui descritos visam atender as demandas sociais, porém não há como afirmar a efetivação dessas políticas, até porque esse não é o objetivo da pesquisa, pois necessitaria de informações públicas que comprovem a veracidade das ações desenvolvidas.

A apresentação descritiva dos programas e projetos destinados à juventude permite observar que a atenção pública recai principalmente para os jovens em situação de vulnerabilidade social. Outra observação refere-se aos programas de formação profissional que buscam ampliar o tempo de escolarização e o nível de formação escolar, como o ProJovem que tem como eixo norteador a promoção dos jovens no mercado de trabalho e sua inserção ao sistema básico de ensino – Ensino Fundamental Profissional.

Com base nas informações da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, para fins de atualização, além dos programas citados na tabela 1, existem outros direcionados à juventude, conforme apresentamos na tabela 2.

Tabela 2 – Relação de Programas atuais apresentados pela Secretaria Nacional da Juventude

Programas	Órgão	Principais benefícios	Público Alvo
Programa Cultura Viva	MinC	Viabiliza os recursos para instalação dos Pontos de Cultura apoiando a aquisição de material multimídia e a realização das iniciativas culturais voltadas à população de baixa renda. O objetivo é fortalecer as manifestações culturais e a produção audiovisual nas comunidades e escolas priorizando as áreas de maior	Jovens de 17 a 29 anos

Programas	Órgão	Principais benefícios	Público Alvo
		vulnerabilidade social.	
Praça da Juventude	ME/MJ	As praças são complexos poliesportivos – ginásio coberto, pistas de atletismo e skate, teatro de arena, centro de terceira idade e administração – implantadas em comunidades urbanas onde faltam equipamentos públicos de esporte e lazer. Desenvolvido em parceria pelos Ministérios do Esporte e da Justiça, o programa destina-se a comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer, aliando saúde, bem-estar e qualidade de vida a atividades socioeducativas.	Destina-se aos moradores de comunidades (jovens e não jovens) situadas em espaços urbanos.
Reforço as Escolas Técnicas e Ampliação das vagas em Universidades Federais²⁹	MEC	O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) prevê, até o final de 2010, a instalação de 214 escolas técnicas. Dessas, 136 já estão em funcionamento, com previsão de 58,4 mil matrículas no primeiro semestre de 2010. A meta é garantir que todas as escolas estejam funcionando até o final do ano. Até 2003, o Brasil possuía apenas 140 unidades de educação profissional e tecnológica, com a oferta de 160 mil vagas em cursos técnicos e tecnológicos.	Jovens de Escolas Técnicas de Educação Profissional, ligados às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)
Brasil Alfabetizado	MEC	Destina-se à alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania, despertando o interesse pela elevação da escolaridade.	Jovens, adultos e idosos.
Programa Nacional do Livro Didático para Ensino Médio (PNLEM)	MEC	O Programa assegura a distribuição de livros para os alunos de escolas públicas das três séries do ensino médio de todo o país. As instituições beneficiadas são cadastradas no censo escolar que é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC).	Jovens de escolas públicas de Ensino Médio; escolas públicas de Educação Especial e filantrópicas e comunitárias.
Programa Nacional do Livro Didático para Educação de	MEC	O Programa prevê a distribuição, a título de doação, de obras didáticas às entidades parceiras, visando à alfabetização e escolarização de pessoas com idade a partir de 15 anos. Essas entidades incluem os estados, Distrito Federal e municípios que estabelecem parceria com o Ministério da Educação para execução do Programa	Jovens a partir de 15 anos e adultos.

²⁹ O Governo Federal retomou os investimentos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e promoveu reforço as escolas técnica com a construção de 214 novas escolas de educação profissional em todo o país. Conforme apresentado no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) a meta é obter um total de 354 escolas funcionando para atender gratuitamente 500 mil alunos.

Programas	Órgão	Principais benefícios	Público Alvo
Jovens e Adultos		Brasil Alfabetizado. A iniciativa tem por objetivo cumprir a determinação do Plano Nacional de Educação, que determina a erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos, além de promover ações de inclusão social, ampliando as oportunidades daqueles que não tiveram acesso ou condições de concluir a educação básica.	
Programa Bolsa Família	MDS	Criado em 2008, o Benefício Variável Jovem é uma nova modalidade do Programa Bolsa Família. O objetivo é estimular a sua permanência dos jovens e adolescentes na escola. O benefício é pago às famílias beneficiárias do Programa, no mesmo cartão das demais modalidades, no valor de R\$ 30,00 por adolescente e limitado até dois beneficiários por família.	Jovens, adolescentes de 16 e 17 anos.

Fonte: SNJ/2014.

Ainda que esses programas se voltem para atender as necessidades dos jovens e que transitem pelas esferas governamentais, não foi possível verificar uma articulação efetiva entre eles.

Poucos são os programas que se relacionam. Quem sabe não seria o momento de propor formas de interação com os jovens para articular as políticas de juventude? Como pensar política para a juventude sem a sua participação? Certamente que há dificuldades em executar políticas integradas e garantir a elaboração de uma agenda com prioridades que inclua, além dos problemas, as temáticas da juventude. Temos ciência disso. Admitimos também todo o esforço do poder governamental brasileiro em traçar políticas destinadas aos jovens e pelo reconhecimento aos seus direitos. Inegáveis os avanços ocorridos ao longo dos últimos dez anos, como a implementação da Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e os demais programas instaurados especificamente para atender aos problemas e as especificidades juvenis. Contudo, é preciso avançar, conforme está expresso na cartilha elaborada pela SNJ (2013):

A juventude tem se consolidado cada vez mais na pauta e na agenda das políticas públicas governamentais. No entanto, a existência de órgãos e conselhos de juventude ainda é pequena e precisamos avançar muito mais, seja na ampliação desses espaços, seja no seu fortalecimento. A aprovação dos marcos legais, a exemplo do Estatuto, e do Sistema Nacional, são passos fundamentais para o fortalecimento institucional e a consolidação das políticas de juventude como Política de Estado, ampliando o alcance das PPJ para que cheguem até o/a jovem e contribuam para sua autonomia e emancipação (p.25).

De acordo com a SNJ (2013), não é possível aguardar a efetivação dos marcos para avançar. A consolidação das ações se faz no coletivo e só assim se tem o progresso. Nesse sentido, as modificações precisam ser feitas, os programas precisam estar em consonância com as escolhas juvenis e, para tanto, é necessário inovar.

A inovação faz parte do cenário político da SNJ, pois identificando novas demandas, a Secretaria propõe, no ano de 2011, a inclusão de metas e conteúdos para a realização de diversas ações no Plano Plurianual (2012-2015).

Diante disso, novos programas surgem para fundamentar essas políticas, como: o *Programa Autonomia e Emancipação da Juventude*. A caracterização do programa inclui metas para aperfeiçoar as políticas de juventude relacionando-as com os demais programas e ações do governo federal, a fim de vencer as desigualdades, estender a participação social e, sobretudo, promover a autonomia e a emancipação da juventude.

A SNJ incentiva os órgãos gestores de cada município, tecer e por em prática as políticas públicas, de modo que elas estejam em acordo com a Política Nacional de Juventude que deve ser atualizada a partir das demandas atuais.

A seguir serão destacados os principais programas e ações desenvolvidos pela SNJ e apresentados na cartilha elaborada em 2013³⁰:

- **Plano Juventude Viva** – o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra visa prevenir a violência e combater sua banalização através de políticas de inclusão e ampliação de oportunidades para os jovens negros. Juventude Viva é voltado prioritariamente a 132 municípios que, juntos, reúnem mais de 70% dos homicídios contra jovens no Brasil. Busca-se com este esforço intersetorial contribuir para reverter o alto índice de violência e de homicídios que atingem especialmente a juventude e de homicídios que atingem especialmente a juventude negra nestes municípios.
- **Programa Estação Juventude** – tem por objetivo informar sobre as Políticas Públicas de Juventude, construir percursos para a inclusão dos jovens e assegurar a integração territorial das políticas, programas e ações, com novas tecnologias e redes sociais. Pretende ampliar o acesso de jovens de 15 a 29 anos – sobretudo aqueles que vivem em áreas de vulnerabilidades

³⁰ A SNJ lança a cartilha com o intuito de contribuir com o poder público e a sociedade civil para institucionalizar as políticas públicas de juventude nos municípios. As demais informações sobre os programas citados estão disponíveis em: <http://www.juventude.gov.br/documentos/cartilha-politicas-publicas>. Acesso em 28 de março de 2014.

sociais A intenção é oferecer tecnologias sociais para o desenvolvimento de Políticas para Juventude, permanentes e locais para e com a juventude, por meio de ações que instauram conexões sociais e geram novos serviços, por meio de iniciativas de grupos juvenis de produção cultural, inclusão de digital e esporte, entre outros, na perspectiva de criar Redes para emancipação da juventude, em especial a juventude em situação de vulnerabilidade.

- **Participatório – Observatório Participativo da Juventude** – inspirado nas redes sociais se caracteriza como um espaço interativo de promoção da participação, produção do conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos, focado nos temas ligados às políticas de juventude.
- **Programa de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação para a Geração de Renda da Juventude Rural** – tem como objetivo promover ações que articulem e integrem troca de experiência, formação cidadã e o acesso a tecnologias sociais, na perspectiva de estimular a produção agroecológica e as práticas de geração de renda agrícola e não agrícolas sustentáveis para fortalecer as condições necessárias para a permanência dos jovens no campo, em especial, a população ribeirinha, indígena e quilombolas, por meio das seguintes iniciativas: formação cidadã e agroecológica com Capacitação em Tecnologias sociais e de Produção para Geração de renda; Integração com as políticas públicas que possam atender a juventude rural; Projetos de geração de renda (agrícolas e não agrícolas).

A partir da conjugação do que até aqui se apontou com relação aos programas e evidenciando a diversidade do universo juvenil, é que necessitamos de políticas públicas entrelaçadas à condição que os jovens se encontram, pois “na sociedade e nos governos, ainda são vigentes muitos (pré)conceitos e projeções sobre “a juventude” que dificultam o (re)conhecimento das atuais vulnerabilidades e potencialidades (...)” (NOVAES, 2012, p.5). A realidade atual se não ordena, legitima os desejos e as escolhas dos jovens.

Na tentativa de compreender a realidade atual da juventude brasileira e sua relação com a escola, no capítulo seguinte, veremos uma breve retrospectiva histórica do ensino médio, sobretudo, como esse nível de ensino se configura como etapa final da educação básica para oferecer ao jovem formação mínima e que consiga exercer o seu papel social e de cidadão.

Capítulo 2 – Revendo a História do Ensino Médio Brasileiro

Os estudos sobre a história da educação nos instiga pensar de forma bastante crítica como se origina e evolui a educação escolar brasileira, principalmente porque nos propomos a pesquisar aquele que hoje é considerado o nível de ensino mais controverso da educação básica - o Ensino Médio regular público. Com esse objetivo, propõe-se a realização de um breve histórico tomando como ponto de partida os anos 1990, mesmo tendo ciência que para compreender as complexidades atuais do ensino médio, antes requer observar a sua trajetória não só ao longo do período delimitado, mas de sua trajetória mais abrangente.

O Ensino Médio na trajetória da educação brasileira tem sido recorrentemente identificado como um espaço ainda indefinido, de tensão entre a educação geral e a educação

profissional técnica, em busca de sua identidade (ABRAMOVAY e CASTRO, 2003). Diante dessas configurações e na tentativa de entender melhor essa etapa da educação básica no cenário atual, decidimos rever os caminhos do ensino médio.

2.1 – Breve histórico do Ensino Médio

O panorama histórico possibilita verificar como se deu na legislação oficial, a organização legal do ensino médio brasileiro. Na esfera educacional ocorreu a proposta de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que envolveu todos os setores da educação, inclusive as modalidades de ensino. Dentre as análises abordadas, a luta em torno do Ensino Médio teve grande destaque, justamente por sua característica histórica de um ensino propedêutico, seletivo e direcionado às elites.

Na avaliação de Zibas (2005), os anos de 1990 teve um grande destaque para o desenvolvimento do Ensino Médio, principalmente com o processo da elaboração da nova LDBEN 9394/96; a lei foi fundamentada na Constituição de 1988 para substituir a LDB 4.024/1961.

Paralelamente as inquietações para implementação de uma nova LDB, acontecia no cenário internacional grandes mudanças como: “a débâcle do socialismo real e o conseqüente fortalecimento da hegemonia norte-americana trouxe a consolidação da influência de organismos internacionais na construção das políticas nas mais diversas regiões do mundo” (p. 1070).

O objetivo de Zibas (2005) destaca-se na crítica da gestão do governo da época, Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), que tentou estabelecer um processo democrático para o Ensino Médio, porém o que aconteceu foi à manutenção das propostas anteriormente mencionadas. Propostas essas que estavam em consonância com os princípios sugeridos pelos órgãos internacionais, como, por exemplo, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe - CEPAL e o Banco Mundial.

Zibas (2005, p. 1070) enfatiza perfeitamente os discursos internacionais:

Os discursos internacionais repetiam incansavelmente dois bordões:

a) a importância da educação básica (no Brasil, reduzida à escola fundamental) para o novo padrão de desenvolvimento dos países periféricos e b) a necessidade de o Estado tornar-se menos provedor de financiamento e mais indutor de qualidade, por meio de diversos mecanismos de controle, tais como avaliações externas do sistema e a convocação dos pais e da sociedade para participação tanto do financiamento quanto da gestão escolar.

Não se previa, nesse período, a inter-relação entre escola e família, de modo que fosse possível contribuir para construção da participação cidadã ou de um espaço público democrático. Nesse momento, o interesse recai no clientelismo entre pais e alunos por um processo mercadológico onde a unidade escolar assume o papel de prestador de serviços.

Zibas (2005, p. 1073) coloca em ênfase as principais características dessa Resolução:

O que vale enfatizar é que a característica mais importante da Resolução n. 3/98 do CNE diz respeito à sua complexa estrutura híbrida, que, aderindo incondicionalmente ao discurso internacional dominante, foi capaz de acenar para alguns princípios caros aos educadores progressistas, tais como: a necessidade de contextualização e de menor fragmentação dos conteúdos, algum grau de autonomia da escola para definição do currículo, a importância pedagógica, política e social do protagonismo juvenil, a centralidade da preparação ampla para o trabalho e para a cidadania. No entanto, tais princípios vêm articulados aos objetivos da pedagogia das competências, a qual, como se sabe, prioriza a construção de um novo profissionalismo (Ramos, s/d.) e de novas subjetividades, centrando-se em esquemas cognitivos e socioafetivos que promovam a constante adaptação e readaptação dos jovens tanto às mutantes necessidades de produção quanto à redução, dita inexorável, do emprego formal. Nessa abordagem, a responsabilidade pela superação do desemprego e de outras desigualdades sociais fica a cargo exclusivamente do indivíduo, ocultando-se os condicionantes sociais e históricos da conjuntura.

É possível perceber que o termo *contextualização* é evidenciado como uma significação passiva as novas formas de se pensar criticamente; a referência ao termo *cidadania* relaciona-se ao pragmatismo, como se estivesse separada das questões sociais. *Desenvolvimento de competência* destaca-se como um termo utilizado no meio profissional, na inter-relação entre competição e capacidade para o ingresso no mundo do trabalho. Os termos utilizados nas Diretrizes caracterizam a “formação específica” de um indivíduo que precisa ser conduzido economicamente e politicamente para as novas demandas sociais.

Cabe analisar na Resolução CEB/CNE n. 3/98, que a Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9394/96 oferece direções mais longas da educação nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs para o Ensino Médio por estarem diante de uma ação pedagógica mais próxima é possível obter acordos nas ações estabelecidas. Na Resolução n. 3/98 o currículo

não pode ser algo pronto e acabado, onde a escola seja produtora do currículo em que os professores definam como ensinar o conteúdo. É necessário pensar do ponto de vista da teoria curricular que as relações que acontecem no interior da escola devem ser levadas em conta, não havendo desacordo entre a nova proposição curricular e a prática pedagógica.

Entende-se, portanto, que o ensino médio não está desarticulado da luta política e social do Estado, a grande questão e, talvez a maior de todas, seja o rompimento com a fragmentação histórica que este sistema de ensino trouxe no seu bojo, impondo desde o início de sua formulação um ensino propedêutico que exclui quem não se adequa as normas estabelecidas.

Na história brasileira, a década de 90 é grifada por transformações pedagógicas na formação escolar, principalmente no que tange ao ensino médio. Com a Lei 9.394/96, o antigo 2º grau³¹ é renomeado e perde a nomenclatura de ensino secundário, onde passou ser a última etapa da Educação Básica, sendo atendido pela Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

As reformas na área educacional, particularmente, no que se refere ao ensino médio são decorrentes do projeto de reforma que o Ministério da Educação, juntamente com a Secretaria da Educação Média e tecnológica do Ministério da Educação e do Desporto - SEMTEC organizou para priorizar as ações na área da educação.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (1999) faz parte do processo da reforma, que incorpora princípios para auxiliar a prática docente, como também, o desenvolvimento do currículo escolar. Como política curricular, os PCNEM propõem mudanças “no conhecimento e seus desdobramentos, no que se refere à produção e às relações sociais de modo geral” (p.15). Contudo, é preciso repensar os novos sentidos de suas ações no que envolve o cotidiano escolar e do currículo que é desenvolvido.

³¹ Ainda sobre o regime militar, a estrutura do ensino foi alterada com a “Reforma do ensino de 1º e 2º graus, Lei 5.692/71”. A reforma fixa o objetivo da educação de 1º e 2º graus prioritariamente. O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. As mudanças introduzidas na reforma da Lei 5.692/71 institui na estrutura do ensino, a obrigatoriedade para oito anos na unificação do curso primário e ginásial, com carga horária de 720 horas para alunos com idade entre 7 aos 14 anos. No que refere ao segundo grau, estava direcionado a profissionalização e evidenciava três anos de duração para quem se formasse em auxiliar técnico, com a carga horária de 2.200 horas; quatro anos para qualificação profissional em nível técnico com a carga horária de 2.900 horas. A partir desta resolução, os cursos profissionalizantes são mantidos no processo educacional brasileiro, porém não havia preocupação com a qualidade dos cursos implementados causando um embate político-ideológico para sociedade (ZIBAS, 2005, p. 1069).

A nova LDBEN (Lei 9.394/96) traz outra concepção de educação e oferece ao Ensino Médio uma nova identidade. A Lei reitera que o Ensino Médio, última etapa da educação básica, tem funções específicas a fim de proporcionar aos jovens estudantes competências necessárias, de forma que eles possam continuar aprendendo. Assim, se expressa às finalidades do Ensino Médio, inciso IV, artigo 35:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

As normas oficiais evidenciam as finalidades do Ensino Médio, como um nível de ensino que precisa ser aperfeiçoado com qualidade, atribuindo significado ao conhecimento educativo e, sobretudo na formação geral do jovem estudante.

Não é possível deixar de destacar, que existe uma relação direta entre o jovem e o ensino médio, mas esse entrelaçamento não é identificado em nenhum inciso do artigo 35. Talvez seja, por isso, que a finalidade traçada para o Ensino Médio, não tenha real significância na vida dos jovens estudantes porque não está expressa nenhuma relação de proximidade com o saber institucionalizado. Na concepção juvenil a aprendizagem tem valor pessoal, na relação entre escola e vida.

Por fim, o alerta para essa discussão está na tentativa de contribuir para identificar as possibilidades e impossibilidades que envolvem o público juvenil dentro da esfera do ensino médio público, buscando compreender as múltiplas questões que dizem respeito à “valorização” do jovem e qual a importância que essa etapa de estudo tem na vida dos jovens. Entretanto, a imagem dos jovens do ensino médio não é única, a idade estimada para esse público que nas normas oficiais, estabelece a idade entre 15 a 17 anos, na prática não acontece. É necessário ressaltar, que o ensino médio regular não atende apenas *jovens* desse padrão etário, mas para além dele.

Segundo os dados do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2010) verifica-se que em torno da ampliação da Taxa Líquida de matrícula com base na população de 15 a 17 anos 5,4 milhões de jovens estavam matriculados na escola média. Entretanto, 4,9 milhões de jovens em idade adequada a esse nível de ensino, não frequentavam a escola nesse ano. Os dados revelam que praticamente a metade dos jovens brasileiros na idade entre 15 a 17 anos não estão matriculados no ensino médio.

Segundo Lima (2011, p. 282), a Emenda Constitucional nº 59/2009 estabelece que o ensino médio como direito público na progressiva universalidade “impõe a retomada do crescimento das matrículas e a conseqüente melhoria dos indicadores oficiais de escolarização e matrícula”. O Projeto de Lei nº 8.035 (2010, p.6) que regulamenta o Plano Nacional de Educação, na meta 3, expressa: “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento, nesta faixa etária”.

Talvez o grande desafio da universalização do ensino médio seja imediatamente a manutenção da qualidade do ensino, dentre outros aspectos necessários, como conceber “elevado investimento; o desenvolvimento de um currículo amplo e articulado de caráter geral; exige professores qualificados e bem pagos, espaço físico adequado” (Kuenzer, 2010, p. 864).

2.2 – Expansão e desenvolvimento do Ensino Médio

Reconhecer a expansão da educação nacional remete-nos a concordar com que Florestan Fernandes (1966, p. 351) diz:

Os países subdesenvolvidos são, também, os que mais dependem da educação como fator social construtivo. Tais países precisam da educação para mobilizar o elemento humano e inseri-lo no sistema de produção nacional; precisam da educação para alargar o horizonte cultural do homem, adaptando-o ao presente a uma complicada trama de aspirações, que dão sentido e continuidade às tendências de desenvolvimento econômico e de progresso social (...).

Tal argumento reflete exatamente sobre os ditames da expansão do ensino brasileiro ao longo de sua história. A expansão da escola aconteceu, a rigor, em todas as LDBs, porém a

expansão aos jovens começa na década de 1970, com a reforma da Lei 5692/71; a LDB 9394/96 consolida a massificação dos sistemas de ensino. O que singulariza a LDB 9394/96 é que ela atribui responsabilidade e controle a federação no que se relaciona à expansão e a função desempenhada pelos sistemas de ensino (PEREGRINO, 2014).

Romanelli (2012) faz uma análise da legislação escolar e suas relações com o contexto sociopolítico e, de maneira bem contundente, a autora, situa a evolução do sistema educacional com traços ideológicos entre os progressistas e os conservadores do poder. A luta contra hegemônica traz à tona temas relevantes para o acesso à educação pública, como: *direitos, deveres e obrigatoriedade*. O entrelaçamento desses temas visa à construção de uma educação crítica e plural. Por outro lado, ainda no presente, o envolvimento desses temas não conseguiu apagar a desigualdade da oferta escolar.

O argumento de Algebaile (2013, p.10) é relevante para compreender a relação entre passado e presente:

No Brasil, a expansão escolar é historicamente marcada pela coexistência entre antigas e novas demandas de escolarização, uma coexistência que não resulta da presença residual das antigas demandas, mas, ao contrário, de sua persistência como um dos elementos estruturantes, ainda no presente, de uma oferta escolar fundamentalmente desigual.

Importa destacar que um dos problemas que envolvem a educação brasileira é, sobretudo, a posição das camadas sociais com relação à oferta da educação. Como assinalado anteriormente, a história revela que as camadas média e superior buscavam o ensino secundário e superior como forma de status para a ascensão social e política. Assim, a expansão do ensino sempre esteve mais acentuada no ensino secundário e isso demonstra que foram as camadas médias e superiores as mais atingidas pelo sistema educacional, uma vez que esse ramo do ensino era o ramo da preferência elitista. Em contraponto, restava para a classe popular, o ensino primário e profissional.

Reverendo os caminhos do ensino médio, verificamos que suas deficiências relacionam-se com projetos de democratização da educação pública, que ainda não foram concluídas e, apesar da aproximação entre o ensino médio elementar e o técnico/profissional, não foi possível a construção de uma formação básica sólida e generalizada, seja pelo ingresso do jovem na universidade, seja por sua formação profissional.

A década de 90 tem registros que comprovam alguns avanços do ensino médio brasileiro, principalmente com relação à necessidade de ampliação de recursos que incluam a população jovem entre a faixa etária de 15 a 17 anos.

Segundo Krawczyk (2009) a política de expansão do ensino médio traz no seu bojo a reconfiguração de uma dívida social para com a população jovem e reconhece também a importância que a educação tem no cenário econômico internacional.

Devido à demanda pela universalização do ensino fundamental, as políticas para o ensino médio vêm expandindo e trazendo consigo novos desafios no que se refere: a democratização do acesso com relação à diversidade dos sujeitos juvenis, além da modificação do currículo, das propostas pedagógicas e, ainda no envolvimento do corpo docente em reaprender a lidar com esse público juvenil diverso.

A expansão do ensino médio ainda não pode ser caracterizada como um processo de democratização, pois para Peregrino (2014, p. 265) “a expansão precária da escola implicou na multiplicação e na complexificação das desigualdades escolares, reordenando hierarquias e matizando desigualdades no interior de sistemas, redes e mesmo em unidades institucionais”. Sem dúvida, que as políticas educacionais focalizadas para atender a educação básica e, por consequência, o ensino médio contribuíram para o processo de expansão, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB³² que foi criado em 2006, com a intencionalidade de substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF³³, que só atendia o ensino fundamental, mas não para melhorar a qualidade do ensino.

³² O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB através da Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, foi criado para substituir o FUNDEF, que não atendia a todos os níveis de ensino, somente o Ensino Fundamental.

³³ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF foi criado pela Emenda Constitucional n.14 e regimentado pela Lei 9424 de 24 de dezembro de 1996. O FUNDEF passou a vigorar em 1 de janeiro de 1998 com vigência até 31 de dezembro de 2006. O fundo representou receitas específicas dos governos para custos com a educação pública da 1ª a 8ª série que vigorou de 1998 a 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 24 de abril de 2014.

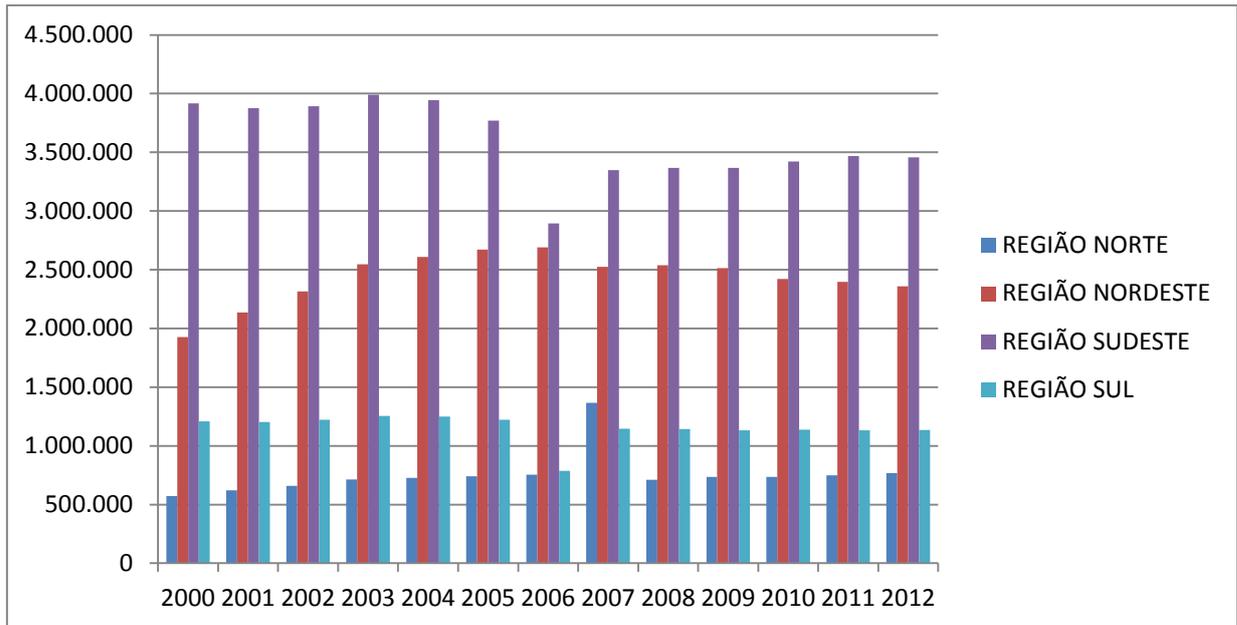
Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009, e a modificação dos incisos “I” e “VII” do artigo 208 da Constituição Federal foi possível ampliar a obrigatoriedade da educação básica, na faixa etária a partir dos 4 aos 17 anos de idade e garantir a gratuidade e a oferta de matrículas a todos que na idade própria não tiveram acesso. A nova redação do artigo 208, inciso VII, contempla ainda, “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 2009). Isso significa políticas de expansão que estão tentando diminuir os problemas de acesso ao ensino médio público brasileiro.

O Plano Nacional da Educação (PNE), instituído pela Lei n. 8.034 de 2010, também merece atenção por tratar de metas prioritárias ao ensino no decênio de 2011 a 2020. O plano prevê condições para o desenvolvimento de melhoria do ensino médio, tanto no que envolve a elaboração de um currículo mínimo, com conteúdos diversificados e que atendam as necessidades dos educandos, como programas de correção para regularização de fluxo com o intuito de combater à defasagem idade-série.

As estratégias para acompanhamento do PNE são pontos importantes para ampliar o debate em torno do ensino médio e de toda a educação, pois diante da magnitude das ações que se fazem necessárias para implementação do novo Plano é necessário um adequado estabelecimento de metas realistas para o próximo decênio.

O Ensino Médio, ressaltado nesse estudo, vem sendo reestruturado e a sua expansão no contexto brasileiro tem sido alvo de grandes desafios. A fim de contextualizar alguns dados gerais estão dispostos, a seguir, no gráfico 1, a evolução das matrículas por Regiões.

Gráfico 1 – Evolução de matrículas do Ensino Médio regular por Região – Brasil (2000 – 2012)



Fonte: Inep / Censo Escolar.

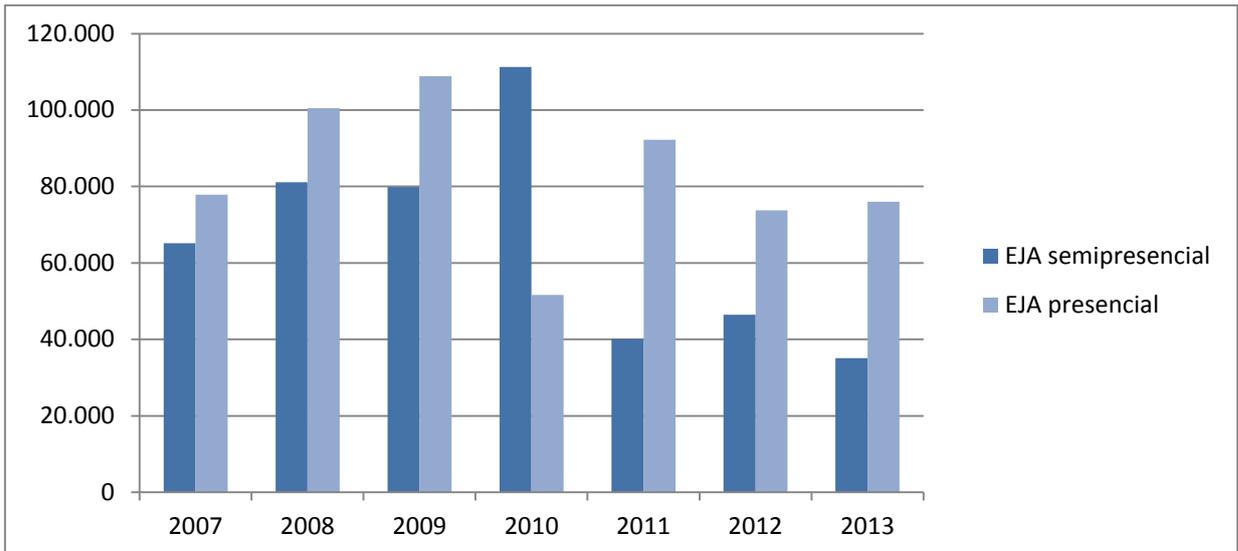
Na análise do Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1993/2013, do INEP³⁴ verifica-se que a concentração com o maior número de matrículas está na região sudeste e, isso faz perceber que a desigualdade de acesso ao ensino médio entre as regiões do país, ainda é muito desigual, favorecendo as regiões mais desenvolvidas.

No gráfico 2, observa-se que a redução do número de matrículas no país acontece a partir do ano de 2006. A “queda” acontece pela redistribuição das matrículas para as modalidades EJA (no semipresencial e presencial) e Educação Profissional, conforme apresenta os gráficos seguintes (2 e 3)³⁵:

Gráfico 2 – Evolução de matrículas na modalidade EJA no Ensino Médio no Rio de Janeiro (2007-2013).

³⁴ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. Acesso em 10 de junho de 2014.

³⁵ Essas são hipóteses que vêm sendo debatidas em pesquisas em torno do ensino médio.



Fonte: Inep / Censo Escolar.

Certamente que expansão do ensino médio traz consigo políticas educacionais específicas à modalidade de Educação de Jovens e Adultos, que se constitui de acordo com a LDBEN 9.394/96, Seção V, artigo 37, como uma educação: “(...) destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Essa concepção também é reforçada, no momento em que a EJA passa a ser tratada como modalidade que deve “(...) ser pensada como um **modelo pedagógico próprio** a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos” (CNE/CEB 11/2000, p. 9).

Refletindo sobre a lógica burocrática que envolve as ações da Educação de Jovens e Adultos - EJA e analisando todo o avanço da classe trabalhadora, verifica-se o quanto a modalidade de ensino EJA foi conduzida por lutas e por concepção democrática da sociedade, na busca por igualdade de oportunidades e igualdade de condições sociais. A importância para tal reconhecimento deve-se ao engajamento de educadores que, de uma forma geral, deram conta do direito à educação permanente para todos. É na luta que as condições são criadas e afirmadas, não só para democratização da educação, mas para a participação social que inclui a “socialização das gerações mais iguais e menos injustas” (CURY, 2002, p. 247).

Os desdobramentos que merecem nossa atenção referem-se às normas oficiais que evidenciam as finalidades da EJA e estão pautadas no aperfeiçoamento e na qualidade, atribuindo significado ao conhecimento educativo e, sobretudo, na formação geral do jovem e do adulto estudante.

De acordo com Machado (2009, p. 19), vemos que:

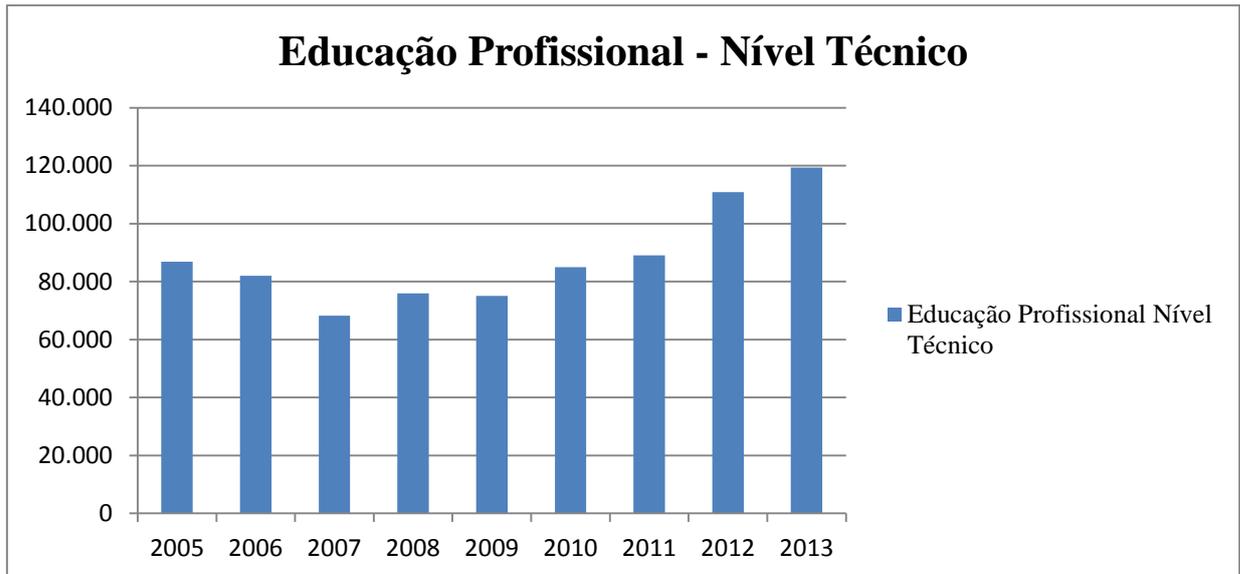
No Brasil, a denúncia de descaso para com a EJA aparece em estudos e pronunciamentos de vários educadores. Em 1938, Paschoal Lemme³⁶ (2004, p. 65) já destacava que “mesmo entre as pessoas que têm certo trato com os problemas de educação e de ensino é comum verificar-se um completo desconhecimento da importância e da significação hoje emprestadas ao problema da educação de adultos”. Passados 71 anos dessa afirmação, o que podemos dizer sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil? (...).

Mas é impossível não destacar que a Educação de Jovens e Adultos sempre foi tratada pelo Estado como uma segunda opção quer pelo baixo rendimento do sistema educacional, que acaba por se tornar seletivo, excludente e muitas vezes marginalizado, ou então, com um expressivo quantitativo da população que consegue ingressar na escola. Além disso, é visível que tanto a oferta, como também o rendimento dos alunos são diferentes, à medida que a localização dificulta o acesso.

O ensino médio, via EJA, é marcado pela redistribuição das matrículas no ano de 2006, assim como, o ensino profissional do nível técnico, que possa a ser ampliado a partir do mesmo ano. Conforme expressa Krawczyk (2009) é a partir de 2005, que são consideradas as matrículas nas modalidades de oferta concomitante e subsequente na educação profissional. É o que veremos na análise do gráfico 3.

Gráfico 3 – Evolução de matrículas na modalidade Educação Profissional no Ensino Médio no Rio de Janeiro (2005-2013).

³⁶ Em 1938 concorreu ao concurso para técnico de educação do então Ministério de Educação e Saúde, apresentando como tese um trabalho exatamente sobre educação de adultos.

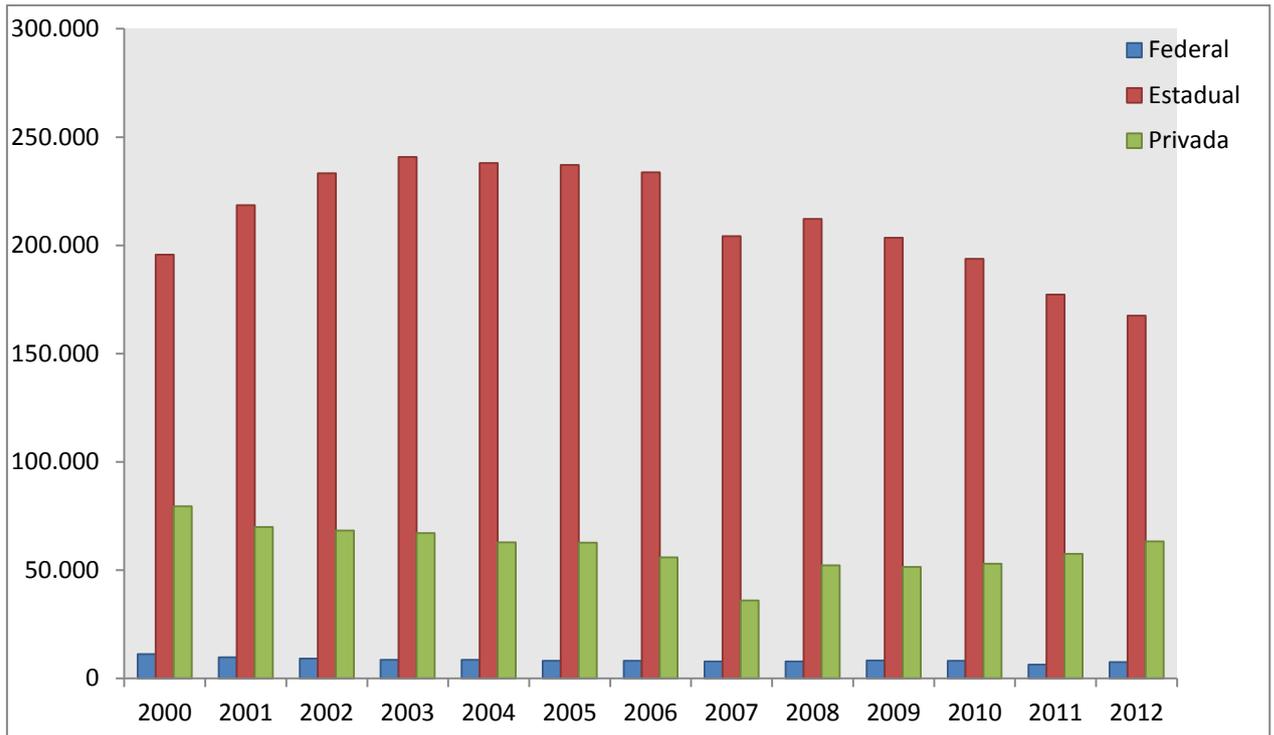


Fonte: Inep/Censo Escolar.

No sentido de elucidar um pouco mais sobre a evolução das matrículas das modalidades de ensino educação profissional/técnica e EJA, observa-se que a diferenciação entre elas está no acréscimo dos números da educação profissional ao longo dos dois últimos anos (2012 e 2013). Apesar de se considerar o registro das matrículas da EJA e da educação profissional, é perceptível nos indicadores do Inep que a maior parte dos alunos ainda estão concentrados no ensino médio regular. Com suas diferenciações, as modalidades de ensino têm graus de prestígios que interfere na vida social do estudante da escola pública.

A expansão de matrículas do ensino médio tem como objetivo aliar a oferta de vagas e a universalização para garantir a qualidade do ensino. Nesse sentido, como o foco da pesquisa é o ensino médio regular do município do Rio de Janeiro, os dados apresentados a seguir, referem-se às matrículas da rede federal, estadual e privada a fim de ilustrar a evolução das matrículas do ensino médio regular nas três redes de ensino ao longo dos últimos doze anos.

Gráfico 4 – Evolução de matrículas do Ensino Médio regular do Rio de Janeiro - RJ (2000-2012)



Fonte: Inep / Censo Escolar.

O gráfico 4 apresenta uma expansão crescente do ensino médio regular na rede estadual de ensino entre os anos de 2000 até 2006. Entretanto, a partir de 2006, o número de matrículas diminuiu tendo um pequeno crescimento no ano de 2008.

Entre os anos de 2007 a 2012 as matrículas passaram de 204.161 para 167.493 havendo um decréscimo em torno de 18%. A supremacia dos Estados na oferta de vagas do Ensino Médio comprova que a rede estadual é a que mais possui matrículas. Quem sabe, essa seja a oportunidade para a realização de mais pesquisas educacionais em torno do Ensino Médio da rede estadual, na tentativa de ajudar os panoramas relativos aos atuais acontecimentos que envolvem esse nível de ensino.

Retomando a análise dos indicadores, verifica-se que entre os anos de 2000 e 2007 há uma queda nas matrículas da rede privada e, a partir de 2008, ocorre um aumento em torno de 17, 6% de 2008 a 2012.

Os resultados do censo demográfico de 2010 do IBGE revelam que:

No grupo etário de 15 a 17 anos, a parcela que não frequentava escola representou 16,7%, ficando próximos aos resultados desse indicador dos homens (16,8%) e das mulheres (16,6%); entretanto, a diferença foi acentuada entre os das áreas urbana (15,6%) e rural (21,7%). Nas Grandes Regiões, as diferenças entre os resultados das áreas urbana e rural foram todas substanciais. Na área urbana, o percentual de adolescentes de 15 a 17 anos de idade que não frequentavam escola variou de 14,4%, na Região Sudeste, a 17,9%, na Região Sul, enquanto que na rural foi de 20,0%, na Região Nordeste, a 25,8%, na Região Norte (2010, p.54).

As informações demonstram que mesmo considerando apenas a população em idade adequada para cursar o ensino médio, ainda há jovens fora da escola. Os dados da PNAD apresentam que em 2006, no Brasil havia 10.425 milhões jovens no grupo etário entre 15 e 17 anos, mas que apenas 4.973 milhões frequentavam o ensino médio. Isto significa que além dos 3.548 milhões de jovens que estavam no ensino fundamental, o percentual de 18% de jovens fora da escola é muito preocupante.

Após vários debates nos fóruns da Educação de Jovens e Adultos para pensar estratégias a fim de modificar a legislação educacional, no ano de 2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE) institui através da Resolução nº 3 de 15 de junho de 2010 diretrizes operacionais para essa modalidade de ensino, principalmente nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos da EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA e a EJA na modalidade da Educação a Distância com a seguinte estrutura: no segmento do ensino fundamental com 1.600 (mil e seiscentas) horas; para o Ensino Médio, a duração mínima é de 1.200 (mil e duzentas) horas. Consta nessa resolução a idade mínima de 15 anos completos para o ingresso no Ensino Fundamental da EJA; 18 anos completos para o Ensino Médio da EJA.

No art. 2º da Resolução 3/2010, fica reconhecido que os jovens e adultos são cognitivamente capazes de aprender ao longo da vida e as mudanças atuais em curso impõe a atualização constante de conhecimentos, mas para isso, “é necessário a institucionalização de um sistema educacional público de Educação Básica de jovens e adultos, como política pública de Estado e não apenas de governo assumindo a gestão democrática, contemplando a diversidade de sujeitos aprendizes (...)”.

No subcapítulo seguinte, analisaremos um programa que prioriza a construção de uma escola para atender os jovens do ensino médio e a EJA, a fim de manter a qualidade do ensino e a reestruturação curricular.

2.3 - Programa de melhoria e expansão do Ensino Médio – Projeto Escola Jovem

Devido aos persistentes problemas com relação ao processo de reforma do ensino médio e a qualidade desse nível de ensino, o Ministério da Educação juntamente com a Secretaria da Educação Média e Tecnológica - SEMTEC lança em fevereiro do ano 2000, o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio - Projeto Escola Jovem. As atividades do programa iniciaram em março de 2001³⁷, com a finalidade de construir uma escola para os jovens e jovens e adultos, na tentativa de diminuir a baixa produtividade escolar do ensino médio brasileiro (CARRANO & SPOSITO, 2003).

O Projeto Escola Jovem estabelece como metas prioritárias (BRASIL, 2004, p 6): a) implementar a reforma curricular e assegurar a formação continuada de docentes e gestores de escolas de ensino médio; b) equipar progressivamente as escolas de ensino médio com bibliotecas, laboratórios de informática e ciências e kit tecnológico para recepção da TV Escola; c) produzir um curso de ensino médio a distância; d) criar, nos três próximos anos (que constituem a primeira etapa do programa), 1.600.000 novas vagas; e) melhorar os processos de gestão dos sistemas educacionais das Unidades Federadas; f) redefinir a oferta de ensino médio, com a criação de uma rede de escolas para jovens.

As metas supracitadas visam promover mudanças no ensino médio, tanto no que se refere à reestruturação curricular, como a garantia de inovar tecnologicamente as escolas. A ampliação das matrículas ocorre para trazer mais alunos para o turno diurno e para facilitar a permanência dos professores nas escolas. Além disso, o projeto apresenta mecanismos para o desenvolvimento científico.

Para participar do programa, os estados deveriam compor uma escola específica para atender os jovens e jovens e adultos, expor práticas de correção de fluxo e, também apresentar estratégias para os demais custos necessários para o desenvolvimento das ações do programa (CARRANO & SPOSITO, 2003).

³⁷ Na análise da síntese do texto: Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – Projeto Escola Jovem (2004), o programa contou com um investimento de US\$ de 1 bilhão. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) contribui com US\$ 500 milhões, os Estados e Distrito Federal com US\$ 450,00 milhões e a União com US\$ 50,00 milhões. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Escola%20Jovem.pdf>. Acesso em 24 de fevereiro de 2014.

O Projeto Escola Jovem divide-se em dois subprogramas. O primeiro, Subprograma de Financiamento das Unidades da Federação, que objetiva implementar a reforma curricular e a estrutura do ensino, como também expandir a oferta de vagas na rede pública dos Estados e Distrito Federal com qualidade e eficácia do ensino médio por meio de projetos. O Subprograma de Políticas e Programas Nacionais tem por meta apoiar a Secretaria de Educação Média e Tecnológica vinculada ao Ministério da Educação - SEMTEC³⁸ no desenvolvimento das ações que regulamentam a implementação da reforma do ensino em todos os estados e Distrito Federal.

Embora a elaboração dessas propostas tenha trazido no seu bojo um aspecto inovador para a reforma do ensino médio, outros caminhos foram traçados na tentativa de garantir a permanência e qualidade do ensino. O Ministério da Educação e o órgão da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República elaboram um documento, através do GT Interministerial, instituído pela Portaria n. 1189 de 05 de dezembro de 2007 e a Portaria n. 386 de 25 de março de 2008, a fim de delinear um cenário de possibilidades para o ensino dos jovens do ensino médio. O documento tem por base a superação e a tentativa de recuperar o que não foi realizado no tempo certo, inserindo não só o ensino médio regular na agenda prioritária do governo, como também o ensino médio integrado e a modalidade EJA.

A proposta da expansão e reestruturação do ensino médio viabiliza uma política de consolidação entre a teoria e a prática, cujas metas são transcritas com o objetivo de estabelecer uma política de médio e longo prazo para consolidar, no ponto de vista quantitativo e qualitativo, o ensino médio no Brasil, por meio:

De uma reestruturação do modelo pedagógico desta etapa da educação básica que colabore na superação do dualismo entre o ensino propedêutico e profissional; da expansão da oferta de matrículas da rede de escolas médias federais para um patamar entre 10% das matrículas totais desta etapa da educação básica (BRASIL, 2008).

Analisando as metas do Projeto Escola Jovem (2000) e do documento de Reestruturação e Expansão do Ensino Médio (2008) e confrontando-as com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEM) para o ensino médio, segundo o Parecer CEB/CNE n. 5/2011 e instituídas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) através da Resolução n.

³⁸ A função do SEMTEC está em dirigir ações do ensino médio e profissional brasileiro, no que se refere a implementação da reforma desses níveis de ensino, nas unidades de federação.

2/2012³⁹, percebe-se que no art. 6 há uma crítica no que se refere à construção do currículo formal de ensino:

Art.6 O currículo é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e sócio-afetivas.

O texto evidencia a construção de um currículo por meio de ações coletivas, mais flexível e para atender as demandas sociais. Há de se considerar que a articulação entre currículo e vivência, não é uma tarefa muito fácil e isso nos remete a contextualização de uma “Escola Jovem”, que pensa “no jovem” e “para o jovem”. Esses e outros argumentos instigam à reflexão da oferta para o ingresso e a permanência no ensino médio.

Argumentamos sobre a estrutura curricular por ser um dos pontos em comum, tanto do documento do programa Escola Jovem (2000), quanto do documento da Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil (2008).

Atualmente, as escolas do ensino médio do estado do Rio de Janeiro contam com o Currículo Mínimo⁴⁰ para as disciplinas de: Artes, Ciências Biológicas, Educação Física, Ensino Religioso, Filosofia, Física, Geografia, História, Língua Estrangeira, Língua Portuguesa/Literatura, Matemática, Química, Resolução de Problemas Matemáticos, Produção Textual. Além das matérias complementares para o Curso Normal: Conhecimentos Didáticos, Formação Complementar, Fundamentos da Educação, Laboratórios Pedagógicos, Parte Diversificada, Práticas Pedagógicas.

É pertinente esclarecer que não há interesse, neste estudo, em analisar a estrutura curricular do ensino médio. Contudo, repensando os desafios enfrentados ao longo da história desse nível de ensino e na possibilidade de sua universalização, “a pergunta que se impõe é se a proposta curricular para o ensino médio, apresentada pelo governo responde a essas novas determinações, e para quem? (...)” (KUENZER, 2000).

Além da reorganização curricular do ensino médio é de fundamental importância reconhecer as condições reais das escolas públicas, como a sua infraestrutura, os recursos

³⁹ Resolução CNE/CEB 2/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de janeiro de 2012, Seção 1, p. 20.

⁴⁰ O Currículo Mínimo da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro está disponível em: http://www.conexao professor.rj.gov.br/curriculo_aberto.asp. Acesso em 19 de maio de 2014.

humanos e financeiros, que infelizmente não atendem as demandas (KUENZER, 2000; LIMA, 2011).

Detemo-nos, mesmo que superficialmente, compreender algumas das estratégias de inovação do Programa ProEMI que dentre tantas transformações, também, enfatiza a modificação do currículo e a manutenção da qualidade do ensino.

2.4 – Ensino Médio Inovador - O ProEMI

A partir de uma realidade mais recente da educação brasileira, o Ministério da Educação vai delineando novas formas para consolidar o ingresso do jovem ao ensino médio e promove à instauração do Programa Ensino Médio Inovador. Esse programa é direcionado as escolas públicas dos Estados, Distrito Federal e escolas Federais de ensino médio, não profissionalizante, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, principalmente no que concerne as seguintes transformações (BRASIL, 2009, p.5):

- Superação das desigualdades de oportunidades educacionais;
- Universalização do acesso e permanência dos adolescentes de 15 a 17 anos no ensino médio;
- Consolidação da identidade desta etapa educacional, considerando a diversidade dos sujeitos;
- Oferta de aprendizagem significativa para jovens e adultos, reconhecimento e priorização da interlocução com as culturas juvenis⁴¹.

Através da portaria nº. 971 de 09/10/2009 e com base no artigo 87 da Constituição Federal de 1988, o Ministro da Educação resolve instituir o Programa Ensino Médio Inovador para desenvolver propostas curriculares inovadoras nas escolas do ensino médio, não profissional, com vistas uma escola que não se limite ao pragmatismo e ao interesse imediato e utilitário. O documento fundamenta o apoio as Secretarias Estaduais de Educação e Distrito Federal para melhorar a qualidade do ensino médio, assim como a execução das leis e

⁴¹ ProEMI Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ensino_medioinovador.pdf. Acesso em 24 de abril de 2014.

decretos no âmbito federal. A referida portaria é assinada pelo ministro Fernando Haddad e publicada em diário oficial, no dia 13 de outubro de 2009.

A proposta educacional do programa está na colaboração de políticas que fortaleçam o ensino médio regular de forma que a metodologia implementada possa promover inovações pedagógicas, principalmente na estrutura curricular desta etapa final da educação básica. O Ministério da Educação, no uso de suas atribuições, regulamenta uma nova organização curricular que atenda as demandas e, sobretudo, articule o desenvolvimento dos conhecimentos adquiridos, as competências, os valores e as práticas dos educandos.

Nesse sentido, o MEC (BRASIL, 2009, p.16):

Considera ainda que o avanço da qualidade na educação brasileira depende fundamentalmente do compromisso político e da competência técnica dos professores, do respeito às diversidades dos estudantes jovens e da garantia da autonomia responsável das instituições escolares na formulação de seu projeto político pedagógico, e de uma proposta consistente de organização curricular.

Além do apoio para as inovações pedagógicas, o programa visa contribuir para o entrelaçamento dos conhecimentos científico, tecnológico e cultural, na relação entre teoria e prática da organização dos conhecimentos.

Analisando as propostas do Programa Ensino Médio Inovador (2009), visualizou-se que em todas as propostas lançadas há uma preocupação com a qualidade do ensino. A reformulação do currículo prioriza as necessidades da vida social e produtiva, na articulação entre trabalho, ciência e cultura para os jovens que cursam o ensino médio regular. Entretanto, a respeito da superação do tempo perdido, resta-nos refletir que apesar da universalização do ensino fundamental e da possibilidade de vagas ao ensino médio, ainda se encontra uma defasagem no ensino público e isso vem afetando substancialmente os jovens, pois em suas trajetórias escolares não estão conseguindo dar conta das reestruturações realizadas pelos sistemas de ensino.

Na realidade, o que resta entender, em termos sociais, quem é mais atingido pela qualidade da oferta e da seletividade do sistema? A interrogação vale como um alerta para a necessidade de um exercício de reflexão para compreender porque apesar da ampliação de oferta de matrículas, preocupação com a estrutura curricular, dentre outros aspectos aqui abordados, não se consegue trazer os jovens para a escola? Este processo interrogativo leva a

entender os discursos recentes que envolvem o ensino médio e a sua organização, sempre vulneráveis as estratégias governamentais.

2.5 - O debate atual em torno do Ensino Médio: o desafio de estabelecer uma identidade

Nos últimos anos, o debate sobre o ensino médio se intensificou e um dos temas em destaque é a identidade desse nível de ensino. Isso, porque do ponto de vista legal, a LDB 9.394/96 apresenta uma perspectiva abrangente em relação às legislações anteriores, pois o ensino médio foi tratado como uma etapa da educação básica, sem se restringir à preparação para o ensino superior ou para o mercado de trabalho.

A Lei 9.394/96 afirma que a finalidade do ensino médio está no aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, consentindo que o aluno possa continuar os estudos futuramente, mas não evidencia o caráter propedêutico que ao longo da história educacional marcou a identidade do ensino médio. Além de reconhecer a preparação básica para o trabalho, a lei não apresenta ao ensino médio, “o caráter de uma formação como mero treinamento, mas tentou possibilitar ao estudante compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos” (LEÃO, 2014, p. 241).

De acordo com o Boletim do Observatório da Educação (2008), muitos problemas se tornam evidentes com a expansão do ensino médio: a ausência de uma identidade, estrutura curricular, financiamento, insuficiência de professores em disciplinas específicas, evasão de alunos, infraestrutura das escolas, entre vários outros problemas aqui não citados.

Conforme destaca Krawczyk (2009) a evidencia desses problemas baseia-se no aumento do número de matrículas sem a assistência de políticas que de fato garantam as condições adequadas dessa expansão.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) pelo Parecer CNE/CEB 05/2011 e Resolução CNE/CEB 02/2012 em concordância com a LDB 9.394/96 aponta o compromisso com o ensino médio em termos de “aprimoramento do educando como pessoa humana”, cujo objetivo central está na possibilidade à definição de um currículo mais atrativo que possa combater a repetência e a evasão.

Conforme foi mencionado no subcapítulo, *Programa de melhoria e expansão do Ensino Médio – Projeto Escola Jovem*, a intenção não é traçar uma análise da estrutura curricular do ensino médio, mas verificar como no percurso educacional as novas diretrizes destacam a questão da identidade e da diversidade do ensino médio.

Essa discussão em torno da identidade do ensino médio confirma perspectivas delineadas para a reconstrução de um ensino unitário, com a função de formar sujeitos individuais e coletivos, que agrega em si a síntese do diverso. É preciso, integrar simultaneamente na estrutura curricular: trabalho, ciência, tecnologia e cultura para oferecer aos jovens do ensino médio, uma educação atual e que contemple as demandas (KUENZER, 2000; RAMOS, FRIGOTO & CIAVATTA, 2004).

Kuenzer (2009, P.26) destaca que a dualidade estrutural do ensino médio é grifada, no século XX, com a criação de escolas técnicas que eram mantidas pela iniciativa estatal que:

(...) primeiro criou escolas profissionais, no início do século XX, para só nos anos 40 criar o Ensino Médio. A partir de então, essas redes sempre estiveram de alguma forma (des)articuladas, uma vez que a dualidade estrutural sempre responde às demandas de inclusão/exclusão; o Ensino Médio inclui os socialmente incluídos; para os excluídos, alguma modalidade de preparação para o trabalho, orgânica aos modos de produzir mercadoria historicamente foram se construindo.

Segundo a autora, a lógica da dualidade estrutural estabelece uma educação humanística tradicional direcionada aos dirigentes da sociedade e aos intelectuais que não exerciam atividades instrumentais, enquanto a educação profissional estava voltada para os trabalhadores. A luta pela democratização do ensino médio, como um direito de todos possibilita que essa dicotomia seja colocada em questão, sobretudo, porque as funções intelectuais e instrumentais se entrelaçam no sistema produtivo e nas relações sociais.

A interpretação equivocada, particularmente no que diz respeito à proposta do ensino médio e a formação técnica profissional têm a ver com toda a história que caracteriza o sistema de ensino brasileiro (KUENZER, 2001).

O Decreto nº. 2.208 de 17 de abril de 1997 que regulamentou a educação profissional inibiu a elaboração de uma reforma de ensino médio que articulasse a formação geral e profissional em um mesmo currículo.

Para Frigotto e Ciavatta (2004) foi a partir do Governo Lula que o debate sobre o ensino médio e técnico se consolidou. A promulgação de um novo decreto, Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 reestabeleceu a articulação da formação geral e profissional, nas formas da LDBEN 9.394/96, no artigo 36, “o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”⁴².

No ano de 2003, Seminários e oficinas foram realizados, conforme apresentado na coletânea *Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho*, organizado por Frigotto e Ciavatta (2004) e publicado pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC juntamente com o Ministério da Educação, a fim de discutir sobre o ensino médio integrado à educação tecnológica “não apenas como um adjetivo para cursos de nível pós-médio ou superior, mas como expressão de uma educação que retome os princípios da escola unitária ou da educação básica (fundamental e média) pública e gratuita, universalizada (...)” (FRIGOTO & CIAVATTA, 2004, p.18).

Atualmente, o debate sobre a reformulação do ensino médio promoveu a elaboração de um Projeto de Lei 6.849/2013, resultado do Relatório realizado pela Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições (CEENSI) para a reformulação do Ensino Médio e, sobretudo com a proposta de alterar a LDB 9.394/96 a fim de instituir a jornada em tempo integral e organização do currículo em áreas do conhecimento⁴³ do ensino médio.

O Movimento Nacional pelo Ensino Médio, composto por representantes de várias instituições⁴⁴ entre outros, se organizaram para intervir na aprovação do Projeto 6.849/2013.

⁴² Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 25 de junho de 2014.

⁴³ As áreas de conhecimento do Ensino Médio serão organizadas em quatro áreas de conhecimento: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas. Dentro dessa divisão, o aluno poderá optar por qualquer uma das áreas para ter aulas extras no contraturno. O período oposto ao das aulas do currículo comum também poderá ser utilizado para a educação profissionalizante. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/479574-COMISSAO-APROVA-JORNADA-INTEGRAL-PARA-O-ENSINO-MEDIO>. Acesso em 25 de janeiro de 2015.

⁴⁴ O Movimento Nacional pelo Ensino Médio é constituído por representantes de várias entidades da educação brasileira: ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação), CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade), FORUMDIR (Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação), ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), Sociedade Brasileira de Física, Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da educação), CONIF (Conselho Nacional Das Instituições da Rede Federal de Educação

No documento elaborado pelos representantes do Movimento na criação de uma petição pública, as propostas para reformulação do ensino médio realizada pela Comissão Especial do PL nº 6.840/2013 na concepção de “formação integral”, são insuficientes e continuam mantendo a dualidade estrutural do ensino médio.

No próximo capítulo veremos a abordagem empírica da pesquisa, sobretudo, a visibilidade juvenil nesse espaço de interação da escola média.

Capítulo 3 – Em tempo de incertezas, o que desejam os jovens alunos do último ano do Ensino Médio?

O presente capítulo é resultado da abordagem empírica realizada em um colégio público do ensino médio regular, localizado no bairro do Cachambi, Zona Norte do município

do Rio de Janeiro. O objetivo é analisar o perfil dos jovens alunos da camada popular que cursam o terceiro ano do ensino médio e conhecer o que anseiam sobre o futuro após concluir a última etapa da educação básica.

Para traçar um perfil dos jovens sujeitos da pesquisa foram utilizados os dados colhidos em um questionário que foi respondido individualmente por jovens matriculados nas turmas: 3001, 3002, 3003, 3004 e 3005, dos turnos da manhã e tarde, com idade entre 16 a 21 anos. Com esses dados, procuramos traçar um breve perfil com dados socioeconômicos, relação trabalho e estudo, trajetória escolar, informações sobre a escola e atividades cotidianas e lazer, que acabam por delinear um contorno geral e caracterizações do grupo pesquisado.

Além da aplicação do questionário, foram analisadas as falas de dois alunos que foram entrevistados em seus locais de trabalho, pois não puderam participar do grupo focal.

Segundo Godoy (1995, p.61) “do ponto de vista metodológico, é possível observar ainda a aceitação da entrevista como uma estratégia fundamental da investigação qualitativa”. A análise recai, também, nas falas dos 15 alunos participantes do grupo focal. Outro recurso foi à observação direta no espaço escolar, onde foi possível conversar informalmente com os jovens e registrar alguma de suas ações.

O estudo tem como foco os jovens alunos, no entendimento que são eles os principais atores do processo pedagógico, tal como expressam Carrano e Dayrell (2010) “(...) a escolha metodológica de centralizar jovens como sujeitos da investigação é também um pressuposto de pesquisa, ou seja, considerar jovens alunos como interlocutores válidos e privilegiados para a compreensão do Ensino Médio”.

Desde o início da realização da pesquisa de campo, não tivemos nenhum tipo de impedimento, pelo contrário, fomos muito bem recebidos por todos da equipe escolar, que facilitaram a entrada e permanência na escola. Na primeira etapa da pesquisa, com a aplicação do questionário, os professores das cinco turmas dos turnos da manhã e tarde foram muito solícitos e contribuíram positivamente permitindo que os alunos preenchessem o questionário durante as aulas. A única exigência foi colocada pela direção da escola, que solicitou que os alunos menores de 18 anos não preenchessem o questionário sem antes entregar aos responsáveis uma declaração que explicasse o objetivo da pesquisa.

3.1 - Estrutura e organização da Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC/RJ

Diante de uma hierarquia estrutural, a rede estadual de ensino do Rio de Janeiro organiza-se a partir de três instâncias fundamentais. A primeira é a sede, Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC, situada no bairro de Santo Cristo, no município do Rio de Janeiro. Sua atribuição está na elaboração de políticas públicas que viabilizam a instituição por meio de portaria e decretos que regulamentem a aplicação de leis educacionais no território carioca. A função da SEEDUC está em administrar os recursos humanos, estrutura física, recursos orçamentários e financeiros de toda rede estadual e, sobretudo, monitorar e fiscalizar todas as escolas estaduais.

Depois da sede existem 14 Diretorias Regionais, incluindo à Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas (DIESP), que desempenham funções administrativas e pedagógicas. As Regionais são as responsáveis pelas unidades escolares de sua área de abrangência e tem como função implantar as políticas públicas e organizar as visitas às escolas para acompanhar o desenvolvimento do trabalho, a fim de sanar possíveis problemas ligados diretamente à sua instância de atuação.

A terceira e última instância são as unidades escolares responsáveis pelo trabalho desenvolvido pelos professores no que envolve a prática do ensino-aprendizagem.

Cabe mencionar que foi através do Decreto nº 42.837 de 04 de fevereiro de 2011 que a Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC/RJ reestruturou a organização das Coordenadorias Regionais. Antes do decreto tinham 30 Diretorias Regionais e uma Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas (DIESP). As atribuições por elas desenvolvidas envolve a execução das atividades pedagógicas e administrativas da educação em áreas geográficas do estado do Rio de Janeiro. Após a regulamentação do decreto, as Diretorias se compartimentaram somando um total de 14 Regionais de educação, cada uma com uma diretoria pedagógica e administrativa, conforme mencionado anteriormente.

Com base nas informações da Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC, a rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, no ano de 2011, possuía um total de 1.447 escolas. Esse quantitativo diminuiu no final do ano de 2012, passando para 1.354 escolas. No final de 2013, o

número reduziu ainda mais, passando para 1.305⁴⁵ escolas, que são distribuídas entre as 15 Regionais.

É interessante destacar que a redução das escolas na rede estadual é mais um desafio que o Ensino Médio enfrenta, sobretudo, porque o estado possui carência de imóveis para atender as demandas desse nível de ensino. Alguns prédios são compartilhados com a rede municipal de educação do Rio de Janeiro, os prédios são utilizados durante o horário noturno.

As escolas que foram fechadas remanejaram os alunos para outras unidades ocasionando turmas cheias e com qualidade insatisfatória. Ainda assim, cresce significativamente o número de alunos que ingressam no Ensino Médio público carioca e desejam concluir a última etapa da educação básica, com a expectativa de que é necessário aprofundar os conhecimentos adquiridos ao longo do ensino fundamental e, talvez, com o entendimento de que o Ensino Médio possa proporcionar a preparação básica para a inserção no mundo do trabalho. Quem sabe esse não seja o momento do sistema educacional perceber o anseio desses jovens alunos sobre a escola?

No relatório anual (2013) a Secretaria de Estado de Educação tem ciência que o déficit de escolas para o Ensino Médio é um problema grave que precisa ser resolvido o quanto antes e afirma que “essas condições de oferta não são ideais e a solução adotada tem sido o remanejamento dos alunos para unidades próximas e a construção de novas escolas” (p.11).

A análise desse cenário é inquietante ao verificar que as condições de oferta não atendem a política de municipalização, principalmente com relação às condições de infraestrutura das escolas e pela necessidade de maior investimento para assegurar os elementos básicos ao seu funcionamento. É preciso repensar o papel da escola pública enquanto institucionalização do ensino, principalmente pela necessidade de se oferecer uma educação de qualidade, fundamentada em fatores humanos e de interação social. Do contrário, estaremos reproduzindo estudos sempre direcionados a desejos particulares sem contribuição alguma para a sociedade.

3.2 - Sobre a escola pesquisada

⁴⁵ Informação retirada do Relatório de Gestão e Políticas Públicas 2014. Disponível em: <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/2247397/DLFE-72622.pdf/RGPP2014Parte1.pdf>. Acesso em 05 de janeiro de 2015.

Elegemos pesquisar uma escola estadual localizada no bairro do Cachambi que possui jovens alunos da camada popular de vários bairros da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. O bairro do Cachambi faz divisa com alguns bairros: Méier, Engenho Novo, Del Castilho, Todos os Santos, Jacaré, Jacarezinho e Maria da Graça. Constitui-se historicamente como sendo um bairro cuja população possui uma condição social heterogênea, pois nas ruas mais próximas ao bairro do Méier concentram-se os moradores com maior poder aquisitivo e, do outro lado do bairro, precisamente nas proximidades dos bairros do Jacaré, Jacarezinho, Del Castilho, Pilares e Engenho de Dentro reside à população com menor poder aquisitivo. Essa divisão social é perceptível ao transitar pelas ruas do bairro e no relato dos jovens alunos ao descrever a localidade onde moram.

O colégio o qual pesquisamos fica nas proximidades do comércio, junto à “famosa” Rua Honório, onde estão concentradas diversas lojas de móveis. No entorno há dois dos principais shoppings da Zona Norte: Norte Shopping e Nova América. O fácil acesso e a circulação de transportes coletivos facilitam o deslocamento para alguns bairros da Zona Sul e Centro da Cidade. O modo de urbanização oferece mobilidade para os que moram e trabalham no bairro do Cachambi e nas suas adjacências. Esse foi um dos motivos sinalizados pela maioria dos jovens alunos que participaram da pesquisa, ao responderem sobre a escolha da escola. A facilidade na locomoção foi um dos principais atrativos.

O colégio estadual pertence à Metropolitana III, responsável pelas ações dos 111 colégios estaduais da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Fundado no ano 2000, o colégio está instalado desde o ano de 2002, no lado mais periférico do bairro, em uma rua residencial, em um prédio alugado pelo estado (onde existia uma antiga escola particular de Educação Infantil). Segundo informações de uma das professoras mais antiga da escola, o colégio iniciou as suas atividades nas dependências da UERJ, na Rua São Francisco Xavier, por não ter sede própria.

Tecemos, a seguir, algumas descrições a respeito da divisão arquitetônica da escola, equipamentos existentes e instalações do prédio para atender os alunos do Ensino Médio regular e do programa Autonomia.

Quadro 3 – Estrutura física da escola

PRÉDIO CENTRAL		
Térreo	1º Andar	2º Andar

Pátio	7 salas de aula	3 salas de aula
Banheiros		
Secretaria		
Sala da direção		
Quadra de esportes		
ANEXO		
Térreo		2º Andar
Sala dos professores	Sala do Programa Autonomia⁴⁶	
Banheiros dos professores		
Copa/Cozinha		

No que se refere à estrutura física, a escola possui boa conservação e dispõe de instalações variadas. Entre os espaços disponíveis estão: às salas de aula, sala do Programa Autonomia, sala dos professores, biblioteca, auditório, secretaria e sala da direção, em todos esses ambientes existe ar condicionado. Porém, nas salas de aula, nem todos os equipamentos funcionam perfeitamente. Quanto à biblioteca, o acervo não é extenso, mas os alunos acessam quando necessitam para a realização de trabalhos. Os banheiros necessitam de alguns reparos, mas são limpos diariamente e com condições de uso. O auditório é reservado para eventos como formaturas e palestras. Se os alunos desejarem utilizá-lo é necessário à permissão da direção da escola, que analisa a proposta da atividade a ser realizada pelo professor solicitante e autoriza a liberação do espaço.

A escola não produz “comidas quentes”, como almoço ou jantar por não ter refeitório, por isso, os lanches são embalados e entregues aos alunos no pátio, no horário do intervalo do recreio. As salas de aula possuem mesas e cadeiras que necessitam de reforma. Algumas salas são divididas com divisórias, mas não há depredação dos espaços nem pichação. A escola tem boa conservação na estrutura física.

⁴⁶ No segundo semestre do ano de 2013 quando iniciamos as observações na instituição pesquisada ainda havia uma turma do Programa Autonomia.

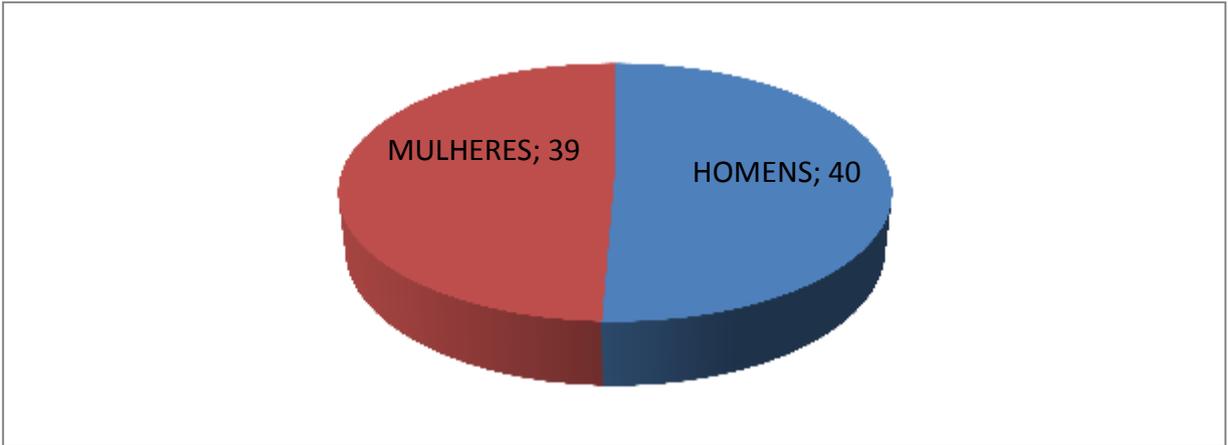
A quadra de esportes fica ao ar livre, onde os alunos realizam as atividades das aulas de educação física. No intervalo, a direção permite que os “meninos” joguem futebol. Quando chove, as atividades da disciplina de educação física são realizadas em sala de aula através de aulas teóricas.

A sala do Programa Autonomia é ampla e fica localizada no prédio anexo; os alunos possuem atividades diferenciadas dos demais alunos do ensino regular. A sala dos professores possui armários com cadeados para guardar materiais, televisão, mesa e cadeiras, três computadores que estão sem uso (por falta de acessórios como mouse e teclado) e um aparelho de ar condicionado que funciona perfeitamente.

3.3 – Os dados do questionário: o perfil dos sujeitos da pesquisa

Conforme relatamos ao início do capítulo foram aplicados 79 questionários, no mês de abril de 2014 para os jovens alunos das turmas 3001, 3002, 3003, 3004 e 3005 do terceiro ano do Ensino Médio regular dos turnos da manhã e tarde. Desse total, 39 são mulheres e 40 homens. O gráfico 5 apresenta o quantitativo de alunos que preencheram o questionário aplicado.

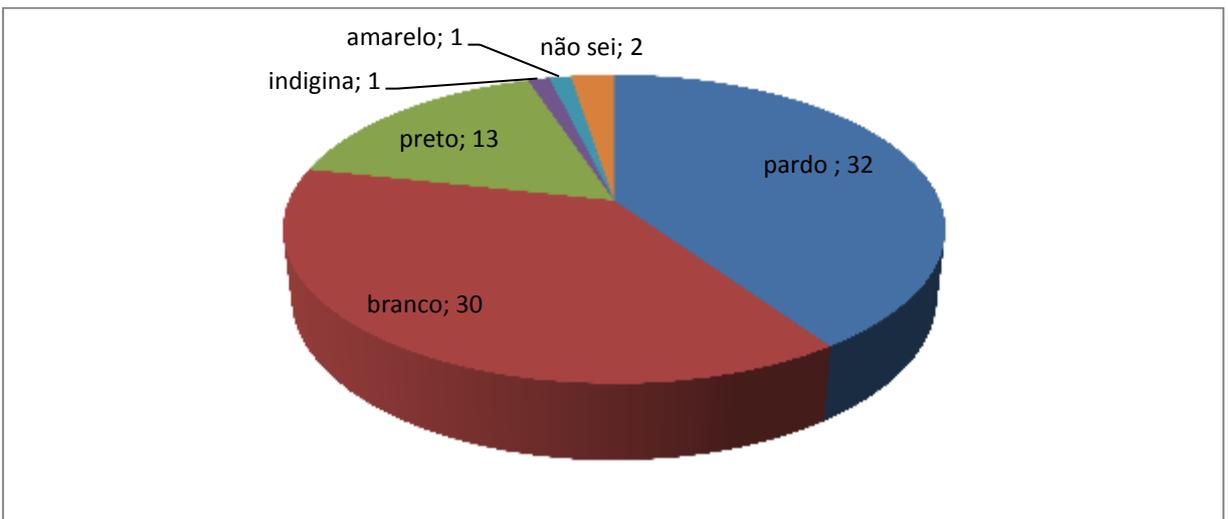
Gráfico 5 – Número de jovens alunos das cinco turmas do terceiro ano do Ensino Médio



Fonte: Questionário elaborado pela pesquisa.

Com relação à cor 32 jovens declararam-se pardos, 30 brancos e 13 pretos. 1 jovem se declarou indígena, 1 amarelo e 2 jovens não souberam responder.

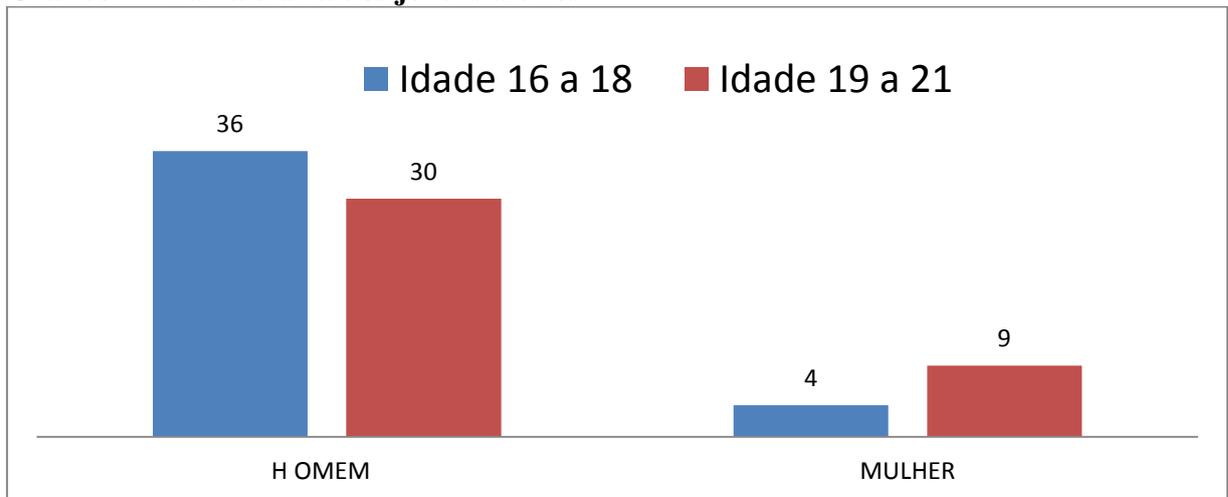
Gráfico 6 – Número de jovens alunos por cor



Fonte: Questionário elaborado pela pesquisa.

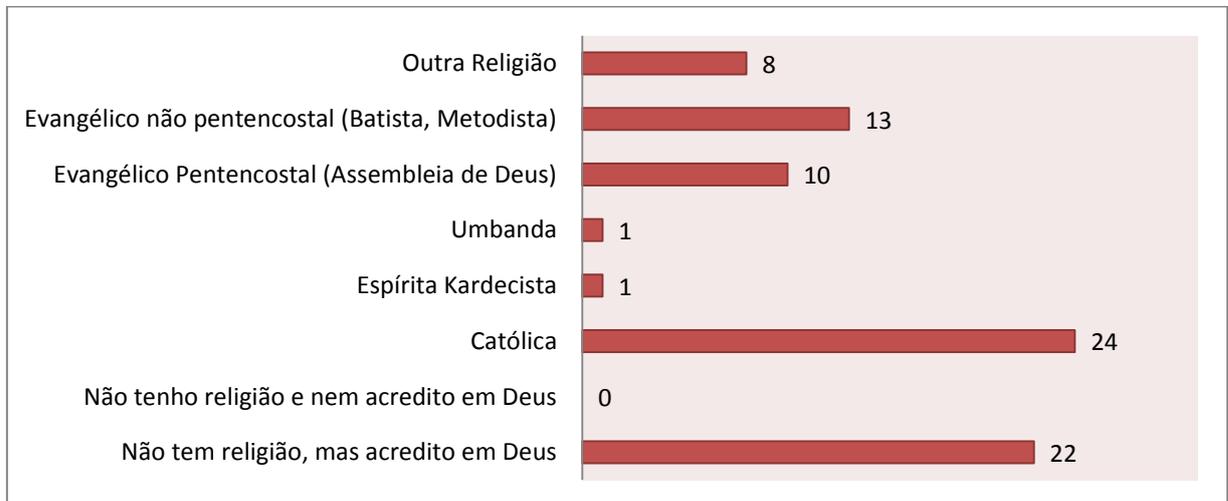
Sobre a faixa etária, o gráfico 6 apresenta que nas turmas de terceiro ano dos turnos da manhã e tarde há jovens com idade entre 16 a 18 anos, sendo 36 homens e 4 mulheres; com idade entre 19 a 21 anos, sendo 30 homens e 9 mulheres.

Os dados mostram a predominância de um público jovem composto pelo sexo masculino. Esse é um dado importante para analisarmos o perfil do alunado, ressaltando, porém, que esse não é um estudo quantitativo seguindo os padrões estatísticos, mas que visa identificar o novo panorama juvenil encontrado atualmente na escola pesquisada.

Gráfico 7 – Faixa etária dos jovens alunos

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisa.

No campo religioso, o catolicismo predominou seguido de “não ter religião, mas acredita em Deus”, conforme demonstra o gráfico 8:

Gráfico 8 – No campo religioso

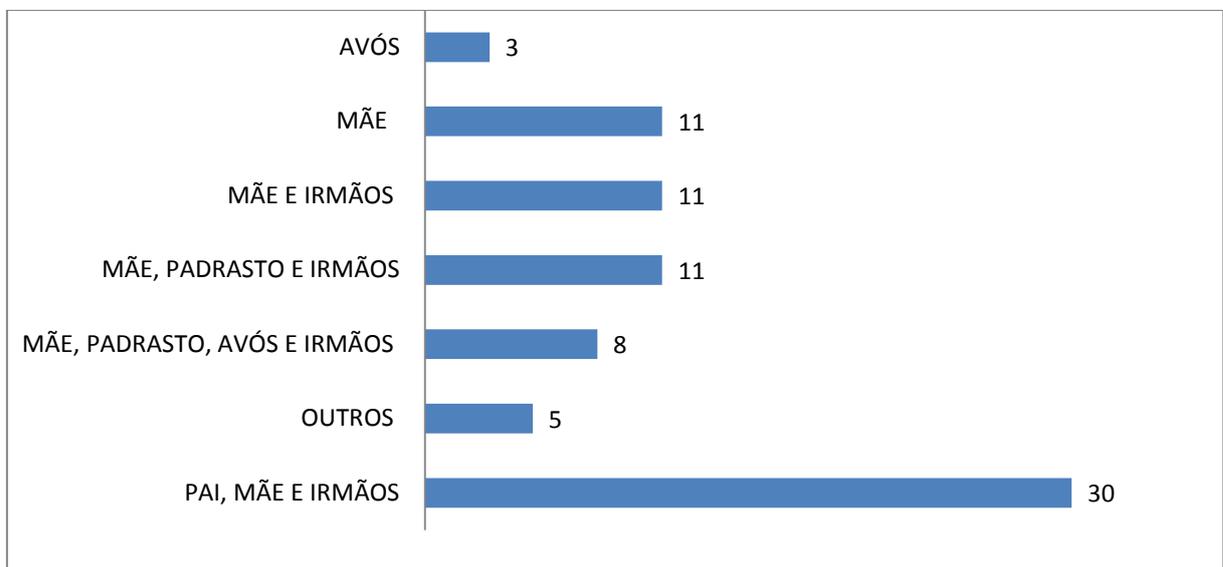
Fonte: Questionário elaborado pela pesquisa.

Os dados apresentados pelo Censo de 2010, do IBGE, apresenta o crescimento da diversidade dos grupos religiosos no país e contribui para verificarmos a variedade do grupo de jovens “sem religião, mas que acredita em Deus”. A proporção dos jovens católicos continua sendo majoritária. Em paralelo, evidenciamos o crescimento da parcela jovem que se declarou no grupo dos evangélicos e o crescimento menos acelerado dos jovens espíritas e de outras religiões. Esse é um tema que enfatiza muitas possibilidades de escolhas,

principalmente para a geração jovem. Quem sabe novas abordagens de pesquisas possam contribuir para melhor compreender a opção religiosa desse grupo juvenil.

No que se refere à condição de vida dos jovens alunos, podemos constatar que 30 jovens residem com pai, mãe e irmãos; 11 vivem com mãe, padrasto e irmãos; 11 moram apenas com a mãe; 11 moram com mãe e irmãos; 8 com mãe, padrasto, avós e irmãos e 3 residem com os avós. 5 jovens assinalaram no questionário a opção “outros” e escreveram que moravam com tios/tias, namorado, sozinho, irmão e pessoas que não tinha nenhum grau de parentesco, conforme mostra o gráfico 9.

Gráfico 9 – Com quem os jovens alunos residem



Fonte: Questionário elaborado pela pesquisa.

Em relação ao estado civil, a predominância são de jovens solteiros (77), apenas 3 jovens se declararam casados. No que diz respeito a maternidade ou paternidade, 75 jovens não têm filhos, apenas 4 jovens, todas do sexo feminino possuem filhos.

Esses dados estão em consonância com o perfil dos jovens segundo a Síntese de Indicadores Sociais, desenvolvido pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2012, que apresenta que o nível de escolaridade da mulher e a taxa da maternidade têm diminuído.

Segundo o PNAD 2012⁴⁷ jovens com idade entre 15 a 17 anos de idade que não tem filho, 88,1% estão estudando. Dessa forma, os números reforçam o quanto é necessário o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas para jovens que tenham filhos e que desejam retornar aos estudos.

De maneira geral, os jovens não residem no mesmo bairro que estudam, local da análise da pesquisa. Apenas 12 jovens declararam morar no bairro, os demais moram em bairros próximos a escola, tais como: Del Castilho, Méier, Higienópolis, Jacarezinho, Jacaré, Pilares, Todos os Santos, Maria da Graça, Abolição e Engenho Novo. Há também os jovens que residem em bairros distantes como: Olaria, Pavuna, Cascadura, Bonsucesso, Vicente de Carvalho, Engenho da Rainha, Inhaúma, Sampaio, Riachuelo, Quintino Bocaiúva, Rocha, Piedade e Jacarepaguá.

Na análise dos dados, a justificativa pela escolha da escola está na que é a mais próxima e a que possui melhor ensino dentre as escolas da redondeza.

Um aspecto relevante que vale a pena ser destacado é o nível de escolaridade dos pais e/ou responsáveis dos alunos. Os dados revelam que 42 pais e/ou responsáveis possui o nível médio completo e/ou incompleto, 17 jovens declararam que os pais/responsáveis possui o fundamental completo/incompleto, 9 informaram que os pais têm o ensino superior completo/incompleto, 11 declararam não saber o grau de instrução dos pais e/ou responsável e apenas um jovem declarou que os pais e/ou responsável são analfabetos.

Essas informações chamaram a nossa atenção e foram confirmadas através do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que indica, de um modo geral, que o nível de escolarização do país tem melhorado com o passar dos anos. No grupo acima de 25 anos de idade o número de pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto reduziu 64% no ano 2000 para 49,3% em 2010. Esse é um ponto positivo da política educacional brasileira, principalmente no que envolve a ampliação de oferta de vagas no Ensino Médio e a manutenção da qualidade desse nível de ensino.

Outro dado significativo refere-se ao trabalho. Os dados apresentados no gráfico 11 revelam que 31 jovens pesquisados dispunham de alguma atividade remunerada. Desse total,

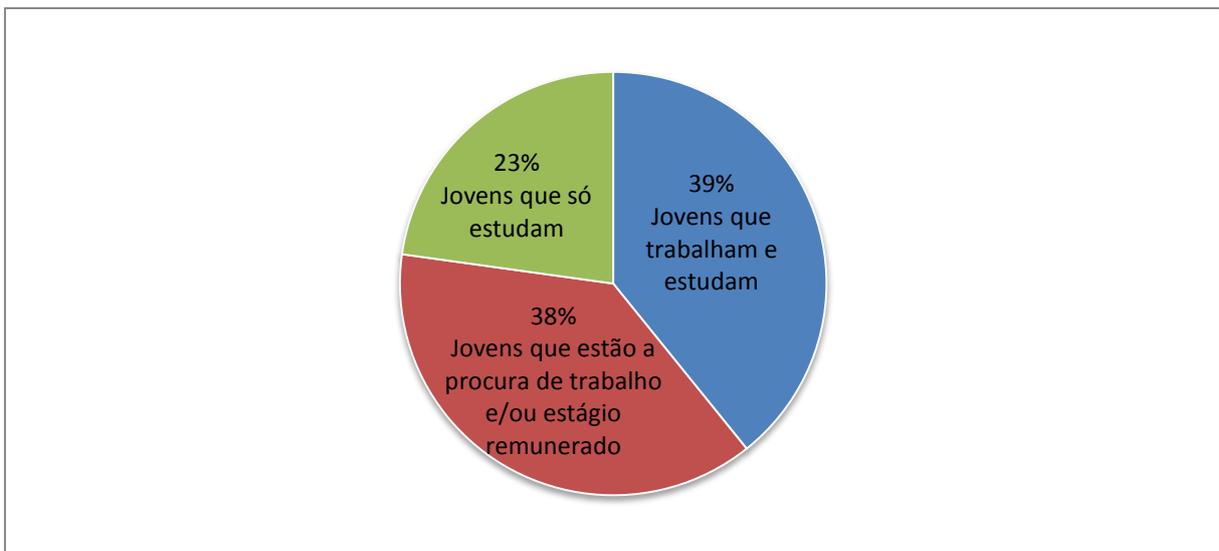
⁴⁷ IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012, Síntese dos Indicadores Sociais – Uma análise da condição de vida da população brasileira 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

21 jovens desenvolvem trabalhos informais, sem carteira assinada e 10 com carteira assinada e direitos trabalhistas (em regime de estágio ou menor aprendiz).

Os trabalhos desenvolvidos por esses jovens são os mais variados possíveis: recreador de parque infantil, estagiário de escritório de advocacia, auxiliar de loja; técnico de máquina de lavar, lavador de carros, animador de casas de festas, ajudante de cabeleireiro, entre outros. São trabalhos na grande maioria de caráter esporádico, temporário ou informal e podem ou não representar a configuração de uma profissão.

38% dos jovens informaram que estão à procura de trabalho ou estágio remunerado; 20% dos jovens só estudam e, por enquanto, não estão à procura de trabalho, conforme apresenta o gráfico 10.

Gráfico 10 – Relação de jovens que trabalham e estudam e estão à procura de trabalho ou estágio remunerado

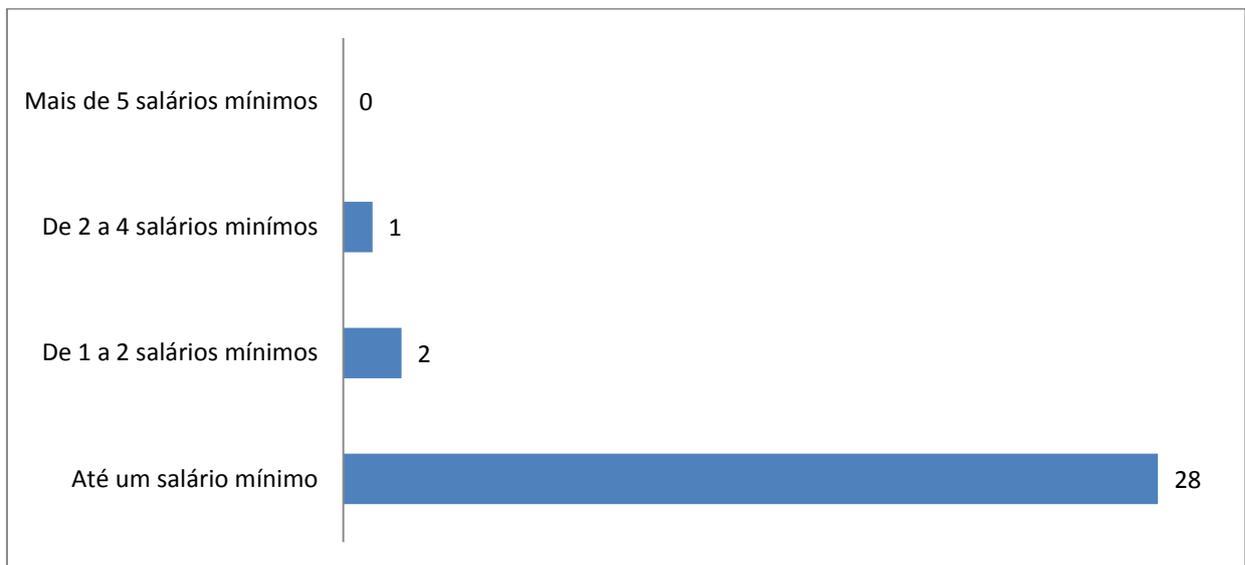


Fonte: Questionário elaborado pela pesquisa.

Para uma parcela dos jovens que trabalham, a condição juvenil é vivenciada pela prática do trabalho, garantindo o mínimo de recursos para o consumo, namoro, lazer e a contribuição de alguma forma para a renda familiar. Para alguns jovens, a atividade do trabalho ocorreu ainda na adolescência, por meio dos chamados “biscates” e ainda persiste ao longo da juventude. No entanto, isso não significa o abandono da escola, mesmo influenciando na sua trajetória escolar.

Constatamos que poucos são os jovens que estão inseridos em estágios remunerados ou em situação de menor aprendiz, conforme regimenta a lei para essa faixa etária. 39% dos jovens pesquisados, que trabalham e estudam, 21 realizam “bicos” desde muito cedo para ganhar a vida, apenas 10 estão com a situação legalizada, enquanto estagiário⁴⁸ ou menor aprendiz⁴⁹.

Gráfico 11 – Remuneração que os jovens recebem pelas atividades desenvolvidas na dimensão do trabalho



Fonte: Questionário elaborado pela pesquisa.

A remuneração que a maioria dos jovens recebe pelo trabalho que desenvolvem é de até um salário mínimo de R\$ 724,00 mensais, conforme apresenta o gráfico 11. Esses dados não diferem da pesquisa dirigida a jovens de todo país realizada pela Fundação Perseu Abramo (2005, p.52) onde verificamos que:

⁴⁸ O estágio é regulamentado através da Lei nº 11.788/2008 é destinado aos estudantes a partir de 16 anos que estiverem frequentando o Ensino Médio regular, Educação Profissional, Educação Especial ou os anos finais do Ensino Fundamental na modalidade profissional de Educação de Jovens e Adultos – EJA, Ensino Superior. O estágio possui alguns direitos, apesar de não caracterizar nenhum vínculo empregatício. A lei está Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso 11 de janeiro de 2015.

⁴⁹ Menor aprendiz é regulamento através da Lei nº 10.097/2000. Segundo a lei é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos. O contrato de trabalho possui o prazo de no máximo dois anos. As empresas são obrigadas a incorporar ao equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, de aprendizes ao grupo de empregados, desde que frequentem cursos de aprendizagem profissional e a escola regular. O menor aprendiz na idade entre 14 e 24 anos tem carteira assinada, com direito a salário mínimo e jornada de seis horas diárias, com exceção daqueles que já completaram o Ensino Fundamental. A lei está Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm. Acesso em 11 de janeiro de 2015.

[...] as condições de trabalho são, no conjunto, bastante desfavoráveis para os jovens de todo o país, além de apontar que 63% destes trabalham na informalidade e 30% ganham um salário mínimo ou menos por mês, e somente 11% tem remuneração acima de dois salários mínimos.

Os baixos salários e a renda que os jovens recebem pelo trabalho realizado se apresentam de forma bastante variada e fazem parte da realidade brasileira. Indagar sobre o lugar do trabalho na vida dos jovens é perguntar sobre a jornada de trabalho e o salário recebido.

Quando perguntados sobre as horas trabalhadas, 8 jovens declararam que trabalham durante o período de 2 a 4 horas por dia; 17 trabalham entre 4 a 6 horas, 5 trabalham de 6 a 8 horas por dia, somente 1 jovem informou que não possui horário definido para desenvolver sua jornada de trabalho.

Ao analisar os dados referentes à inserção do jovem no mundo do trabalho é possível perceber que mesmo estudando no horário diurno, a maioria dos jovens trabalha no contra turno ao horário das aulas, isso demonstra que, apesar das mudanças no mundo atual, o trabalho ainda possui referência para o contexto social (RAMOS, TOMAZETTI, SALVA, 2014). Esse contexto emerge para compreendermos as determinações da vida social e produtiva do aluno trabalhador, na articulação entre trabalho, ciência e cultura na perspectiva de emancipação humana.

A expectativa em torno do primeiro emprego é elemento chave na construção discursiva dos jovens que anseiam por sua inserção no mundo do trabalho. Os dados identificados acima (gráfico 10) expressam que uma parcela significativa, praticamente a metade, está a procura de trabalho ou estágio remunerado. Essa realidade é decorrente das condições sociais. Nessa análise, verificamos que muitos jovens estudam e trabalham mesmo sustentados pelos pais, pois para além da independência financeira, consumo de bens materiais e realização pessoal, esse é o momento que se sentem motivados para inserção no mundo do trabalho.

Para Corrochano (2014, p. 206):

(...) a relação dos jovens com o trabalho é marcada por muitas desigualdades, e o Ensino Médio parece ser um espaço significativo para evidenciar esse fenômeno. Para uns, o tempo no Ensino Médio é vivido como etapa de formação e preparação para o acesso à universidade, ficando o trabalho como um projeto para depois da conclusão do Ensino Superior. Porém, para a maior parte daqueles que tiveram acesso a esse nível de ensino nas duas últimas décadas, a realidade de trabalho, de bicos ou de um constante *se virar para ganhar a vida* combinam-se às suas vidas de estudantes.

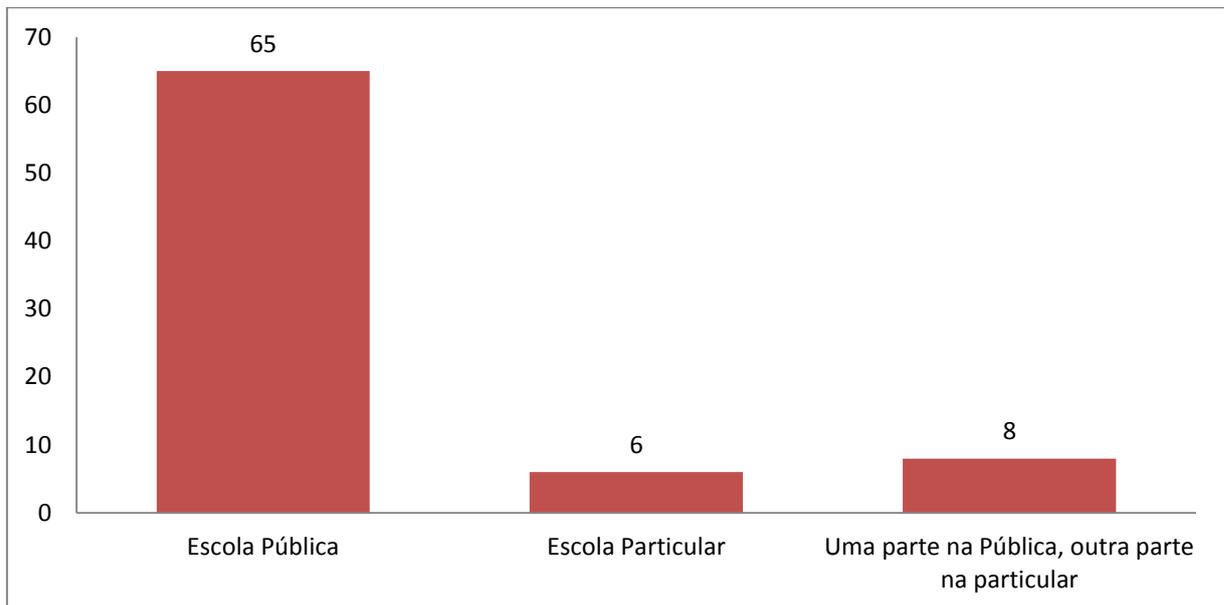
Para os jovens pertencentes às camadas mais elevada, talvez o Ensino Médio seja apenas um tempo de formação, sem grandes preocupações para pensar em trabalho, mas para os jovens da camada popular, esse é o momento de oportunidades para se ocupar e se estabelecer profissionalmente:

Eu faço curso profissionalizante no SENAI de mecânica e trabalho nos finais de semana em uma oficina perto da minha casa. Eu pretendo fazer faculdade de Engenharia, quero ter um bom emprego, mudar de vida e continuar estudando (...) **(Claudio, turma 3005).**

As transformações econômicas pelas quais o país vem passando tem dificultado o ingresso e a permanência dos jovens no mundo do trabalho, principalmente para os que não possuem formação adequada.

Peregrino (2014, p.5) corrobora nessa reflexão quando evidencia que o sistema capitalista brasileiro “construiu-se, não sobre a estabilidade do trabalho, mas sobre a sua precariedade, para jovens e não jovens das camadas populares”. O mundo do trabalho está cada vez mais confuso, diverso e desigual, pois para alguns a oferta e a permanência em um emprego, com registro formal e um salário por tempo indeterminado requer experiência e seletividade. Para os que não conseguem o tão sonhado emprego restam às novas formas de trabalho (parcial, temporário e informal).

Sobre a trajetória escolar dos jovens concluintes do ensino médio, objeto de interesse desse estudo, é possível constatar que boa parte apresenta um percurso irregular. 65 jovens declararam ter cursado o ensino fundamental regular (8º/9º ano) em escola pública, 6 em escola particular e 8 informaram ter estudado uma parte na escola pública e outra particular.

Gráfico 12 – Que escola cursou o Ensino Fundamental (8ª série/9º ano)

Fonte: Questionário elaborado pela pesquisa.

Evidenciamos que do conjunto de 45 jovens com 18 anos tanto do sexo feminino quanto do sexto masculino, 19 informaram ter sido reprovado no ensino fundamental e/ou ensino médio uma ou duas vezes. 9 jovens com 19 anos declaram ter sido reprovado no ensino fundamental e/ou médio uma ou duas vezes. 4 jovens com 20 anos cursaram o ensino fundamental e/ou ensino médio entre uma, duas e três vezes. Um único jovem com 23 anos informou ter sido reprovado duas vezes no ensino fundamental e duas vezes no ensino médio. 19 jovens com idade de 17 anos declaram nunca terem sido reprovados no ensino fundamental e/ou ensino médio.

Ao compararmos esses dados com os apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2011⁵⁰ percebemos que ocorreram importantes avanços nos processos de escolarização dos jovens brasileiros. Os dados da evolução da taxa líquida⁵¹ de escolarização dos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos mostram que nos últimos seis anos,

⁵⁰ PNAD 2011 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2012. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010135709212012572220530659.pdf>.

Acesso em 18 de março de 2015.

⁵¹ A Evolução da taxa de escolarização líquida mostra o percentual de jovens, na idade entre 15 a 17 anos que frequentam a escola. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/3-ensino-medio/indicadores>. Acesso em 20 de maio de 2015.

comparando os anos de 2007 a 2013, a escolarização desses jovens obteve um acréscimo satisfatório.

No ano de 2007, o percentual da taxa era de 51,6%, passando em 2008 para 54% em 2009 aumentou para 54,5%. No ano de 2011, o percentual de escolarização passou para 56,1, em 2012 elevou para 57,9%, chegando a 2013 a 59,5%.

Observa-se, portanto, que mesmo com o aumento da escolarização no país, ainda há jovens que ultrapassam a faixa etária 15 a 17 anos, que não conseguiram concluir o Ensino Médio dentro do prazo idade-série, conforme os dados apresentados na pesquisa realizada. É importante notar, que os jovens estão permanecendo mais tempo na escola, apesar do acesso a patamares mais amplos de escolarização.

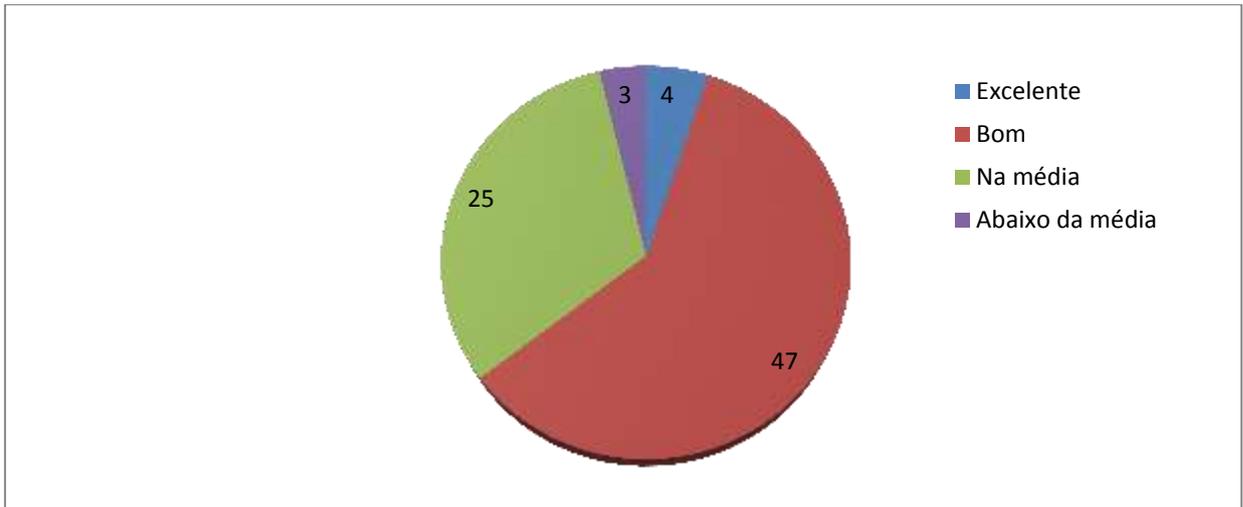
Peregrino (2009, p.88) destaca que:

A década de 1990 assiste à universalização do acesso ao ensino fundamental e à expansão do ensino médio por meio de políticas que tentam (e conseguem) manter os jovens na instituição por tempo alongado. Através da composição entre programas que aceleram processos de escolarização e ações de controle das taxas de reprovação, tem sido possível manter o jovem pobre dentro da escola, ainda que ao custo da precarização dos processos de escolarização, do trabalho escolar e da própria instituição (p.88).

Diante desse contexto, o que se pode perceber é que a realidade educacional brasileira apresenta o destaque dos limites desencadeados pela expansão do ensino e a escolarização expandida ao longo do tempo não está conseguindo manter a qualidade do ensino a qual estão submetidos os jovens da camada popular.

Com relação ao desempenho escolar, a maioria dos jovens, cerca de 59% consideram ter bom desempenho na escola, 25% declararam está dentro da média, 5% consideram estar excelente no desenvolvimento das atividades escolares (avaliação e atividades extra classe) e 4% alegaram estarem abaixo do média de 50 pontos.

Gráfico 13 – Desempenho escolar dos jovens pesquisados



Fonte: Questionário elaborado pela pesquisa.

Com base nos dados do gráfico 13, pode-se pensar que as transformações na organização e estrutura da educação têm trazido grandes desafios para todos os que estão envolvidos no processo educacional, principalmente com relação à manutenção da qualidade e da eficiência do ensino. Nessa lógica, o processo de ensino-aprendizagem depende das diferentes dimensões que o aluno está conseguindo ou não alcançar. Ao analisar os dados percebe-se que ao afirmar que possui “bom desempenho escolar”, os jovens estejam avaliando que as possibilidades para aprender não estão mais regimentadas uniforme e linearmente, para eles o desempenho é multiplicado em todos os domínios, seja em termos de conteúdo ou de atividades que são desenvolvidas no espaço escolar. A expressão, “bom”, para os jovens tem a ver com as novas formas de aprender e conhecer, que já não são mais as mesmas do passado, pois se modificam a partir dos novos campos do conhecimento e que precisam ser utilizadas ao longo da vida.

No que envolve ao cotidiano, os jovens declararam que realizam atividades fora da escola. Dentre as opções colocadas em destaque no questionário aplicado (curso de informática, curso pré-vestibular, esportes/ atividades físicas, curso de Língua estrangeira, curso profissionalizante e curso de música), as atividades que os jovens mais realizam fora da escola são a prática de esportes e atividades físicas. Outra atividade posta em destaque é a realização de curso profissionalizante concomitante ao último ano do ensino médio.

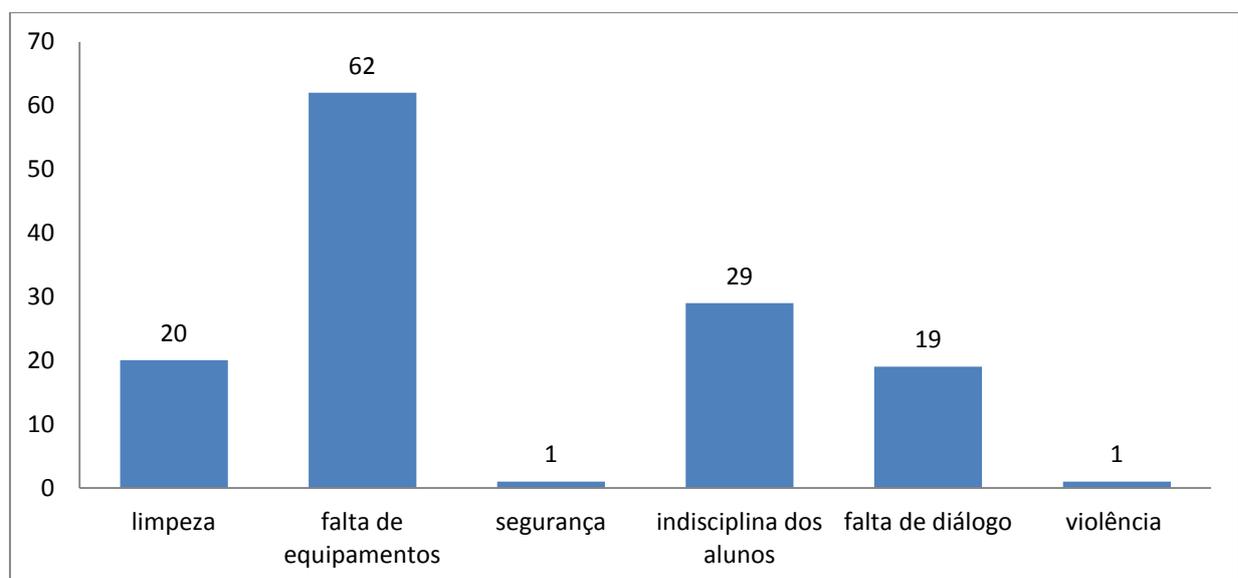
No campo do lazer, a maioria dos jovens registrou que ir ao shopping é um momento de lazer, além de frequentar cinema, bailes e shows.

O papel ativo dos jovens da camada popular na construção de suas trajetórias de vida possibilita-nos pensar que mesmo diante de tantas dificuldades e limitações no que envolve as condições de vida, os jovens planejam estratégias para criar e recriar alternativas que tragam sentido para a realização de suas propostas e nem sempre esse é o motivo para demarcar a derrota e o insucesso da condição juvenil. É na circulação pela cidade e por outros territórios concebidos como espaços praticados que é possível a construção de redes e relações que podem configurar os fatos sociais educativos (CARRANO, 2011).

No decorrer de nossas investigações a respeito das informações sobre a estrutura e funcionamento da escola, verificamos que os itens mais assinalados pelos jovens, no questionário aplicado, quanto aos problemas existentes à infraestrutura da escola foram: a carência de equipamentos, seguido da indisciplina dos alunos, de diálogo, limpeza, segurança e violência.

Ao perguntar quais equipamentos faltava, à maioria dos jovens apontaram a falta de laboratório de informática com acesso à internet para a realização de pesquisas e construção dos trabalhos pedagógicos que são solicitados pelos professores como atividades avaliativas.

Gráfico 14 – Problemas existentes na escola



Fonte: Questionário elaborado pela pesquisa.

A condição de infraestrutura das escolas públicas estaduais ainda está longe de atingir um patamar adequado em relação às condições de funcionamento. As falas dos alunos retratavam a indignação pela falta de investimentos no ensino médio público e expressavam que muita coisa ainda precisa ser feita. Um dos motivos da reclamação é a existência de apenas um aparelho de data show, que não atende a demanda. Além disso, um aluno sinalizou que esses problemas citados dificultam o avanço da escola em termos de qualidade.

Muitos alunos ainda não têm computador em casa, aí o professor pede para fazer um trabalho na internet... tem que gastar dinheiro na lan house” (Diego, turma 3005).

A indisciplina também foi apontada como um insucesso para a realização das propostas e tarefas pedagógicas. Nesses termos, a indisciplina foi caracterizada pelos alunos como um “entreve” que afeta todos os que estão envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Outro motivo de reclamação referia-se a limpeza da escola, principalmente com relação à limpeza dos banheiros. A falta de diálogo foi apontada em quarta instância, seguida pela falta de segurança e violência.

Infelizmente, as más condições de funcionamento e infraestrutura não é um caso pontual da escola pesquisada, mas envolve a maioria das escolas de ensino médio público do Rio de Janeiro. Muitas escolas ainda não possuem laboratórios e bibliotecas adequados para o acesso dos alunos. Em outras, embora os equipamentos existam, não é possível a utilização pela falta de profissional especializado. O que realmente nos impressiona é que o problema da infraestrutura escolar parece ser recorrente em várias escolas da rede de ensino estadual do Rio de Janeiro e quem sabe em muitos estados brasileiros.

No que tange a proposta pedagógica, a escola realiza alguns projetos durante o ano letivo. No ano de 2014 foram realizados projetos vinculados aos conteúdos de ensino a fim de reconstruir a proposta pedagógica, almejando atingir o jovem e a sua realidade social. Os temas desenvolvidos nesse ano foram: *Juventude e Ética* (primeiro bimestre); *Meio ambiente e a Ética* (segundo bimestre); *Semana Paulo Freire* (terceiro bimestre); *Cultura Brasileira e a Ética (Indígena e Africana)* (quarto bimestre).

O desenvolvimento desses projetos, segundo a diretora geral, “*visa criar melhores condições para que os alunos possam ampliar os conhecimentos a partir de saberes*

elaborados. Com a mediação do professor, os alunos poderão desenvolver as suas competências cognitivas e habilidades de saber fazer”.

Na percepção dos alunos, os projetos ajudam como método avaliativo, pois contribui para somar na avaliação final.

O projeto é importante porque ajuda a gente se tiver faltando ponto no bimestre (Pedro, turma 3005).

3.4 - A voz dos jovens: as entrevistas e o grupo focal

Sempre me colocando como expectadora e disposta a dar voz aos sujeitos da pesquisa, conforme relatado anteriormente, utilizei dois métodos qualitativos, pois tiveram um caráter relevante para o desenvolvimento da pesquisa, porque acreditamos que os dados subjetivos são considerados essenciais para oferecer aos jovens a oportunidade de voz e vez. Com o intuito de fazer da pesquisa um espaço para ampliar a reflexão dos jovens participantes.

A pergunta “*Você gosta da sua escola? Tem muitos amigos?*” para os participantes que provavelmente concluirão a última etapa da Educação Básica esse é o momento que possibilita aos jovens pensarem sobre os sentidos que a escola representa para suas vidas. Isso porque entendemos que um dos grandes desafios da instituição escolar na atualidade é entrelaçar as experiências dos jovens alunos ao ensino-aprendizagem. Para os jovens participantes da pesquisa, a escola é o local que se constrói amizades que pode ou não ser levadas para toda vida, nesse espaço de interação há conversas distintas, brincadeiras e diálogo. Mesmo com tantos pontos positivos e negativos, os jovens veem na escola, um espaço que possibilita o encontro e a sociabilidade.

Abramo (2005) corrobora com essa questão ao apresentar que a tendência que os jovens têm de formar grupos espontâneos de pares pode ser importante na construção de laços e solidariedade. Os grupos formados na escola fazem parte de um processo de independência que se diferencia dos grupos que são externos à escola e da própria família, na busca por sua autonomia e na elaboração de uma nova identidade.

Nesse contexto escolar, as amizades são extremamente necessárias, conforme expressou uma jovem.

Eu vou sentir falta dos meus amigos quando terminar, mas eu espero não perder o contato (...) (Claudio, 19 anos). (...) Eu falo isso, mas eu vou sentir falta, entendeu? Todos falam que vão sentir falta Rrsrsrs... Eu acho que sim, né? O dia a dia aqui... depois que a gente sair a gente vai perceber que... o dia a dia faz falta, as brincadeiras é muito legal. É aquilo, né? Tem seus prós e seus contras (Luana, turma 3004).

Os jovens referem-se às possibilidades de sentidos atribuídos as amizades que constroem na escola e relacionam os bons e maus momentos que são vivenciados no cotidiano.

Com relação às disciplinas do currículo escolar, os alunos informaram que dois professores estavam de licença médica, mas que alguns professores faltavam com certa frequência e eles ficavam em tempo vago. São recorrentes as afirmações dos participantes de que isso é um agravante tendo em vista que muitos vão prestar o vestibular e as aulas não são repostas pelos professores.

O que nos chamou muita atenção foram os relatos dos jovens alunos, regados de muita angústia com relação à falta de um espaço para discussão de aspectos relacionados às oportunidades de trabalho após a conclusão do Ensino Médio e as informações sobre as universidades públicas. Muitos jovens declararam nunca ter visitado uma universidade, que gostariam de realizar uma visita para conhecer os cursos oferecidos, os horários, o campus, a localização e, principalmente ter acesso à arquitetura do espaço, onde o saber pessoal se aproxima da aprendizagem de novos saberes.

Os professores falam por alto, não tem algo a mais, não entram em detalhes com a gente... porque lá na escola os professores falam que não é para focar o estudo só da escola, tem que estar procurando por fora... eu não tenho tempo para ficar procurando porque trabalho. Sei lá eu acho que eles podiam fazer um passeio em uma faculdade pra gente conhecer, né?(Clara, turma 3004).

Nunca visitamos uma faculdade... eu sei que tem a UERJ, né? Eu mesma nunca entrei lá. Eles fazem passeio para museu, mas não leva a gente para conhecer uma coisa tão importante como uma faculdade... eu quero conhecer... (Patricia, 3004).

A professora de Sociologia que às vezes fala pra gente ser mais curioso, que a gente tem que parar de ir ao shopping... mas a gente podia falar com a diretora sobre isso... mas geral não quer saber de nada, um sozinho não dá, né? (Claudio, 3005).

Alguns professores falam pra gente saber falar direito porque quando for procurar um emprego precisa saber se comportar, né? Essas coisas... mas não tem aqui uma parada séria assim, sei lá... não sei te explicar (...) (Diego, 3005).

A importância de se viabilizar encontros que permitam aos jovens contatos com outros espaços e com outros saberes, configura a compreensão de uma escola que amplia saberes e referências culturais. O que realmente incomoda é se essa instituição e a equipe que dela faz parte estão conscientes da dimensão que exercem na vida desses jovens e o que estão fazendo para oferecê-los um voo mais longo?

É preocupante que a escola pública de ensino médio não tem sido fonte de informação para a entrada e permanência desses jovens nas universidades. Com exceção de poucos professores que divulgam informações sobre o ENEM e outros mecanismos de seleção, os jovens não conhecem as políticas recentes de ampliação de acesso ao ensino superior.

Outro fator preocupante destacado nas falas dos jovens, no grupo focal, foi a consciência que a maioria deles possui sobre as limitações de sua formação na escola pública e a consequência disso acarreta nas mínimas chances para ingressar na universidade.

Ah a gente que estuda na escola pública sabe que não tem base para passar para a faculdade, tem que fazer um curso preparatório, tem que correr por fora mesmo. Tem matéria que o professor falta pra caraca (...) sei lá... o professor de física e geografia, um exemplo, já voltaram de licença? Já está quase no meio do ano (...) (Fernando, turma 3004).

No campo do lazer e da cultura, os jovens dizem frequentar lugares diversos associados aos existentes na zona urbana, como shoppings, cinema e festas próximo aos bairros onde residem. Muitos disseram que não tem o hábito de visitar espaços culturais e bibliotecas, vão apenas quando a escola promove algum passeio. Sinalizaram também que não tem o hábito da leitura, apenas duas jovens confirmaram ser leitoras de livros de romance ou suspense.

3.5 - Ensino Médio: sentidos e significados

Quando se referem especificamente ao Ensino Médio, os jovens indicam que esse nível de ensino é importante e necessário para a construção de um futuro melhor. Mesmo diante das dificuldades e da falta de informação no que envolve a inserção desses jovens no mundo do trabalho e, especificamente na universidade, contrariando o senso comum de que

“jovem não quer nada”, eles explicitam suas preocupações quando afirmam o grau de liberdade que possuem com o estudo.

É importante estudar porque já tá difícil estudando, sem estudar então... se quiser fazer o vestibular precisa do Ensino Médio. Acho que o Ensino Médio não prepara para nenhum dos dois, mas precisamos desse diploma, né? Para o vestibular a gente não aprende o suficiente e para o mercado do trabalho muito menos, nada é explicado sobre isso. Até porque eles não ensinam o mundo lá fora, eles ensinam Português, Matemática e só (Suzana, turma 3004).

É como a minha mãe fala, tá difícil com o Ensino Médio, se não tiver então... Acho que a escola prepara muito pouco para o mundo do trabalho. Prepara para o mundo do trabalho, mas nem tanto, né? Para o vestibular acho que não. A professora de Português e o professor de Matemática que fazem algumas provas com questões para ajudar, mas os outros... (Tiago, turma 3005).

A escola é importante pra gente aprender, mas... Com Ensino Médio pode ser que a gente consiga alguma coisa, mas não é tudo, né? Assim... às vezes tem diálogo, mas não tem um passo a mais que os professores possam passar, uma coisa diferente... só conteúdo e quando tem conteúdo, né? (rsrsrs). Sei lá... tem que ter uma ideia nova do Enem... a única professora que deu alguma coisa até agora foi a professora de Português, que está ajudando nessa área a gente. Mas também é daquele jeito... vamos passar para não ficar sem nada. Não é nada tão concreto. No trabalho... eles nem falam. Mas também é daquele jeito... vamos passar para não ficar sem nada. Não é nada tão concreto. No trabalho... eles nem falam sobre isso, você que tem que correr atrás se quiser alguma coisa. (Carla, turma 3004).

Grupo focal com jovens alunos turmas 3004 e 3005

Tem que estudar para ser alguém na vida, como todo mundo fala. O problema é que os professores não conversam sobre trabalho com a gente, quem conversava sobre isso era a professora de Português. Ela falava “não pode ser assim, tem que estudar. Tem que querer alguma coisa na vida, não pode ficar a vida toda em comércio, tem que querer crescer”. A professora do ano passado falava muito isso, porque ela falava que a turma da manhã do ano passado era muito desanimada. Então ela chegava com gás todo para fazer com que a gente pensasse sobre o futuro. Ela me ajudou bastante (Laura, turma 3003).

Entrevista com a jovem aluna da turma 3003

Os jovens reconhecem a importância do estudo ao longo da vida e chamam a atenção da dificuldade que encontram para atribuir sentido aos conteúdos abordados. Nas rodas de conversa em meio a um bate papo e outro, os jovens expressavam suas frustrações no que envolve o acesso e permanência na universidade pública. Infelizmente, eles não são casos isolados.

O intuito da nossa pesquisa é fornecer elementos para repensar a reorganização da escola de nível médio e a nova condição juvenil dos nossos alunos. Digo nossos, porque a tendência mesmo que ingenuamente ou até mesmo desinteressada é desviar a nossa responsabilidade individual para os dirigentes governamentais. As demandas juvenis se colocam como demandas urgentes em torno das políticas públicas.

Para Castro (1997, p. 87):

As discussões em torno de modelos e propostas para a reorganização da escola de nível médio seja na sua variável acadêmica ou técnica, têm sido pautadas pela busca de respostas a dois grandes desafios. Por um lado, como promover a expansão do atendimento sem abrir mão da qualidade, fazendo frente ao explosivo crescimento das matrículas, que praticamente dobraram nos últimos dez anos. Por outro lado, como conciliar as múltiplas funções atribuídas ao secundário, entre as quais a qualificação para o mercado de trabalho e a habilitação para o ingresso no ensino superior, num contexto de rápidas transformações tecnológicas e exacerbada competitividade determinada pela globalização econômica.

Talvez esse seja o grande desafio dos sistemas de ensino, de organizar um programa curricular que consiga, ao mesmo tempo, formar os jovens para dar prosseguimento aos estudos e prepará-los para o mundo do trabalho, sem esquecer que essas duas dimensões refletem diretamente nas expectativas dos jovens.

Nesse sentido, podemos destacar a observação da necessidade de estimular os jovens de forma que eles possam participar do cotidiano das suas escolas e a partir desse envolvimento, construir um projeto político pedagógico para as escolas de Ensino Médio que realmente responda as demandas concretas da juventude (DAYRELL, 2009).

Mendonça (2011, p.352) também contribui com a reflexão de que atualmente a escola não está em sua função ativa de emancipação humana, os sentidos são produzidos, mas os conteúdos estão distantes de uma formação que envolva “as capacidades humanizadoras dos sujeitos e que os torne capazes de desenvolver uma percepção adequada do meio a sua volta e

de, conscientemente, nele agir para transformá-lo e, com isso, transformar-se”. E assim, os sentidos e significados da escola de ensino médio vão sendo deixados de lado.

3.6 – O sentido do trabalho na vida dos jovens-alunos

Ao perguntar, *qual o sentido que o trabalho tem na sua vida?* Os jovens evidenciaram que o trabalho é importante para garantir a dignidade humana e para promoção da independência financeira. No que tange ao processo de formação, a atividade do trabalho tem a ver com a nova condição juvenil dos jovens da camada popular.

Com o trabalho eu consigo um pouco de independência. Sei lá... Consigo ser mais respeitado pelos outros, entende? Ah não sei, mas parece que quando você só estuda você é vagabundo, não faz nada pra ninguém (rsrsrs)... É isso mesmo professora, tô falando o que geral fala... Eu gosto de ter meu dinheiro para fazer as minhas coisas, sem ter que pedir nada para ninguém. É muito chato ficar pedindo dinheiro para minha mãe, ela tem as coisas dela pra pagar e ainda tem que me sustentar (rsrsrs)... (Pedro, turma 3005).

Trabalhar faz parte da vida de qualquer ser humano, né? Eu trabalho como estagiária em um escritório de advocacia. Eu cuido dos processos que eles fazem e atendo os clientes. Também vejo os casos deles para os advogados. Cuido de auxílio doença, aposentadoria, tudo isso. Eu consigo juntar dinheiro pra comprar algumas coisas que eu quero (roupa, sapato, algumas coisas...), às vezes eu junto para sair com minhas amigas. Gosto de ir ao shopping e a praia... então quero trabalhar para ter meu dinheiro. Quando terminar o Ensino Médio pretendo arrumar um trabalho de carteira assinada para ter salário fixo... (Maria, turma 3005).

Eu acho que o trabalho faz parte da vida, mesmo quem ainda não trabalha de carteira assinada sempre está fazendo alguma coisa para ganhar um dinheirinho, né não? Eu sempre faço algum servicinho para ganhar um “qualquer”. Meu primeiro trabalho foi entregando papel de propaganda na rua (rsrsrs)... ué é trabalho! pelo menos tô fazendo alguma coisa (... (Claudio, turma 3005).

Grupo focal alunos da turma 3005

É isso aí que o pessoal tá dizendo, trabalhar é bom porque a gente tem dinheiro para sair, pra curtir, sei lá (rsrsrs). Eu trabalho quando saio da escola com o meu pai. Quero trabalhar para pagar um curso legal de TI pra conseguir um emprego bom ganhar bem, ter meu carro. Quero muitas coisas... é importante, sei lá... (Pedro, turma 3005).

Eu trabalho na administração da Secretaria do Estado, sou menor aprendiz. Gosto de trabalhar lá. É importante para pegar experiência para conhecer outras pessoas, aprender coisas novas (...) (Clara, turma 3004).

Eu trabalho desde 14 anos, sempre fiz uns biscates. Hoje eu trabalho aos sábados ajudando meu tio na oficina dele. Com o dinheiro que eu ganho compro algumas coisas e também posso me divertir nos finais de semana... posso curtir um baile, zoar um pouco com os amigos... (...) (Claudio, turma 3005).

Eu trabalho como animadora em casas de festas sexta, sábado e domingo. É bom porque eu conheço um monte de casas de festas, conheço gente diferente. Eu gosto... (Maria, turma 3005).

(Grupo focal com jovens das turmas 3004 e 3005).

Eu trabalho como menor aprendiz no parque do shopping, tenho carteira assinada e uma folga na semana. Eu fico cansada porque chego da escola e vou para o trabalho e chego tarde. Acordo cedo para no outro dia ir para a escola, mas eu não quero parar de trabalhar não (risos). Quando minha folga cai no domingo eu saio com as minhas colegas e às vezes a gente vai aos shows aqui mesmo onde eu moro. Eu gosto de conhecer outros lugares... tem que trabalhar para pegar experiência. É bom trabalhar porque a gente tem autonomia para comprar o que quer e também sair, passear e ajudar um pouco em casa. Sei lá... dá para fazer algumas coisas. (Laura, turma 3003).

Trabalho no shopping tem sete meses. Eu entrei como menor aprendiz, não sei se vou ter tempo para continuar no trabalho porque como eu te falei eu quero fazer um curso... eu falei até para minha mãe, se eu não achar outra coisa... não conseguir eu vou continuar trabalhando, mas eu não pretendo continuar... Eu quero fazer faculdade de Turismo então... quero fazer inglês. Trabalhar é bom porque eu ganho dinheiro vou para balada... eu gosto muito de música eletrônica (...). (Eduardo, turma 3001).

(Entrevista com os jovens das turmas 3003 e 3001).

É importante pensar que os relatos dos jovens não se referem somente à independência financeira em termos de consumo, na verdade, o que eles tentaram expressar em suas falas é a independência no sentido de liberdade, de poder conhecer um novo espaço e circular pelo desconhecido, de sair de casa e transitar por outros territórios. Esse sentido oferecido ao trabalho permite-nos refletir que a realização pessoal e a possibilidade de encontrar o trabalho dos sonhos tem a ver com perspectivas que envolvem uma vida diferente, que vá de encontro com os desejos e os anseios dessa juventude.

A conciliação entre estudo e trabalho marca a vida dos jovens que desenvolvem desde muito cedo alguma atividade para ganhar a vida. O ingresso precoce no mundo do trabalho e o entrelaçamento entre escola e trabalho marca a característica dos 21 jovens trabalhadores pesquisados, pois desde muito cedo, desenvolvem *bicos* para ganhar a vida.

Essa dimensão a despeito da presença ou não do trabalho na vida dos jovens do Ensino Médio é colocada por Corrochano (2014, p. 208) em torno das experiências e dos sentidos que o trabalho pode proporcionar, sobretudo na construção de novas possibilidades. Por essa percepção, a autora explicita que “é preciso ir além de um olhar para o trabalho, focalizando sua forma predominante no modo de produção capitalista”.

O trabalho como categoria ontológica, diante da conceituação de Karl Marx (1965) define o homem na sua múltipla forma e quando compreendido historicamente contribui para que a definição do homem tenha a ver com a produção de seus próprios meios de subsistência. Marx e Engels (1965, p.15) caminham nessa direção e explicam que os homens só “começaram a se distinguir dos animais a partir do momento em que começam a produzir seus meios de existência (...). Ao produzirem os meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material”.

Corrochano (2014) atenta que as diferentes atividades de trabalho são outras formas existentes na sociedade contemporânea e estão muito presentes no cotidiano dos jovens da camada popular com os quais dialogamos no ensino médio. Esse novo contexto implica pensar a realidade de um trabalho que não esteja regimentado apenas na empregabilidade, mas também em outras atividades das relações sociais.

Na realidade a demanda das juventudes com relação ao trabalho está expressa na própria Agenda Nacional de Trabalho Decente⁵²:

O Trabalho Decente é uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Em inúmeras publicações, o Trabalho Decente é definido como o trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. (BRASIL, 2008e, p. 1).

⁵² A Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude foi elaborada pelo Subcomitê de Trabalho Decente e Juventude, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela Secretaria Nacional de Juventude que está vinculada a Secretaria-Geral da Presidência da República e tem apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/antd/>>. Acesso em: 09 maio 2015.

As ações prioritárias para a conciliação dos estudos e trabalho construído pela Agenda têm como proposta responder aos desafios de uma juventude que busca conciliar trabalho e escola.

A pesquisa sobre o Perfil e Opinião sobre os Jovens Brasileiros (2013) aponta que a grande maioria dos jovens tem sua primeira inserção no mundo do trabalho mesmo antes de completar 18 anos de idade, seja pela necessidade ou pela busca da independência, conforme visto anteriormente.

É interessante evidenciar que a demanda dos jovens não envolve apenas a necessidade de se formar para e pelo trabalho, mas de se criar em caráter de urgência redes de oportunidades concretas que possibilitem a inserção desse jovem na sociedade com condições dignas para se realizar o trabalho humano.

3.7 – E o amanhã como será?

Para os jovens alunos desta pesquisa, o Ensino Médio precisa oferecer conteúdos diferenciados e que estejam vinculados as suas reais necessidades, de forma que eles consigam prosseguir seus estudos, seja em um curso técnico ou no seu ingresso no curso superior.

Em relação à pergunta: *O que você pretende fazer ao terminar o Ensino Médio?* Alguns jovens responderam:

Eu pretendo trabalhar e fazer faculdade de Nutrição. Só não sei se vou conseguir passar no vestibular porque o ensino médio público é muito fraco (Luana, turma 3004).

Técnica em Segurança do Trabalho. Por enquanto, não penso em fazer faculdade (Cintia, turma 3005).

Eu quero seguir como Técnica de Logística. Terminei o Técnico na semana passada vou completar 18 anos semana que vem e quero fazer o tecnólogo, mas na área de logística mesmo. Eu quero trabalhar nessa área na Petrobrás (Patrícia, turma).

Faculdade de Nutrição e trabalhar nessa área estagiando enquanto estiver na faculdade (Claudia, turma).

Faculdade de Psicologia. Eu gosto muito dessa área de saber lidar com as pessoas. Não quero trabalhar ainda não (Sandra, turma).

Ainda estou pensando o que vou fazer, tenho muita dúvida. Vou ver ainda... (Suzana, turma 3004).

Eu quero trabalhar, faculdade ainda não quero fazer. Estou fazendo Técnico no SENAI (Diego, turma 3005).

Quero trabalhar também, por enquanto não vou fazer faculdade (Claudio, turma 3005).

Quero fazer Medicina. Na segunda opção Informática. Mas o que eu quero mesmo é Medicina vou tentar até conseguir. Eu me interessei pela área comecei a saber sobre... me interessei e quero ser médica (Clara, turma 3004).

Quero Enfermagem. Quero ser enfermeira e a segunda opção pediatria na área da Medicina. Pretendo só estudar por enquanto... (Carla, turma 3004).

Eu penso em fazer Direito ou Administração, mas antes quero fazer um pré-vestibular para ter base. Se não conseguir passar logo vou tentar arrumar um trabalho (João, turma 3005).

Quero tentar a carreira militar... vou estudar pra ver se consigo, né? Vamos ver se dá (rsrsrs) (Pedro, turma 3005).

Grupo focal com os jovens das turmas 3004 e 3005

Faculdade de Turismo. Vou pagar meu inglês enquanto estou trabalhando e depois... ai quando terminar o inglês se a minha mãe puder eu faço a faculdade. Não sei... se der para fazer, né? (Eduardo, turma 3001).

Faculdade de Direito. A segunda opção faculdade de Administração de Empresas se não passar. Direito eu gosto mais, eu prefiro mais Direito eu gosto mais. Eu prefiro mais Direito para ser advogada. Quero muito conseguir um estágio para eu pagar a faculdade se eu não conseguir passar no vestibular (Laura, turma 3003).

Entrevista com os jovens das turmas 3001 e 3003

Nos relatos, observa-se que as expectativas dos jovens em relação ao término do Ensino Médio acontecem de forma diferenciada. Há os que anseiam pelo ingresso na universidade, mas desejam arrumar um trabalho e/ou estágio remunerado; outros almejam realizar um bom curso técnico e/ou ingressar na universidade, mas há também os indecisos que ainda não definiram o que vão fazer ao concluir esse nível de ensino.

As representações sobre os projetos de vida podem ser agrupadas de forma distinta pelos jovens, alguns programam o que vão fazer e estão dispostos enfrentar os desafios para a sua realização, outros não conseguem ainda visualizar propícias mudanças, mesmo com a conclusão do ensino médio e alguns jovens ainda evitam pensar no futuro.

Decidir que direção tomar, pensar nas possibilidades de uma carreira promissora e estar mais próximo da vida adulta é uma das responsabilidades que esses jovens começam a enfrentar. Esse é um dos fantasmas que espreita e assombra os jovens constantemente (SPOSITO, 2001). Os jovens alunos pesquisados depositam, nessa escola de Ensino Médio, a expectativa para um futuro melhor e regado de possibilidades.

A pesquisa desenvolvida por Sposito & Galvão (2004) com jovens estudantes do Ensino Médio da cidade de São Paulo auxilia-nos para o entendimento da tensão ainda não resolvida entre as demandas do presente e as perspectivas incertas do futuro que os jovens do ensino médio enfrentam. Para a maioria desses jovens, dar prosseguimento aos estudos não significa decidir de imediato o futuro, o desejo de melhorar profissionalmente para os que já estão inseridos no mundo do trabalho é o que eles visualizam de mais urgente, conforme os dados apresentados na pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Juventude – SNJ (2013) da Secretaria Geral da Presidência da República que analisa o perfil dos jovens brasileiros.

A pesquisa detalha que atualmente o segundo assunto que mais preocupa os jovens é emprego ou profissão (34%); o primeiro assunto colocado em destaque é a violência e a segurança do País (43%). Além desses, em primeiro lugar, foi apontado por 63% dos jovens entrevistados, a possibilidade de estudar.

No caso desse estudo, no imaginário dos jovens, a escola é o caminho para conquistas de um futuro promissor. É um local de preparação para projetar o mundo adulto, a escola, ainda não é vista, como o espaço de viver o presente, de estabelecer a possibilidade do contato social, do envolvimento dos saberes desconhecidos, da ampliação das redes de aprendizagens e da participação política e cidadã.

Esses sujeitos depositam na escola a credibilidade de um futuro melhor e a escola acaba por fazer promessas para um caminho previsível, como se isso fosse possível. É nesse sentido que, no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas, a escola precisa ser repensada e começar situar a experiência escolar dos jovens para compreender a sua relação com os pares e atuação do jovem enquanto cidadão ativo da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino Médio vive uma grave crise de identidade que vem se arrastando há longa data. O estudo desenvolvido nesta pesquisa só veio confirmar que o Ensino médio é o nível de ensino mais controverso do sistema educacional. A carência de identidade faz com que este nível de ensino seja o que mais prova polêmicas quando se trata de definir qual a sua representação no âmbito educativo, para onde deve se direcionar.

Conforme Krawczyk (2014, p.77) “são tantas as controvérsias sobre o ensino médio que a escola fica perdida. Afinal, para que ele serve?”. Como resultado dessa indefinição sobre o que o Ensino Médio realmente representa, o que se tem, até o momento, é ainda um debate povoado de grandes questões: a escola média deve estar mais direcionada para a formação geral, para a profissionalização ou para o ingresso na universidade? Qual seria a participação social e cidadã do jovem estudante deste nível de ensino?

Cabe ressaltar que não há como negar certa transformação e certos avanços desse nível de ensino, nas últimas décadas, principalmente por ele ter deixado de ser privilégio apenas de alguns. Contudo, ainda é muito pouco. E, dentre o muito que há ainda a se fazer, “a escola precisa mudar e reencontrar seu lugar como instituição cultural, frente a mudanças macroculturais, sociais, políticas e não apenas de transformações econômicas” (KRAWCZYK, 2014, p.96).

A busca pela qualidade da educação movimenta estratégias para a construção de um novo currículo para o ensino médio, principalmente no que envolve a valorização da formação humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento intelectual, além do pensamento crítico do educando, para efetivação da proposta pedagógica (CARRANO, DAYRELL, 2014).

A realização dessa pesquisa possibilitou avaliar que, além da discussão em torno das transformações necessárias que vem explicitando novos desafios para com a organização e estrutura do ensino médio, vários outros fatores favorecem um olhar específico para com os jovens da escola média, pertencentes à camada popular. Um deles refere-se à condição do jovem como trabalhador em potencial. Mesmo que as estatísticas apresentem dados indicadores da diminuição do desemprego dos jovens no Brasil, ainda assim, na prática, esses jovens têm dificuldade de acesso à experiência, tendo que enfrentar, na condição de jovem às

exigências dos mais elevados processos de escolarização e aperfeiçoamento, para melhor ocupação no mundo do trabalho.

No contexto atual, as condições objetivas que os jovens estão vivenciando são extremamente contraditórias e diferenciadas. Mesmo com políticas públicas que visam se aproximar de sua realidade, bem como atender aos seus anseios, ainda não se vislumbra o alcance dos interesses dos segmentos juvenis das camadas populares, pois suas perspectivas estão centralizadas numa melhor configuração para o ingresso no mundo trabalho, para universidade e para a vida.

De acordo com Novaes (2006), o desafio das democracias atuais é justamente este: a articulação de igualdade e diversidade para que os direitos individuais e coletivos da juventude sejam garantidos.

A importante representatividade dos dados obtidos no questionário deste estudo, aliados à realização das entrevistas e grupos focais, possibilitou-nos, a partir da interlocução com os jovens pesquisados, conhecer e analisar quais são as possibilidades que eles encontram na escola média e quais são os sentidos que ela oferece para o cotidiano. Muitos são os desafios encontrados pelos jovens concluintes do ensino médio, dentre eles, a configuração para o ingresso no mundo do trabalho e/ou pela expectativa para ingressar na universidade.

Os jovens pesquisados, na sua maioria, são alunos trabalhadores e dividem o tempo dos estudos com as atividades do trabalho. Mesmo diante dessa realidade, apresentam alternativas para conciliar estudo e trabalho, além de entrelaçar os momentos de lazer, devido à ausência de tempo para a socialização juvenil nos espaços extraescolares. Os momentos de diversão acontecem geralmente aos finais de semana, quando não se trabalha. Assim, o trabalho é muito valorizado por eles, pois se apresenta associado à responsabilidade, principalmente porque não o reconhece como empecilho à realização das atividades escolares e, sim como parte integrante da formação humana.

Indagados sobre como será, após concluir o ensino médio, de uma forma geral, sem mencionar as estratégias de como alcançar seus desejos, os jovens expressaram que gostariam de dar continuidade aos estudos em um curso superior ou curso técnico, atrelados a atividade do trabalho, visando a possibilidade do acesso a uma profissão. Nos relatos de alguns deles

ficam claros a escolha e o sonho de qual curso superior pretendem cursar; para outros, porém, tal definição ainda é objeto de dúvidas.

Mesmo sem uma dimensão evidente na escolha de qual curso seguir ou que rumo tomar após concluir o ensino médio, a falta de reflexão sobre o que fazer é decorrente do desconhecimento acerca das profissões escolhidas, como, também, pela falta de informações que a escola ainda não proporciona. A ausência de debates e discussões sobre esses assuntos dificulta a orientação desses jovens, para que definam com mais facilidade os seus caminhos. De maneira isolada, alguns professores ainda levam para a sala de aula proposta para a discussão, mas ainda de forma muito superficial, pois, na verdade, essa juventude da camada popular necessita de reflexões mais sistematizadas, profundas e esclarecedoras, tendo em vista os seus anseios e suas dúvidas, que envolvem o ingresso na universidade pública e/ou particular e no mundo do trabalho, ou até mesmo em cursos do pós-médio.

O percurso da análise realizada em relação aos sentidos atribuídos à escola de ensino médio nos fez perceber que a instituição escolar está distante da realidade juvenil. Os jovens denunciaram o desconhecimento de muitos professores acerca da situação que vivem de levar em paralelo os estudos e outras atividades, sendo uma delas o trabalho. Por isso, esses jovens pleiteavam maior articulação entre os conteúdos abordados e a vida cotidiana.

Assim, diante das escutas e da análise aqui traçada, parece que a escola não compreende e muito menos possibilita compreender a realidade a qual os jovens estão inseridos, como se houvesse uma distinção entre o ensino e a vida. Essa realidade é agravada na escola diurna por conta da obscuridade referente às exigências da relação que ela estabelece com o mundo do trabalho.

Com relação ao Ensino Superior, muitos jovens informaram não ter conhecimento dos cursos oferecidos pelas universidades públicas e declararam nunca ter visitado uma universidade, a fim de conhecer sua estrutura, especificidades e demandas próprias, e que a escola proporcionava passeios a museus, mas nunca teve um olhar diferenciado para levá-los a um campus universitário para que pudessem interagir com esse admirável “mundo novo”. Viam-se com poucos suportes materiais e subjetivos que proporcionasse possíveis caminhos para alcançar suas expectativas na conclusão do Ensino Médio.

Para uma grande parcela dos jovens pesquisados, a escola se coloca como um espaço privilegiado para a realização dos seus sonhos, apesar de reconhecerem que o ensino médio

não é suficiente para torná-los capazes de concorrer de forma igualitária nos processos seletivos da universidade pública, por exemplo. Para outros, alguns poucos, o curso técnico paralelo ao ensino médio, pode proporcionar o caminho mais rápido no que concerne ao ingresso no mundo do trabalho. A realidade desses jovens apresenta, portanto, demandas que possam contemplar as experiências juvenis com suas peculiaridades próprias, demandas essas, que deveriam ser consideradas emergenciais pelos setores responsáveis.

Cabe ressaltar aos leitores desta dissertação, que as escolas de ensino médio têm como desafio se constituírem como referência, de modo que os jovens alunos possam ter acesso as informações, habilidades e competências de dimensões necessárias para a construção de suas expectativas ao final dessa etapa de ensino.

Obviamente, que a conclusão do Ensino Médio não acontece de forma linear, no ingresso automático ao Ensino Superior ou ao mundo do trabalho. Mas a escola é um equipamento social que deve integrar, principalmente para os jovens populares, uma rede de suporte que, entre outros bens sociais, deve ampliar o sentido da educação para o jovem desta camada social. É necessário uma política de ensino médio que facilite as situações educacionais práticas, através da mediação de saberes e conhecimentos do cotidiano juvenil com outras políticas que possibilitem a transformação social desses sujeitos, que são pertencentes a uma fase da vida que demanda necessidade e o desejo de um futuro melhor.

Com este trabalho, espera-se contribuir de alguma forma para a ampliação do entendimento da necessidade de as escolas de ensino médio entender quem são os alunos que chegam até elas, atualmente; quais são suas demandas e necessidades, na tentativa de adequar sua organização aos conteúdos propostos. Além disso, faz-se necessário evidenciar a importância das relações sociais no cotidiano escolar, pois se a escola é importante referência como centro epistemológico, de espaço social e fonte de aprendizagem, sua sustentação se completa também como um ambiente que contempla a prática social e a política. E se ainda não temos o ensino público que desejamos, aprendamos a fazer dos nossos desejos o mapa do caminho a percorrer.

Concluimos essa reflexão nos apropriando da máxima mais inquietante do pensamento filosófico de Dalai-Lama: “só existem dois dias no ano em que nada pode ser feito. Um se chama ontem e outro se chama amanhã. Portanto, hoje é o dia certo para (...) acreditar, fazer e viver”. Se quisermos mudar o que está feito, por que não começar pela educação pública?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5-6, p.25-36, 1997.

_____. *Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo*. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira: Análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

_____. *O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro*. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virginia; Oscar Dávila León (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, nov. 2005 p. 20-35. Disponível em: <http://www.acarati.org.brportalpdfspdf>. Acesso em fevereiro de 2013.

ABRAMO, Laís. *Trabalho decente e juventude no Brasil: a construção de uma agenda*. **Trabalho decente e juventude no Brasil: a construção de uma agenda**. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise. Ano 18, n. 55, Brasília: Ipea/ TEM, agosto, 2013.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G. *Ensino médio: múltiplas vozes*. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.

ALGEBAILLE, Eveline. *A Expansão Escolar em Reconfiguração*. *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 8, n.15, janeiro/julho de 2013.

ANDRADE, Carla C. *A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades*. In: *Juventude e Políticas Sociais* (org.) Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. Brasília: IPEA, 2009. p. 41-69.

ANDRADE, Eliane Ribeiro, FARAH, Miguel. *Juventude e Trajetórias Escolares: conquistando o direito à educação*. In: ABRAMOWAY, Mirian; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventudes outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: MEC. UNESCO, 2007. p. 55-78.

BOURDIEU, P. *A juventude é apenas uma palavra*, In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BRASIL. Congresso Nacional. *Projeto de Lei nº 8.035*, que trata do novo Plano Nacional de Educação de 2010.

_____. Congresso Nacional. *Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011 (nº 4.529, de 2004, na Casa de origem)*. *Estatuto da Juventude*. Parecer nº 229, de 2013a.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Nº 15. Brasília: março de 2008.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Resumo técnico – Censo Escolar*. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo Escolar – consulta a matrículas*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

_____. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

_____. Ministério da Educação – Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – *Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil - GT Interministerial* (Instituído pela Portaria n. 1189 de 05 de dezembro de 2007 e Portaria n. 386 de 25 de março de 2008), Brasília – DF, julho de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2008/interministerialresumo2.pdf>. Acesso em 22 de dezembro de 2013.

_____. Ministério da Educação – Secretaria da Educação Básica. *Ensino Médio Inovador*. Brasília: abril de 2009.

_____. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio*. Brasília, 1999.

_____. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Média e Tecnológica – *Programa de Melhoria de Expansão do Ensino Médio - Projeto Escola Jovem – Síntese*. Brasília: fevereiro, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Escola%20Jovem.pdf>. Acesso em 22 de dezembro de 2013.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo demográfico 2010. *Educação e deslocamento. Resultados da amostra*. Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Educacao_e_Deslocamento/censo_e_ducacao_e_deslocamento.pdf. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ)**. Brasília, DF: MTE, Segpres, OIT, 2010b. 40 p. Disponível em: http://www.bemtv.org.br/centralsolidaria/downloads/Agenda_Nacional_do_Trabalho_Decente_para_a_Juventude_BRASIL_2010.pdf. Acesso em 10 de setembro de 2014.

_____. Participatório da Juventude. *Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013*. Disponível em: <http://participatorio.juventude.gov.br/attention>. Acesso em 12 de março de 2013.

_____. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 27 de dezembro de 2013.

_____. Presidência da República. *Decreto nº 10.172*, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

_____. Presidência da República. *Decreto nº 2.208*, de 17 de abril de 1997. Brasília, 1997.

_____. Presidência da República. *Decreto nº 5.154*, de 23 de julho de 2004. Brasília, 2004.

_____. Presidência da República. *Emenda Constitucional nº 65*, de 13 de julho de 2010. Brasília, 2010.

_____. Presidência da República. *Emenda Constitucional nº 69*, de 29 de março de 2012. Brasília, 2012.

_____. Presidência da República. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069 de 1990.

_____. Presidência da República. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

_____. Presidência da República. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

_____. Presidência da República. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Presidência da República. *Lei 10.097* de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2000.

_____. Presidência da República. *Lei 9.424* de 24 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

_____. Presidência da República. *Lei 11.494* de 20 de junho de 2007. Brasília, 2007.

_____. Presidência da República. *Lei 11.788* de 25 de setembro de 2008. Brasília, 2008.

_____. Presidência da República. *Parecer CNE/CEB nº 5*, de 4 de maio de 2011. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 2011.

_____. Presidência da República. *Resolução CNE/CEB 2/2012*, de 31 de janeiro de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 2012.

BRENNER, Ana. Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. *Agenda Juventude Brasil: pesquisa nacional sobre o perfil e opinião dos jovens brasileiros*. Brasília: SNJ, 2014.

_____. Secretaria Nacional de Juventude - SNJ. *Políticas Públicas de Juventude* (cartilha). Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/documentos/cartilha-politicas-publicas>. Acesso em maio de 2014.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. *Jovens, Escolas e Cidades: Desafios à autonomia e à convivência*. Revista Teias v. 12 n. 26 07-22 set./dez. 2011 – Jovens territórios e práticas educativa.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. *Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas para a Juventude: resumo executivo* / Mary Garcia Castro e Miriam Abromovay. – Brasília: RITLA, 2009.

CASTRO, C M. *O secundário: esquecido em um desvão do ensino?* Textos para discussão n. 2, Brasília: MEC/INEP, 1997.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Juventude e coesão social na Ibero-América: um modelo a ser construído*. Nações Unidas, 2008. Disponível em: <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones>. Acesso em 14 de abril de 2014.

CORROCHANO, Maria Carla. *Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa, Instituto ibi, 2008.

_____. *Jovens no Ensino Médio: Qual o lugar do trabalho?* In: DAYRELL, Juarez Tarcísio, CARRANO, P.C.R.; MAIA C. L. *Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Direito à Educação: Direito à Igualdade, Direito à Diferença*. Cadernos de Pesquisa, n.116.245-262, julho/2002.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. *A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil*. Campinas: **Educação e Sociedade**, V. 28, n. 100, Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf>. Acesso em 28 de agosto de 2013.

_____; CARRANO, P. C. R. *Relatório final da pesquisa “Diálogos com o Ensino Médio”*: Observatório da Juventude (UFMG); Observatório Jovem (UFF): Ministério da Educação (MEC), 2010. Disponível em: http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/EMDialogo_RELATORIO_FINAL_PESQUISA_Para.pdf. Acessado em 26 de junho de 2014.

_____; CARRANO, P.C.R.; MAIA C. L. *Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2014.

DIEESE. A ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitano. **Estudos e Pesquisas**. Ano 3. Nº 24, setembro de 2006.

FERNANDES, Florestan. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo. Dominus, 1966, 614p..

FERRETI, Celso J; ZIBAS, Dagmar M.L. TARTUCE, Gisela Lobo B.P. *Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio*. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n.122, p.411-423, maio/ago, 2004.

FORACCHI, Marialice. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

FREITAS, Maria Virgínia (Org). *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. ABRAMO, Helena Wendel; LÉON, Oscar Dávila. São Paulo: Ação Educativa. 2005 p. 5-6. Disponível em: <http://www.acarati.org.brportalpdfspdf>. Acesso em fevereiro de 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). *Ensino Médio*. Ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

_____. *Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

GATTI, B. A. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Líber Livro, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise da condição de vida da população brasileira. **Estudos & Pesquisas**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

_____. Censo Demográfico: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf

KRAWCZYK, Nora. *O ensino médio no Brasil*. São Paulo: Ação Educativa, 2009. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2342/1/emquestao6.pdf>. Acesso em fevereiro de 2014.

_____. *Uma roda de conversa sobre os desafios do Ensino Médio*. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, P.C.R.; MAIA C. L. (Org.) *Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2014.

KUENZER, Acácia Z. *O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito*. Educ. Soc., n. 70, p. 15-39, abr. 2000.

_____. (Org.). *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011- 2020: superando a década perdida?* **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, nº 112, p. 851-873, 2010.

LEÃO, Geraldo. *Entre a Escola desejada e a escola real: os jovens e o ensino médio*. In: CARRANO, Paulo; FÁVARO, Osmar. *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói; Ed. UFF, 2014.

LEON, Alessandro L. P. *Juventude, Juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira*. In: ABRAMOWAY, Mirian; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventudes outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: MEC. UNESCO, 2007, p.268-320.

LÉON, Oscar Dávila. *Adolescência e juventude: das noções às abordagens*. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virginia (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, nov. 2005 p. 20-35. Disponível em: <http://www.acarati.org.brportalpdfspdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2014.

LIMA, Telma C. S; MIOTO, Regina Célia T. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>. Acesso em 26 de junho de 2014.

LIMA, José Fernandes. *Ensino Médio, Identidade, Finalidade e Diretrizes*. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 57-68, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 18 de junho de 2014.

LIMA, L. C. A. *Da universalização do ensino fundamental ao desafio de democratizar o ensino médio em 2016: o que evidenciam as estatísticas?* **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 92, p. 268-284, 2011.

MACHADO, Maria Margarida. *A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública*. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 82, p. 17-39, nov. 2009.

MADEIRA, Felícia. *Educação e desigualdade no tempo de juventude*. In: CAMARANO, Ana A. (org.). *Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006, p.139-169.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. *Juventud es más que una palabra: ensaios sobre cultura e juventud*. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARRAHEIM, Karl. *O problema da juventude na sociedade moderna*. In: BRITTO, Sulamita de, *Sociologia da juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, v. 1, p. 69-94.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã e outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MENDONÇA, S.G. L. *A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico*. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 31, n.85, dez. 2011, p. 341-357. Disponível em: <http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/28267/S0101-32622011000300003.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 06 de junho de 2015.

MINAYO, M. C. *Correntes de Pensamento*. In: O desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde. 11. Ed. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 95-106.

NOVAES, Regina; VITAL Christina. *A Juventude de hoje: (Re) invenções da participação social*. Conferência do 75º aniversário Fundação W.K. Kellogg. São Paulo, 30/maio a 01/junho de 2005.

_____. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In. Almeida, M.I. & Eugenio F. (Orgs.). *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. *As juventudes e a luta por direitos. Juventude e Política*. Le monde diplomatique Brasil, novembro de 2012. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1285>. Acesso em 10 de março de 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Trabalho decente e juventude no Brasil*. Brasília, 2009.

PAIVA, Vanilda. *Inovação tecnológica e qualificação*. In: Educação & Sociedade. **Revista de Ciência da Educação**. N. 50, abr.1995. Campinas: Papirus, 1995.

PEREGRINO, Monica Dias. *Juventude, escola e trabalho: elementos para análise de uma posição social fecunda*. **Caderno Cedes**, Campinas, vol.31 n. 84, p.275-291, maio-agosto, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n84/a07v31n84.pdf>. Acesso em 02 de agosto de 2014.

_____. *Os estudos sobre jovens na intersecção da escola com o mundo do trabalho*. In: Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social, v. 2, SPOSITO, Marília Pontes (coordenação), Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2009.

_____. *Juventude, trabalho e escola*. In. CARRANO, Paulo; FÁVARO, Osmar. *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói; Ed. UFF, 2014.

PLATÃO - A República. 7ª edição. Lisboa: Fundação Calouste, 1997.

RAMOS, Marise N. *O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura*. In: FRIGOTTO Gaudêncio, CIAVATTA Maria. *Ensino Médio ciência, cultura e trabalho*. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

RAMOS, Nara V., TOMAZETTI, Elisete M., SALVA, Sueli. *Jovens e escolas públicas de ensino médio – Santa Maria/ RS. Quem são eles/elas? Qual ensino médio deseja?* In:

Juventude em perspectivas: múltiplos enfoques. RIBEIRO, Eliane A., PINHEIRO, Diogenes, ESTEVES, Luiz Carlos G. (Org.). Rio de Janeiro: UNIRIO/PROExC, 2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Prefácio do prof. Francisco Iglesias. 38. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

RUA, Maria das Graças. *Análise de Política Públicas: Conceitos Básicos*. In: O Estudo da Política: Tópicos Seleccionados. Ed. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SEEDUC. Secretaria de Estado de Educação RJ. *SEEDUC em números – Transparência na Educação*. Relatório final. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/912504/DLFE61803.pdf/RELATORIODEGOV.ERNANCA2013web.pdf>. Acesso em 26-06-2014.

SHIROMA, Eneida Oto. A outra face da inclusão. **TEIAS**: Rio de Janeiro, ano 2, nº 3, jan/jun 2001. Disponível em: <http://periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/viewFile/55/57>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

_____; LIMA FILHO, D. L. Trabalho docente na Educação Profissional e Tecnológica e no PROEJA. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 116, p. 725-743, 2011.

SPOSITO, Marília Pontes. *Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. Educação e Pesquisa*. São Paulo: Feusp, v 27, n.1, jan./jun.2001.

_____. *Os Jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

_____; CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventude e políticas públicas no Brasil*. In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

_____. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-127.

_____. Indagações sobre as relações entre juventude e a escola no Brasil: institucionalização tradicional e novos significados. *Jovenes: Revista de Estudos sobre Juventud*, México, DF, v. 9, n. 22, jan./jun. 2005.

ZIBAS, Dagmar M. L. *Refundar o Ensino Médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990*. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1067-1086, Especial - Out. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 13 de agosto de 2013.

ZOTTI, Solange Aparecida. *Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980*. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

ANEXO I

Questionário Aplicado aos Jovens Alunos

Prezado (a) jovem,

Esse questionário faz parte de uma das etapas do projeto de pesquisa: “*Juventude, Ensino Médio e Mundo do Trabalho: uma relação de possibilidades e desafios*”, que estou desenvolvendo junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Gostaria de contar com sua ajuda para o preenchimento deste questionário. Um dos objetivos da pesquisa é conhecer um pouco sobre o perfil dos jovens alunos que estão concluindo o último ano do Ensino Médio público do RJ. **As suas respostas ficarão anônimas. Mas é importante que as respostas sejam sinceras e precisas. Peço, por gentileza, que você responda o questionário inteiro.**

Desde já agradeço pela sua contribuição para a realização da pesquisa.

Atenciosamente,

Rachel Bolgar.

PERFIL SOCIOECONÔMICO

1 - Idade: _____

2 - Sexo: F () M ()

3 - Estado Civil: () solteiro () casado () outro: _____

4 - Tem filhos? () Sim () Não Quantos? _____

5 - Como você identifica sua cor ou raça?

() Branca () Amarela

() Preta () Indígena

() Parda () Não sei

6 - Bairro onde mora: _____

7 – Com quem mora? **(Pode marcar mais de uma)**

() Pai

() Mãe

() Madrasta

() Padrasto

() Avô/avó

() Irmão/irmã

() Tio/tia

() Marido ou esposa

() Namorado/namorada

() Amigos

() Pessoas que não são da família

() Sozinho

() outras situações: _____

8 - Qual o nível de escolaridade do seu pai e da sua mãe. **Marque com um X a opção correspondente:**

- a) **Pai** analfabeto
 Fundamental completo (1º grau)
 Fundamental incompleto (1º grau)
 Ensino médio completo (2º grau)
 Ensino médio incompleto (2º grau)
 Superior completo ou pós-graduação (Faculdade)
 Superior incompleto ou pós-graduação (Faculdade)
 não sei
- b) **Mãe:** analfabeto
 Fundamental completo (1º grau)
 Fundamental incompleto (1º grau)
 Ensino médio completo (2º grau)
 Ensino médio incompleto (2º grau)
 Superior completo ou pós-graduação (Faculdade)
 Superior incompleto ou pós-graduação (Faculdade)
 não sei

SOBRE TRABALHO E ESTUDO

9 – Atualmente você trabalha?

- Sim, faço “biscates/bicos”
 Sim, tenho trabalho fixo com carteira assinada
 Não, mas estou procurando emprego
 Não, só estudo e não procuro emprego

10 – Seu trabalho é remunerado?

- Sim Não

11 – Se **Sim**, qual a sua remuneração?

- Até 1 salário (R\$ 724,00)
 De 1 a 2 salários (R\$ 724,00 a R\$ 1.448,00)
 De 2 a 5 salários (1.448,00 a R\$ 3.620,00)
 Mais de 5 salários (R\$ 3.620,00)

12 – Quantas horas você trabalha por dia?

- Até 2 horas De 6 a 8 horas
 De 2 a 4 horas Mais de 8 horas
 De 4 a 6 horas Sem horário definido

13 – Você já trabalhou e estudou ao mesmo tempo?

- Sim Não

14 – Com que idade começou a trabalhar?

- Nunca trabalhei
 Menos de 10 anos
 Entre 10 e 15 anos
 Entre 15 anos a 20 anos
 Mais de 20 anos

15 – Quando você começou a trabalhar pela primeira vez, em que série da escola você estava?

- Entre a 1ª e a 4ª série do Ensino Fundamental
 Entre a 5ª e a 8ª série do Ensino Fundamental
 No Ensino Médio

16 – Como você avalia estudar e trabalhar simultaneamente (ao mesmo tempo)?

- Atrapalhou meus estudos
 Possibilitou meu crescimento pessoal
 Só consegui retornar aos estudos porque estava trabalhando
 Não atrapalhou meus estudos

TRAJETÓRIA ESCOLAR

17 – Você frequentou creche, pré-escola, jardim de infância?

- Sim Não

18 – Com quantos anos você entrou na escola pela primeira vez?

- anos

19 – Você mudou de escola enquanto cursava o Ensino Fundamental?

- Sim Não

20 – Se Sim, qual foi o motivo?

- Mudança de cidade Mudança de bairro
 Repetência Problemas de disciplina na escola
 Não gostava dos professores Não gostava dos colegas
 Outros motivos Preconceito/perseguição/bullying

21 – Em que tipo de escola você estudava ao final do ensino fundamental (8º/9º ano)?

- Escola pública Escola particular Uma parte na pública, outra parte na particular

22 – Você repetiu de ano no Ensino Fundamental?

- Nunca Uma vez
 Duas vezes Três ou mais vezes

23 – Se **Sim**, quais foram os motivos da sua reprovação?

- Problemas de saúde Problemas de transporte
 Trabalhava Não gostava de estudar
 Faltava muito às aulas Não entendia as matérias

24 – Com quantos anos você concluiu o Ensino Fundamental (8^a/9^o ano)?

_____ anos

25 – Onde você concluiu o Ensino Fundamental (8^a/9^o ano)?

- No ensino regular
- Na EJA
- Em programas tipo: Projovem, Proeja e etc.

26 – No Ensino Médio (2^o Grau) você estuda:

- No ensino regular
- Na EJA
- No Projeto Autonomia

27 – Em qual turno?

- Manhã
- Tarde
- Noite

28 – Qual sua série?

- Primeiro ano
- Segundo ano
- Terceiro ano

29 – Com quantos anos entrou no Ensino Médio?

anos

30 – Você repetiu de ano no Ensino Médio?

- Nunca
- Uma vez
- Duas vezes
- Três ou mais

31 – Por que você entrou para a EJA no Ensino Médio (2^o grau)? **(pode marcar mais de uma)**

- Não estudo na EJA
- Para concluir mais rápido o ensino médio
- Para poder estudar à noite
- Porque a EJA é mais fácil
- Eu não escolhi, a escola em que estudava me mandou para EJA
- Esta foi a única escola em que encontrei vaga
- Porque tive filhos
- Porque casei
- Por ser mais velho

INFORMAÇÕES SOBRE A ESCOLA

32 – Como você considera seu desempenho escolar?

() Excelente () Bom () Na média () Abaixo da média

33 – Marque com um **X** os equipamentos e os acessos disponíveis na sua escola:

Equipamentos/Acessos	Tem na escola	Tenho acesso e uso
Biblioteca		
Banheiro		
Quadra de esportes		
Laboratório de ciências		
Laboratório de informática		
Refeitório		
Teatro		
Sala de vídeo		
Auditório		

34 – Você escolheu esta escola porque:

- () Tem melhor ensino () Seus amigos estudam nela
 () É mais perto da sua casa () É a que tinha disponível
 () Tem mais recursos () Tem fácil acesso de condução

35 – Em sua opinião, quais são os maiores problemas da sua escola? (**Marque até 2 alternativas**):

- () Limpeza () Segurança () Falta de diálogo
 () Falta de equipamentos () Indisciplina dos alunos () Violência

ATIVIDADES COTIDIANAS E LAZER

36- Que atividades você realiza fora da escola? (**Pode marcar mais de uma**)

- () curso de informática () curso de língua estrangeira
 () curso pré-vestibular () curso profissionalizante
 () Esportes/atividades físicas () curso de música

37 – Você costuma ler mais?

- () Em papel () Só em meio digital (computador, tablete, celular)
 () Em papel e digital

38 – O que você costuma fazer aos finais de semana? (**Pode marcar mais de uma alternativa**)

- () Ir ao cinema () Ir ao teatro () Ir ao shopping
 () Ir ao museu () Ir a bailes/shows () Centro culturais

39 – Qual a sua religião?

- () Não tenho religião, mas acredito em Deus
 () Não tenho religião e nem acredito em Deus ou força superior
 () Católica
 () Espirita Kardecista
 () Umbanda
 () Evangélico Pentecostal (Assembléia de Deus)

- Evangélico não Petencostal (Batista, Metodista etc.)
 - Outra religião – Qual? _____
- 40 – Seus melhores amigos são:
- Da vizinhança Dos grupos que frequento
 - Da igreja Da minha família
 - Das redes sociais/internet

ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTAS E GRUPO FOCAL COM ALUNOS QUE TRABALHAM E ESTUDAM E SÓ ESTUDAM DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO REGULAR

]

Perfil pessoal

Apresentação dos jovens alunos participantes:

- a) nome
- b) idade
- c) Série/turma
- d) Local que trabalha Com quantos anos você entrou na escola pela primeira vez?

Sobre a escola

- 1- Você gosta da sua escola? Tem muitos amigos?
- 2- Você acha que o ensino é satisfatório?
- 3- Você tem todas as disciplinas do currículo escolar?
- 4- Você tem interesse em fazer o vestibular? Qual área mais se interessa?
- 5- Os professores auxiliam os alunos sobre o vestibular e/ou mundo do trabalho?
- 6- Qual a disciplina que você mais gosta? Por quê?
- 7- Qual o sentido que o ensino médio tem na sua vida de estudante?

Lazer/cultura

- 8- Qual local costuma frequentar fora da escola?
- 9- Você frequenta espaços culturais e bibliotecas?

Sobre trabalho

- 10- Com quantos anos começou a trabalhar? Esse é o seu primeiro emprego de carteira assinada?
- 11- Quais as atividades que desenvolve na empresa que trabalha?
- 12- Você gosta do seu trabalho?
- 13- Quais os motivos que te levaram a procurar trabalho?

- 14- Você contribui com a despesa familiar?
- 15- Como é estudar e trabalhar ao mesmo tempo?
- 16- Qual o sentido que o trabalho tem na sua vida?

Expectativas ao terminar o Ensino Médio

- 17- O que você pretende fazer ao terminar o Ensino Médio? Quais as suas expectativas para o futuro?

ANEXO III

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS-CCH
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO- PPGedu

Sr(a) responsável:

Fundamentado no parecer da Diretoria Geral de Educação e autorizado pela Subsecretaria de Gestão de Ensino, da Secretaria Estadual de Educação – SEEDUC está sendo realizada a pesquisa de campo: *Juventude, Ensino Médio e Mundo do Trabalho: uma relação de possibilidades e desafios*, a qual está sendo desenvolvida pela mestranda Rachel Regina Bolgar dos Santos Pimentel. Desta forma, o aluno de sua responsabilidade estará respondendo um questionário, referente ao estudo do **Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO**. O questionário levanta informações sobre o perfil socioeconômico, a trajetória escolar dos jovens alunos e a relação entre escola e trabalho. O referido estudo visa contribuir para a melhoria das Políticas Públicas de Educação para o Ensino Médio no Estado do RJ. Na oportunidade, alguns alunos também participarão de entrevista para apresentar suas expectativas sobre a sua inserção ao mundo do trabalho após concluir o último ano da Educação Básica. Vale ressaltar, que será preservada a identidade dos alunos participantes.

Desde já agradecemos pela ajuda,

Atenciosamente,

Prof.^a Dr.^a Eliane Ribeiro Andrade
Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Autorização do responsável

Eu, _____ responsável pelo
aluno _____ autorizo a participação
no preenchimento do questionário e participação na entrevista.

ANEXO IV



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGedu
CARTA DE SOLICITAÇÃO PARA PESQUISA**

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2013.

À Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC

Considerando a necessidade de pesquisar os jovens entre 15 a 29 anos que estão inseridos nas unidades escolares de Ensino Médio do Estado do Rio de Janeiro, vimos solicitar a valiosa colaboração da Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC - para realizar a pesquisa de campo, desenvolvida no âmbito da Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Entendemos que a preocupação com os jovens vêm crescendo cotidianamente, principalmente no que tange a questão da escolarização, por isso, **o objetivo do estudo que aqui se insere, visa acompanhar e conhecer o perfil dos jovens alunos que estão no último ano do Ensino Médio público do município do Rio de Janeiro.**

Diante disso, solicitamos permissão para que a mestrand **RACHEL REGINA BOLGAR DOS SANTOS PIMENTEL**, realize o referido estudo na unidade **Colégio Estadual Paulo Freire (Metropolitana III)** frequentando as salas de aula, cujos procedimentos metodológicos serão efetivados através de aplicação de questionário quanto da realização de entrevistas individuais e coletivas com alunos, professores e equipe gestora da escola no período de seis meses em dias alternados.

Tendo em vista que a duração da pós-graduação stritu senso finalizará em 2015, assim necessitamos realizar a pesquisa de campo no primeiro semestre do ano de 2014.

De nosso lado, garantimos que os dados obtidos terão seu uso estritamente no âmbito acadêmico, preservando a identidade dos alunos, como também da escola e suas respectivas equipes. Desde já, comprometemo-nos a colocar o estudo à disposição da equipe gestora desta unidade escolar pesquisada.

Agradecemos o apoio para realização da pesquisa e aguardamos contato no mais breve espaço de tempo.

Atenciosamente,

Prof^a Dr^a. Eliane Ribeiro Andrade do
Programa de Pós-Graduação em Educação
da UNIRIO

Prof^a. Dr^a Mônica Dias Peregrino Ferreira
do Programa de Pós-Graduação em
Educação da UNIRIO